UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

CELSO TAKASHI YOKOMISO

Violência e descontinuidade psíquica:
um estudo sobre a Fundação Casa

São Paulo
2007

CELSO TAKASHI YOKOMISO

**Violência e descontinuidade psíquica:
um estudo sobre a Fundação Casa**

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da
Universidade de São Paulo para a obtenção do título de
mestre em Psicologia

Área de concentração: Psicologia Social
Orientadora: Prof^a. Titular Maria Inês Assumpção Fernandes

São Paulo
2007

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTES
TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA
FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Yokomiso, Celso Takashi

Violência e descontinuidade psíquica: um estudo sobre a Fundação
Casa / Celso Takashi Yokomiso; orientadora Maria Inês Assumpção
Fernandes. --São Paulo, 2007.

270 p.

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em
Psicologia. Área de Concentração: Psicologia Social) – Instituto de
Psicologia da Universidade de São Paulo.

1. Menor 2. Menor institucionalizado 3. Grupos de apoio 4.
Psicanálise de grupos 5. Medidas Socioeducativas I. Título.

HV 721

FOLHA DE APROVAÇÃO

Celso Takashi Yokomiso

Violência e descontinuidade psíquica: um estudo sobre a Fundação Casa

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da
Universidade de São Paulo para a obtenção do título de
Mestre
Área de Concentração: Psicologia Social

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____

Assinatura: _____

Aos funcionários e adolescentes

da Fundação Casa.

Que todos se entendam.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, irmão, minha companheira Isabel e ao meu filho Daniel, pela paciência, esforço, dedicação, afeto e tantos atributos do coração;

À Prof. Titular Maria Inês Assumpção Fernandes, pelo acolhimento, oportunidade e orientação de meus passos durante esta empreitada;

Aos funcionários da UI-38, sobretudo à equipe técnica — Márcia, Kátia, Neide, Paulo, Dulce, Celina, Patrícia, Cristiane, Cristiane Freitas, Denise e Silvia — pelo apoio e compreensão;.

À Nalva e Cecília, da Secretaria do PST do IP-USP, pela atenção despendida em meus tantos momentos de desorganização;

Ao pessoal da pedagogia da UIP-6 e UIP-9, pela acolhida e amizade;

Às minhas encarregadas técnicas e diretores — Vera, Régis, Sérgio, Fabiana, Alexandre e Antenor — pelo apoio aos meus estudos e crença em meu ofício;

À Prof. Dra. Marlene Guirado e à psicóloga Dra. Denise Gomes, pelas importantes orientações na qualificação da presente dissertação;

Ao pessoal do CEDOC da Fundação Casa, pelo acesso a documentações e materiais diversos da antiga Febem;

Aos adolescentes da Fundação Casa, pelas verdades e mentiras, conquistas e fracassos, ,
enfim pela experiência humana.

YOKOMISO, Celso Takashi. *Violência e descontinuidade psíquica: um estudo sobre a Fundação Casa*. São Paulo, 2007, 266 p. Texto de dissertação do mestrado. Programa de Psicologia Social, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo.

RESUMO

A presente dissertação procura colaborar na compreensão dos entraves existentes na Fundação Casa quanto à aplicação da medida sócio-educativa — sob a ótica da teoria de René Kaës — no que se refere às produções inconscientes tecidas pelos sujeitos do grupo, tendo os temas da violência e das formações psíquicas intermediárias primazia na discussão. Remeterá ainda o leitor à história das instituições voltadas ao atendimento da infância e juventude, a fim de situar a Fundação Casa em sua dimensão ‘transgeracional’. Para tanto, apresentamos uma investigação sobre os processos históricos de atendimento à infância e juventude assim como o atual panorama da violência em nossa sociedade. Na pesquisa de campo foram utilizados os seguintes instrumentos: entrevistas grupais com a equipe pedagógica, técnica, de segurança e adolescentes de uma unidade de internação; foi feita uma análise qualitativa dos discursos daí surgidos, a partir da teoria psicanalítica, segundo a abordagem de Kaës. A discussão aponta para existência de alianças inconscientes que impedem a ligação de processos psíquicos entre os grupos da instituição e sustenta a violência como mantenedora da estrutura institucional.

Palavras chaves: Medida sócio-educativa. Grupo e Instituição. Violência. Descontinuidades. Alianças Inconscientes.

YOKOMISO, Celso Takashi. *Violence and psychic discontinuity: a study in Fundação Casa*. São Paulo, 2007, 266 p. Programa de Psicologia Social, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo.

ABSTRACT

The present dissertation intends to understand the obstacles in social and educational measure application by Fundação Casa — under René Kaës' theory — concerning unconscious productions maintained by the group subjects. In our discussion, we give priority to violence and intermediaries' psychic formations. It still mentions the history of youth and infancy care institutions, aiming to situate Fundação Casa in its 'transgenerational dimension'. By this way, we investigated the historical process of youth and infancy attendances as well as the contemporary violence view in our society. Further to the field research we used the following instruments: group interviews with pedagogical, technical and security staff and young internees followed by a qualitative analysis of discourses, by Kaës' group psychoanalysis theory. The discussion suggests the existence of unconscious alliances that obstructs the link psychic process among institutional groups and sustains the violence as the maintainer of institutional structure.

Index Terms: Social and education measure. Group and Institution. Violence. Discontinuities. Unconscious alliances.

SUMÁRIO

Apresentação.....	01
1. História do atendimento à infância e juventude.....	05
1.1 Antiguidade: as primeiras leis.....	06
1.2 Idade média e a <i>aliena misericórdia</i>	08
1.3 Idade moderna: a roda dos expostos e o iluminismo.....	11
1.4 Séculos XIX e XX: o positivismo e o welfare state.....	15
2. Atendimento da infância e juventude no Brasil.....	17
2.1 Período colonial: o espírito escravagista.....	18
2.2 O Império: rodas, seminários e os colégios de guerra.....	21
2.3 Abolicionismo, positivismo e os grandes reformatórios.....	23
2.4 Século XX: burocratização e violência.....	27
2.5 A Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor.....	36
2.6 Século XXI e antigos motes.....	48
3. Instituição e realidades heterogêneas.....	57
3.1 Ideologia e o estado-mínimo.....	59
3.2 Resistência social.....	63
3.3 O crescimento da violência e a violência aumentada.....	67
3.4 Violência juvenil.....	71
4. O palco institucional: as unidades de internação.....	81
4.1 Casas dominadas por funcionários.....	82
4.2 Casas dominadas por adolescentes.....	85
5. Febem e espaços psíquicos comuns e partilhados	89
5.1 1ª entrevista (agentes de apoio técnico).....	95
5.1.1 tópicos abordados.....	95
5.1.2 análise.....	99
5.2 2ª entrevista (educadores).....	103

5.2.1 tópicos abordados.....	103
5.2.2 análise.....	107
5.3 3ª entrevista (técnicos).....	112
5.3.1 tópicos abordados.....	112
5.3.2 análise.....	117
5.4 4ª entrevista.....	122
5.4.1 tópicos abordados.....	123
5.4.2 análise.....	126
6. Conclusão	131
7. Bibliografia.....	142
Anexos.....	146
Anexo (A) Entrevistas.....	146
1ª entrevista (agentes de apoio técnico).....	146
2ª entrevista (educadores).....	174
3ª entrevista (técnicos).....	209
4ª entrevista (adolescentes).....	235
Anexo (B)	
Autorizações.....	266

APRESENTAÇÃO

*“ Há que ligar coisa a coisa
e o mundo com o mundo ao meio”
Carlos Nejar*

O trabalho na Fundação Casa expõe seus profissionais a um diário embate para que se aplique a medida sócio-educativa aos jovens infratores. Na empreitada, deparam-se com a violência dos adolescentes e da própria dinâmica institucional, levando-os ao desgaste, mas também à experiência do recomeço. A resistência se torna um atributo imprescindível e os sustentam diante às frustrações de seus ofícios. O enfrentamento de seus limites verte-se um imperativo, diante as circunstâncias que lhes são impostas.

No entanto, malgrado as boas intenções da maioria dos profissionais da Fundação Casa, esbarra o trabalho sócio-educativo em questões que ultrapassam a dedicação individual. Da mesma forma, são notáveis os emperramentos de projetos dentro da instituição, mesmo que pautados em sólidas diretrizes e estratégias bem formuladas. Tantos os planos sucumbidos diante à dinâmica das unidades de internação, que aos funcionários gera cautela qualquer projeto redentor. Como

psicólogo¹ da Fundação Casa, deparei-me com esta situação e pus-me ao seu estudo, tendo alguns pontos, à princípio, me causado especial interesse.

A primeira questão surgida foi compreender como dentro da instituição se estabelecia a dinâmica entre a segurança e o trabalho sócio-educativo. Causava-me estranheza a presença de discursos díspares, ora marcado por um olhar repressivo, sempre à busca do controle dos adolescentes; ora, pelo privilégio dos princípios pedagógicos. O consenso entre as equipes nas unidades parecia-me improvável, pautadas que estavam em locais diferentes na instituição. As tentativas de integração entre os grupos surgiam inócuas, muito embora houvesse uma clara diretriz a estabelecer o trabalho multidisciplinar.

Paralelamente, a enorme presença da violência no cotidiano institucional, em mim gerava desconforto. A medida sócio-educativa em meio à destruição dos vínculos e o mútuo ataque entre seus protagonistas, não me parecia em nada eficaz. As rebeliões e tumultos tão comuns nas unidades de internação; as agressões existentes no grupo de jovens e, não raras, entre o profissional e o adolescente; as auto-mutilações e tentativas de suicídio; e um conjunto de expressões da violência minavam o discurso da empatia, tão apregoado na instituição.

Neste conjunto, o Estatuto da Criança e Adolescente, assim como os normativos do SINASE, que estabelece os parâmetros nacionais para a aplicação da medida sócio-educativa, pareciam-me distantes da realidade da Fundação Casa e suas

¹ Ingressei na antiga Febem, em 2002, como Agente Educacional, no Complexo Brás. Após dois anos, passei a atuar como Analista Técnico/Psicólogo no Complexo Tatuapé e, depois, na Raposo Tavares. Desde 2006, exerço a função de Encarregado do Setor Técnico em unidade da DRM-IV. Toda minha trajetória se passou em unidades de internação e internação provisória, junto a adolescentes de elegibilidade primário e reincidente graves.

difficultades. Embora um sólido corpo de diretrizes, atento às exigências normativas internacionais, pensava talvez sua efetivação esbarrasse numa ordem outra que não a organizacional.

O estudo da psicanálise de grupo — em especial, as contribuições de René Kaës — surgiu-me assim, naquele momento, como o referencial teórico pelo qual embasaria minhas investigações. Tornaram-se ainda norteadores de minha pesquisa os princípios constitutivos da metapsicologia intersubjetiva de Kaës: *“o inconsciente se manifesta na realidade psíquica do agrupamento; o inconsciente trabalha e é trabalhado na realidade psíquica do agrupamento conforme uma lógica própria; certas formações e processos psíquicos são preferencialmente trabalhados por e no agrupamento”* (KAES, 1997:247).

A presente dissertação intenta, neste sentido, colaborar na compreensão dos entraves existentes na Fundação Casa quanto à aplicação da medida sócio-educativa — sob a ótica da teoria de René Kaës — no que se refere às produções inconscientes tecidas pelos sujeitos do grupo, tendo os temas da violência e das *formações intermediárias* institucionais primazia na discussão. Remeterá ainda o leitor à história das instituições voltadas ao atendimento da infância e juventude, a fim de situar a Fundação Casa em sua dimensão transgeracional e, assim, revelar os processos de ruptura e continuidade nela existentes.

Para tanto, foram utilizados os seguintes instrumentos: *a) investigação dos processos históricos de atendimento à infância e juventude, assim como do atual panorama da violência em nossa sociedade (através de referências bibliográficas diversas; documentos acerca da Febem, conseguidos através de CEDOC da Fundação Casa e outros; notícias retiradas de jornais de ampla divulgação, formato on-line e*

impresso); b) entrevistas grupais com a equipe pedagógica, técnica, de segurança e adolescentes de uma unidade de internação; e análise qualitativa dos discursos daí surgidos, a partir da teoria psicanalítica, segundo a abordagem de Kaës.

Embora o estudo se pautasse apenas em uma unidade, a dinâmica nela presente reflete a situação de muitas outras, podendo a análise, desta forma, ser transposta para as demais, malgrado suas peculiaridades.

Saliento também que a dissertação remete apenas aos estabelecimentos de internação e não se atém à realidade das medidas em meio aberto — Liberdade Assistida e Semi-Liberdade — as quais é a Fundação responsável. Além disto, de maneira alguma, o estudo não desqualifica as experiências de sucesso surgidas em algumas unidades, que encontraram dinâmica operacional relativamente adequada, mesmo diante às dificuldades inerentes à internação.

De qualquer forma, espero que as hipóteses aqui levantadas possam contribuir no trabalho das unidades de internação e fornecer aos seus sujeitos material para a construção de novas práticas, que promovam a transição para um modelo de atendimento sócio-educativo eficaz e humano — para os jovens e os funcionários da Fundação Casa.

HISTÓRIA DO ATENDIMENTO À INFÂNCIA E JUVENTUDE

A relação mantida entre os homens e seus jovens e crianças obedece às dinâmicas dos vínculos familiares e sociais do tempo em que se encontram. Longe de se configurarem como padrão perpetuado pelos séculos, os laços que unem os ascendidos à adulta condição e aqueles sob sua tutela são construídos geração a geração e reorganizados diante das novas exigências.

Assim, cada época possui seu corpo de leis, ideologias e fantasias sobre a infância e juventude, que se formam como o pano de fundo sobre o qual se desenrolam as relações entre pais e filhos, mestres e aprendizes, grandes e pequenos.

Algumas mudanças se fizeram notáveis durante os séculos e, não menos impressionantes, as resistências às mudanças.

1.1 ANTIGUIDADE: AS PRIMEIRAS LEIS

Segundo Marcílio², surgem na Antiguidade as primeiras leis de proteção à infância, a fim de estabelecer ordenação jurídica aos abusos cometidos.

Fartas são as referências de abandono de crianças, algumas bem conhecidas através da mitologia: Ismael, filho de Abraão e Agar, expulso ao deserto diante as exigências de Sara, abandonado sob o arbusto da vergonha, salvo por Deus e vertido em “pai do grande povo”; Moisés, profeta do povo hebreu, deixado às margens do Nilo, recolhido pela filha do Faraó, amamentado e adotado por sua própria mãe; Édipo, condenado à morte por Laio, seu pai e rival, amante de sua mãe, Jocasta, herói pela coragem, maldito pela infâmia; Posídon, deus das águas, criado para proteger sua ama da fúria de Crono; Rômulo e Remo, à sorte deixados à beira do Rio Tibre, acolhidos por uma loba; Hércules, filho bastardo de Zeus.

A menção do heroísmo destes enjeitados já revelava as dificuldades de sobrevivência dos expostos à má sorte do abandono. Vencer as mazelas da infância desprotegida, a primeira luta do herói.

Em Roma, mesmo que:

“por lei as crianças livres não pudessem tornar-se escravas (apenas servas), muitas das abandonadas foram reduzidas a esta condição. Outras,

² Nesta dissertação a investigação da história ao atendimento da infância e juventude, da Antiguidade ao fim do século XIX, teve como referência direta o livro *História Social da Criança Abandonada*, de Maria Luiza Marcílio. Já do início do século XX aos dias de hoje, diversas referências foram utilizadas, como documentos, jornais e outros livros constantes na bibliografia.

foram submetidas a abusos; algumas foram estropiadas (torciam-lhes os braços ou as pernas, quebravam-lhes membros, ou furavam-lhes os olhos), para servirem de mendigos que, assim, pensavam poder alcançar melhor a piedade pública. No mais das vezes, esses pequenos infelizes, meninos e meninas, estavam destinados pelos que os criavam à prostituição ou à escola de gladiadores. Outros eram transformados em servos; e, alguns, em eunucos”.(Marcílio, 1998:4)

Que tenham surgido leis e decretos no Império Romano, como a de Deocleciano (294), impedindo a venda ou doação dos filhos e o pagamento de dívidas mediante a servidão infantil; ou reflexões na Grécia, com as de Platão, em *República*, recomendando aos pais que tivessem filhos apenas os quais pudessem sustentar. Estava instituído, na Antiguidade, o descaso pela infância.

1.2 IDADE MÉDIA E A *ALIENA MISERICORDIA*

Ao fim do Império Romano, a presença de novo elemento se faz marcante no imaginário social: a *caridade*.

O espírito cristão, pouco a pouco, investia aos conceitos de pobreza e misericórdia uma aura divina. O princípio da salvação e apaziguamento da cólera de Deus tornavam-se alicerces da configuração psicológica, social e política daquele tempo. Os primeiros moralistas e patriarcas da Igreja discorriam acerca dos perversos efeitos do abandono, e muito se fazia notar a apologia à caridade nos escritos de São Basílio de Cesaréia, São Jerônimo, São Gregório Nisseno e outros.

Já na *Alta Idade Média*, mesmo tenha o esfacelamento do Império Romano erigido na Europa o processo de descentralização política e, com isso, a formulação de leis e costumes próprios nas diversas regiões que o constituía, mantiveram os ensinamentos cristãos destacado lugar no encontro entre as culturas bárbaras e clássica.

Os mosteiros, com o ideário de “reconfortar os pobres”, se firmavam como privilegiado espaço para os velhos, doentes e os enjeitados — *alumni* de Deus. A *aliena misericordia* (misericórdia do outro) se espalhava pela Europa, afigurando-se a Ordem de São Bento como principal expoente da nova mentalidade. Surgia, assim, o primeiro modelo de reclusão à infância no mundo ocidental: o monastério³.

³ Além de receberem os abandonados, aos mosteiros eram também enviadas crianças para serem educadas como futuros monges, garantindo à sua família o apreço divino. A *oblata*, assim chamada a doação, muitas vezes feita por motivos econômicos, como partilha de bens, garantia ao menino educação e condições de vida, às custas, porém, de sua liberdade, muitas vezes pelo restante de sua

No entanto, o abandono continuava crescente. Desde o século VII, o aumento demográfico europeu atingia níveis até então desconhecidos, acarretando em infortúnios na mesma proporção.

No século XII, a miséria se fazia gritante com a proliferação de epidemias derivadas da má-nutrição e escassas condições de higiene. A movimentação populacional gerada pelas Cruzadas transportava doenças a diversas regiões. O espírito caritativo, mais do que nunca, era incentivada pelo poder eclesiástico, como observado no primeiro enunciado das obras de misericórdia:

*“Garde sempre a caridade em seu coração. Lembre daqueles que lutam pela paz fraternal. Alivie os pobres. Visite os doentes. Enterre os mortos.”*⁴ (Magnau-Nortier,E , 1974 apud in MARCÍLIO)

Os mosteiros não mais respondiam à demanda de expostos e doentes. Nos nascentes núcleos urbanos, a miséria se mostrava nos rostos leprosos, nas maltrapilhas crianças e no fúnebre odor das endemias que assolavam o mundo medieval. A caridade pedia esforço conjunto, não mais a esmola e a benevolência passiva.

Neste contexto, surge o *poder secular*, manifesto pelos chefes da comunidade e cidadãos.

vida. De qualquer forma, supririaM os monastérios as demandas do abandono por muitos séculos, salvaguardando interesses diversos (MARCILIO, 1998).

⁴ Magnau-Nortier,E. *La société laïque et l'Église dans la province ecclesiastique de Narbonne de la fin du VII siècle á la fin du Xie.* (Toulouse,1974, apud in MARCILIO,1998).

Sem perder o caráter religioso da assistência, guardavam os leigos fundamentos outros para o ato caritativo. A pobreza não mais seria vista somente como elemento de aproximação divina, mas como situação a ser combatida. Os primeiros hospitais e instituições para órfãos e abandonados⁵, não vinculados aos mosteiros, são fundados pelas confrarias de caridade, anunciando nova fase no atendimento à infância desprotegida.

Assim, a partir do século XII, ocorre a proliferação de *asilos, hospitais, brefotrófios, orfanatrófios, albergues e hospícios*, organizados e mantidos pelas *guildas, confrarias, corporações de ofício e autoridades municipais*. Os mosteiros perdiam o monopólio da atenção aos infantes abandonados e os legados pios apareciam em testamentos, deixando a instituições de caridade indispensável elemento material para sua sobrevivência. A Igreja, embora mais atenta às questões políticas, como os embates às crescentes monarquias feudais, também altera suas formas de assistência, através da criação de diversas casas de atendimento pela Europa e a inclusão, dentro de sua estrutura administrativa, do serviço aos necessitados.

⁵ a origem desta prática remonta ao Oriente cristão, no século IV. Foi o primeiro lobotrópio — assim chamado para atender doentes pobres e inválidos — construído em 349, por São Zótico, seguido depois por diversos estabelecimentos. Sendo imensa a demanda dos serviços prestados, instauraram-se, então, obras diversas como: “*os asilos para as crianças abandonadas, para os velhos, para os órfãos ou para os pobres, os albergues para os andarilhos; os hospitais para os doentes; os recolhimentos para as viúvas e mulheres sós; e os isolamentos para os leprosos(...)*Essas instituições tomavam o nome de cada especialização — *nosocômio para os doentes, brefotrópio para as crianças pobres e abandonadas; e orfanatrópio para os órfãos*”(MARCILIO, 1998:50).

1.3 IDADE MODERNA: A RODA DOS EXPOSTOS E O ILUMINISMO

No século XIV, cresciam as cidades e, gradativamente, se estabelecia a burguesia como representativa classe social na dinâmica política. As autoridades municipais controlavam grande parte das entidades de apoio à infância, através de seus reitores e poder financeiro. A Europa assistia a um desenfreado crescimento populacional e a Peste Negra inundava as cidades e campos. Milhares de maltrapilhos e aleijados, vindos das diversas guerras pelo continente, reforçavam o sofrimento na população já combalida. Os pequenos e esparsos hospitais e estabelecimentos de auxílio a pobres e abandonados não mais atendiam o assombroso contingente de miseráveis, em similar situação à ocorrida há três séculos antes.

Diante este quadro, surge modelo diverso de atenção, pautado na centralização das instituições responsáveis ao atendimento aos desvalidos. Aglutinam-se os diversos e modestos serviços sociais, formando estabelecimentos de maior porte, como, por exemplo, o “Ospedale Maggiore”, junção de Convento de Umiliate, em Luca, e hospícios da cidade de Brescia⁶. A concepção desta nova estrutura logo se espalharia por toda Itália e, depois, pelo continente europeu. Em grande parte destes estabelecimentos um artefato ainda se faria presente: *a roda dos expostos*.

Utilizada pela primeira vez no hospital de Santo Espírito in Saxia, ao lado do Vaticano, sob o papado de Inocêncio III (1198-1216), tratava-se a roda de um cilindro rotatório — originário dos antigos mosteiros —, com um pequeno vão onde se

⁶ a Itália foi precursora do modelo de centralização de serviços sociais, tendo este conceito de atendimento se espalhado pela Europa. Tratava-se da *reformatium hospitalium*, difundida entre os séculos XV e XVI.

depositavam os enjeitados. Localizado nos muros das instituições de acolhimento, sua prática perdurou por muitos séculos, colecionando em sua história inúmeras discussões. Quanto aos méritos, versavam seus defensores a garantia do anonimato para a mãe, preservando-lhe a moral; a diminuição dos intoleráveis episódios de abandono de bebês em regiões ermas, sujeitando-as a ataques de animais; e o recrudescimento do aviltante ato de infanticídio. Quanto às falhas, a assombrosa mortalidade infantil e o perverso sistema de amas mercenárias.

O *modelo da roda dos expostos* ganhou popularidade nos países cristãos. Seu sistema consistia na entrega de crianças — através da roda — aos hospitais e orfanatos que, por sua vez, as encaminhariam às amas-de-leite. Estas moças, sempre de origem humilde, tornavam-se então as responsáveis pela criação dos infantes até completarem três anos, quando retornavam às casas de recolhimento, onde permaneciam por mais quatro.

Durante este percurso, porém, a miséria lhes continuava a sempre companheira. Sem quaisquer noções de higiene, tendo voltada a atenção quase exclusivamente aos irrisórios salários recebidos pela criação do pequeno, as amas-de-leite se tornaram famosas pelo descaso aos abandonados. A mortalidade dos bebês impressiona e bem reflete a situação exposta:

“No Hospital de Milão (...), de 1771 1773, entre 62,5% a 75% das crianças enviadas para as amas morreram antes de completar o período de aleitamento. Na região de Liège, na Bélgica, um inquérito instaurado em 1770 alarmou as autoridades: das 21.000 crianças entregues a amas, 15.419 morreram antes de completar quatro anos (73%). No último terço

do século XVIII, 84% dos expostos do hospital de Paris e 50% dos de Marselha morreram antes de um ano de vida”.(Marcílio, 1998:68)

As sobreviventes sina não muito diversa encontravam. Denúncias de maus-tratos, exploração e fugas cresciam na administração da casa dos expostos.

Com o advento do *Iluminismo*, uma mentalidade diversa procura alterar os princípios vigentes de atendimento à criança abandonada. Da valorização à razão, preocupação com a condição humana e obstinação pela criação de um modelo social ordenado e disciplinado, presentes nas obras de Diderot, Rousseau, D’Alembert e Voltaire, surge o *modelo filantrópico*⁷ de atenção à infância abandonada..

Embora, a princípio estivesse o pensamento iluminista distante da prática, pouco a pouco a força de seus argumentos, aliada à conveniência para com o poder dominante, ganhou terreno na elaboração das políticas públicas. Para estes pensadores, ao Estado caberia um papel interventor diante das mazelas sociais. A pobreza deveria ser combatida, pela ameaça que representa à ordem do país. Começavam a ser vistas como desperdício de vidas a alta taxa de mortalidade infantil e o aumento de crianças e jovens nas ruas, bem podendo a Nação aproveitá-los. O utilitarismo e o higienismo tornavam-se as referências para a construção de um sistema social produtivo.

A estrutura das instituições para acolhimento dos expostos, sob os ares da “Filosofia das Luzes”, também sofre alterações. Com o intuito de serem os

⁷ a historiadora Maria Luiza Marcílio estabelece diferença entre os termos caridade e filantropia. Para ela o ato filantrópico é marcado por seu caráter desvinculado à finalidade missionária, enquanto o caritativo, pautado apenas no auxílio com vistas a benefícios da ordem do sagrado.

abandonados, de alguma forma, se não úteis ao Estado ao menos não perturbadores, são inseridos nestes estabelecimentos, desde meados do século XVIII, o ensino profissionalizante para os meninos, como a marcenaria e oficinas de ferreiro, e para as meninas, cursos de prendas domésticas, como corte e costura, bordados e artesanatos de flores.

A reeducação também foi elemento de suma importância dentro da política pública dos estados europeus a partir desta época. Além das crianças abandonadas, ganhavam acolhida institucional os *juvens delinquentes*. O modelo de colônias agrícolas, tanto para expostos como para infratores, encarnando o espírito de ordem e disciplina, popularizava-se pela Europa e se ramificava em outras formas de atendimento — reformatórios e internatos — , todos pautados no trabalho e reclusão.

Contudo, apesar ou devido ao reflorescimento do espírito racional do século XVIII, multiplicavam-se as casas dos expostos e crescia o abandono. O aumento da taxa de natalidade associada à diminuição da mortalidade, gerava um acréscimo populacional que não era pelo Estado absorvida como mão-de-obra. A pobreza galgava níveis alarmantes e com ela tornavam-se o abandono e a delinquência fenômenos rotineiros na dinâmica social. Aliada a este fato, as instituições de acolhimento eram envolvidas pela mítica do zelo às crianças e encarnavam a possibilidade de uma vida melhor para as crianças do que a oferecida pela própria família, mergulhada na miséria européia⁸.

Um claro exemplo pode ser visto nas estatísticas de abandono na cidade de Brescia, na Itália. Entre 1600-49, foi registrada a exposição de 434 crianças;

⁸ O filósofo Rousseau chegou, inclusive, a entregar seus cinco filhos às casas de expostos, alegando estarem elas melhor assistidas do que em seu lar.

já no período de 1800-30, elevou-se a cifra para 4.665 abandonos; e entre 1860-69, atingiu-se o espantoso número de 8.403 pequenos deixados às instituições. Já em Florença, no ano de 1830, 43% das crianças batizados nas cidades residiam no Ospedale degli Innocenti. Na França, de 1830-40, 32 mil crianças foram deixadas à sorte nas casas de acolhimento. Na Espanha e em Portugal, 15.000 por ano, no mesmo período. Em Moscou e São Petersburgo, 27.000, em 1887.

1.4 SÉCULOS XIX e XX: O POSITIVISMO E O WELFARE STATE

A partir da segunda metade do século XIX, grandes progressos ocorrem na área científica, que repercutiram em melhorias consideráveis na saúde da população, sobretudo a infantil.

A biologia, através de Luis Pasteur, atingia o terreno microscópico e, com isso, a compreensão de moléstias diversas tão comuns à época. A esterilização do leite passava a ser exigência básica na alimentação das crianças. Políticas de distribuição deste leite — livre de germes — às famílias de trabalhadores garantiam redução da mortalidade infantil. O leite condensado, o leite em pó e a farinha Láctea eram aprimorados, assim como a vulcanização da borracha, permitindo a confecção de mamadeiras higiênicas.

Essa revolução tornava obsoleta a mercenária figura das amas-secas. O modelo de Roda dos Expostos encontrava seu fim. Os pais, mesmo os de condições mais miseráveis, pouco em pouco, ganhavam confiança na criação de seus filhos, não mais dizimados pelas moléstias da época. Cresciam ainda as associações protetoras da infância, que procuravam às famílias mais pobres levar orientações

acerca dos cuidados com os pequenos. Instauravam-se campanhas de conscientização pública, através da distribuição de folhetos, edição de livros educativos, entre outros. A vida familiar ganhava a atenção dos filantropos que a concebiam como estrutura primordial para o bom desenvolvimento da criança.

Esta também é a época de criação de leis de proteção à infância. Aos pais que não garantissem condições salubres para seu filho seria passível a suspensão do pátrio poder e o estabelecimento da tutela. O Poder Judiciário passa a controlar a vida familiar coibindo atos perniciosos à infância. A Psiquiatria ganha terreno através de laudos que pudessem diagnosticar desvios de conduta ou personalidade nos membros da família. A Medicina a si atribui a função profilática e social, e a assistência pública procura garantir a eficácia de sua política.

No século XX, prosseguem os debates em torno da infância e, mais recentemente, da juventude. O modelo democrático e liberal em oposição à rigidez das instituições filantrópicas, pautadas na disciplina e severidade, institui ordem diversa, ampliando o debate social, político e jurídico. Assim, em 1959, surge a Declaração Universal dos Direitos da Criança, adotada pela ONU. A criança e o jovem, independente de seu credo, raça ou classe social se tornavam, por um código de leis de representatividade internacional, seres em desenvolvimento que necessitam de respeito e cuidados especiais — sujeitos de Direito, enfim.

Surgia o *Welfare State*, o Estado do Bem-Estar Social.

ATENDIMENTO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE NO BRASIL

O Brasil, como colônia portuguesa, seguiu os processos ocorridos na Europa quanto ao atendimento da infância e juventude.

No entanto, o profundo enraizamento de uma política escravagista imprimiu nuances que tornam particular o caso brasileiro. De certa forma, as repercussões do período colonialista ainda ressoam nas práticas de ressocialização de jovens infratores, assim como na estrutura política do país.

Os mitos fundadores da história brasileira organizam os passos de nossas instituições.

2.1 PERÍODO COLONIAL: O ESPÍRITO ESCRAVAGISTA

A história do atendimento à infância no Brasil começa com a própria colonização, a partir das Confrarias de Jesus, no século XVI. Construídas pelos jesuítas, marcaram largo período do atendimento à infância, tendo como elemento principal o ensino religioso às crianças.

No entanto, ao contrário do esperado, junto com as confrarias vieram os primeiros elementos segregacionistas na educação dos pequenos. Seus colégios-seminários, preocupados que estavam com a catequese e educação dos meninos luso-brasileiros, jamais se ocuparam do atendimento ao pequeno desvalido, que só viria a ter uma primeira instituição que lhe fosse responsável no século XVIII.

Por outro lado, se neste momento inicial negou-se aos expostos a atenção do poder eclesiástico, aceitos foram pela população. Durante toda a história social da infância e adolescência deste país, a criação dos abandonados nas casas de família sempre lhes foi o modelo principal de atenção, tornando o Brasil, neste campo, ímpar em relação aos países da América Espanhola e do continente europeu. A figura do agregado e do padrinho, reflete esta peculiaridade, sendo ambos marcantes na literatura e nos costumes brasileiros. Na crônica *Abolição e liberdade*, escrita por Machado de Assis em 19/05/1888:

“Chamei o Pancrácio e disse-lhe com rara franqueza:

— *Tu és livre, podes ir para aonde quiseres. Aqui tens casa amiga, já conhecida e tens mais um ordenado, um ordenado que...*

— *Oh! Meu senhô! Fico.*

— *...um ordenado pequeno, mas que há de crescer. Tudo cresce neste mundo; tu crescestes imensamente. Quando nasceste, era um pirralho deste tamanho; hoje, está mais alto que eu. Deixa ver; olha, és mais alto quatro dedos...*

— *Artura não qué dize nada, não, senhô...*

— *Pequeno ordenado, repito, uns seis mil-réis, mas é de grão em grão que a galinha enche o papo. Tu vales muito mais que uma galinha.”(Assis, M., 1994:53)*

A dois elementos distintos se deve a explicação deste fenómeno: a forte religiosidade do povo brasileiro, mas, sobretudo, a utilização dos expostos como mão-de-obra. Fartos são os exemplos, como o recolhido na lista de habitantes da Vila de Guaratinguetá, em 1829:

“Marcelino Ferreira de Jesus, 78 anos, viúvo, vivia com uma filha solteira, de 52 anos, que o ajudava em sua quitanda, além de costurar para sobreviver. Marcelino tinha cinco escravos que viviam alugados, mas em sua casa havia cinco mulheres, todas expostas, que nela foram criadas: Teodora, 33 anos; Ana, de 20 anos; Maria, de catorze anos; Delfina de doze anos; e Maria, de dez anos. Um verdadeiro ateliê de costura pode ser montado em sua casa, graças à mão-de-obra das criadas.”(Marcílio, 1998:138)

Além desse modo informal de atendimento à infância, pautado na adoção — nem sempre com ideais dignificantes — , dois outros complementaram-no

até meados do século XIX: o exercido pelas *Câmaras Municipais* e a *Roda dos Expostos*.

Desde o princípio da colonização brasileira, postulou a Coroa Portuguesa — através das Ordenações Manuelinas — ficasse a cargo das Câmaras Municipais a acolhida aos abandonados, que os entregavam às amas ou famílias dispostas a criá-los, pagando quantia pelo serviço. Este sistema de terceirização, no entanto, gerou um perverso modelo de arrecadação financeira, em que quase sempre o interesse do exposto recaía a último plano. Os abusos e mal-tratos se tornaram recorrentes, inspirando a formulação de leis de proteção a estas crianças.

*“ Toda a pessoa que tiver a seu cargo a criação e a educação de órfãos e expostos será obrigada a tratá-los humanamente e não lhes poderá fazer castigo algum corporal, de que lhe resultem contusões, ou nódoas, ou ferimentos”*⁹.

No século XVIII, as Câmaras Municipais passaram a se conveniar com as *Casas dos Expostos* que surgiam no país. Contudo, mesmo obrigada a lhes auxiliar financeiramente, buscou o poder municipal de todas as formas, como até então fazia, se ausentar nos cuidados à infância. O atraso ou ausência de pagamentos às Misericórdias¹⁰ ocorriam com frequência, pelo alto dispêndio financeiro aos cofres municipais, aumentando o descaso às crianças abandonadas.

⁹ *Coleção das Leis do Império, 1832. Decisões de Governo*, p.71.

¹⁰ foram as Santas Casas de Misericórdia no Brasil que primeiro se responsabilizaram pela criação dos abandonados, ficando conhecidas como casa dos expostos.

Já em meados do século XIX, mediante muitas articulações políticas, da evidente má vontade das Câmaras e do vertiginoso aumento de abandonados, tomou a Província para si a função de controle no atendimento dos infantes e jovens marginalizados, que sobreviviam às custas da *mendicância*, *prostituição* ou *crime*.

O sistema da *Roda dos Expostos*, por sua vez, configurou-se como o primeiro modelo de institucionalização à infância desprotegida do país. Levantada em Salvador a primeira casa com o referido aparato, logo sua estrutura funcional fora copiada: em 1738, pela cidade do Rio de Janeiro; e por Recife, em 1789.

Todas as *Casas dos Expostos*, no entanto, ao invés de possibilitar mais digna condição de vida às crianças, reproduziam dentro de suas paredes, o mesmo descaso observado no cotidiano das ruas. O sistema de amas mercenárias e os problemas enfrentados nestes locais como a falta de higiene, iluminação precária, pouca ventilação, ausência de berços e móveis, levavam a um altíssimo índice de mortalidade, de semelhante maneira das casas de expostos européias. Mesmo diante das terríveis estatísticas, este modelo gozaria de prestígio, ultrapassando o período colonial.

2.2 O IMPÉRIO: RODAS, SEMINÁRIOS E COLÉGIOS DE GUERRA

Durante o Império, multiplicavam-se as rodas dos expostos no Brasil¹¹, tendo a província de São Paulo inaugurado sua primeira em 1825, no largo da Rua da

¹¹ Existiram no Brasil 15 rodas dos expostos, localizadas nas cidades de Salvador, Rio de Janeiro, Recife, São Paulo, Porto Alegre, Rio Grande, Pelotas, Desterro, Campos, Cuiabá, Vitória, Cachoeira, Olinda, São João del-Rei e São Luís.

Glória — transferida posteriormente para o bairro de Santa Cecília, onde funcionou até 1951¹².

O modelo de atenção pautada na roda e casa dos expostos, porém, em nada se debruçava sobre a educação das crianças. Recebidos os infantes nestes estabelecimentos, logo eram passados às amas, que os cuidavam até os três anos. De volta às Santas Casas, se não agraciados com a sorte da adoção por famílias sensíveis, tornavam-se mão-de-obra escrava ou retornavam às ruas — ao atingir os oito anos — deparando-se com a miséria e suas consequências.

Poucas foram as instituições, até meados do século XIX, que poderiam lhes oferecer amparo diverso, e que se faça ressalva terem sido, às vezes, tão cruéis em sua assistência quanto a sina das ruas.

Os *seminários*, com a característica de colégios internos, foram uma das opções aos abandonados, sendo a primeira do gênero criada em Salvador — o Seminário São Joaquim — seguido pelo Seminário Santo Antonio, no Rio de Janeiro. Embora houvesse programa pedagógico pautado no ensino das primeiras letras, e depois, na aprendizagem de ofícios artesanais, fartas eram as evidências de exploração dos pupilos pelos mestres de ofício e da insipiência do aprendizado ali adquirido.

Além dos seminários surgiram as *Companhias de Aprendizizes Marinheiros e as Companhias de Aprendizizes do Arsenal da Guerra*, nos moldes dos *Colégios de Intendência* em Portugal. Recolhendo expostos a partir de sete anos, neles se percebia um rígido sistema de educação, sustentado por castigos e maus-tratos. Jovens com problemas de conduta social, encarados como incorrigíveis também era

¹² A roda dos expostos da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo foi a última a ser abolida.

enviados para estes estabelecimentos, sob a crença da disciplina como instrumento pedagógico. Surge a figura do “Pedagogo”, responsável pela punição, como se observava no artigo 179 da Companhia de Aprendizes do Arsenal da Guerra:

“As faltas de subordinação e disciplina cometidas pelos aprendizes artífices serão punidas correccionalmente, ao prudente arbítrio do diretor, que poderá autorizar ao Pedagogo para infligir de pronto os castigos de prisão simples, solitária por tempo que não exceda oito dias, privação por igual tempo de parte de ração, e outras penas apropriadas para corrigir as crianças.”

2.3 ABOLICIONISMO, POSITIVISMO E OS GRANDES REFORMATÓRIOS

A partir de 1850, inicia-se uma nova fase ao atendimento da infância e juventude. Com a extinção do tráfico negreiro, a partir da Lei Eusébio Matoso, as classes dominantes, temerosas quanto à escassez de mão-de-obra, viram nos expostos a solução mais adequada para seus problemas. Além disso, assolavam no país diversas epidemias, como a cólera e a febre amarela, o que gerava um enorme contingente de órfãos e abandonados pelas ruas das cidades.

Diante este panorama, emergia o *Programa Nacional de Políticas Públicas*, elaborado a partir da mentalidade filantrópica, em concordância com o sistema europeu. Em quase todas as capitanias regionais surgiam os Asilos de

educandos¹³ que, em tese, propiciariam estudos e profissionalização às suas crianças e jovens, corpos úteis ao sistema de produção brasileiro.

Em 1870, A Lei do Ventre Livre atualiza o medo das elites, levando a formulação de políticas de combate à mortalidade infantil, implementação de campanhas contra doenças infantis, conscientização acerca da higiene e, no campo institucional, a fundação de grandes estabelecimentos para educação de delinquentes e abandonados, estruturados no modelo de segregação e reclusão completa.

Dois princípios eram claros: o distanciamento do centro da cidade e a organização de sua estrutura interna com vista a suprimir as mazelas higiênicas e a instaurar a ordem e a disciplina. Estas instituições totais¹⁴, seguindo os à época modernos preceitos deterministas da escola de Lombroso¹⁵, e as idéias positivistas de Comte¹⁶, se espalhariam pelo país a partir da República e Abolição da Escravatura, sob a forma de reformatórios, institutos correcionais, colônias agrícolas, escolas de artes e ofícios, incentivadas ainda pelo Código Penal de 1890¹⁷.

Medicina e Direito também se uniam no combate à delinquência e abandono, valendo-se do cientificismo que então vigorava. Às novas instituições

¹³ Em 1854, surge, em Niterói, o Asilo Santa Leopoldina; em 1857, o Colégio Santa Teresa, em Porto Alegre; o Colégio de Órfãos, Recife, 1855; a Casa dos Educandos e Artífices de Manaus, 1856; entre outros.

¹⁴ O termo instituições totais foi cunhado por Goffman, no seu livro *Manicômios, Conventos e Prisões*. Nele, o autor descreve e analisa o perverso sistema de controle e a dinâmica nestes locais estabelecida.

¹⁵ A escola de Lombroso apregoava o refreamento da tendência criminal a partir da disciplina e ordem rigorosas.

¹⁶ Augusto Comte propunha a separação dos delinquentes e expostos em grandes instituições para, depois de assimilados os preceitos da boa convivência, retornarem à sociedade.

¹⁷ O referido código, em seus artigos, legislava sobre a criação de institutos correcionais de grande porte.

caberia romper com o perverso sistema de atendimento aos expostos e pequenos infratores, assim descrito por Moncorvo Filho:

“O asilo, tal qual concebiam os antigos, era uma casa na qual encarfunavam dezenas de crianças de sete a oito anos em diante, nem sempre livres de uma promiscuidade prejudicial, educadas no carrancismo de uma instrução quase exclusivamente religiosa, vivendo sem o menor preceito de higiene, muitas vezes atrofiadas pela falta de ar e de luz suficientes. Via de regra, pessimamente alimentadas, sujeitas não raro, a qualquer leve falta, a castigos bárbaros dos quais o mais suave era o suplício da fome e da sede (...)”

No Rio de Janeiro, surgia, assim, o *Instituto de Menores*¹⁸ da Casa de Correção da Corte, com um sistema de triagem e destinação de procedimentos educativos a cada categoria por ela estabelecida.

“ na primeira seção serão compreendidos: 1. os menores que forem presos pela polícia por serem vadios, vagabundos ou abandonados; 2. os que por má índole não possam ser corrigidos por seus pais ou tutores, havendo pedidos destes para sua admissão. Na 2ª seção serão compreendidos os menores que por sua orfandade não puderam receber uma educação conveniente e apropriada em outro lugar. Nesta 2ª seção ficarão apenas os menores entre 10 e 14 anos, que aí teriam possibilidade de aprender ofícios variados: encanador, ferreiro, marceneiro, pedreiro e

¹⁸ O termo menor passou a englobar, a partir do final do século XIX, uma ampla categoria de denominações como: órfãos, desvalidos, peraltas, capoeiras, moleques, expostos, entre outros. Essa generalização, até hoje muito presente, confere à questão seu caráter jurídico, despersonalizando a criança e o adolescente.

serralheiro, só que dentro da idéia de repressão dos infratores ou de alto risco, que por isso estava ligada à Casa de Correção,”¹⁹

O Pará, por sua vez, criava em 1872, o Instituto Lauro Sodré, caracterizado pela rígida disciplina e castigos — repreensões públicas, trabalhos com intuito vexatório a encarceramento por até oito dias. Já em São Paulo surgia o Instituto de Educandos Artífices (1874) e, no mesmo ano, no Maranhão, o Instituto de Educandos Artífices do Maranhão, entre outros espalhados pelo país.

Nas últimas décadas do século XIX, complementam ainda ao modelo dos grandes estabelecimentos as *colônias agrícolas* e as *colônias industriais*, que gozaram de enorme prestígio em seu tempo e, ainda hoje, encaradas por considerável parte da população como método dos mais adequados para a reabilitação dos jovens.

20

Assim, ao fim do século XIX, são construídas: a Colônia Agrícola Orfanológica e Industrial Isabel, localizada no Recife, que se vangloriava pela alta produtividade de açúcar e formação de indivíduos úteis à sociedade; a Colônia Orfanológica Cristina, em Fortaleza, com suas oficinas diversas voltadas, em geral, para os órfãos da seca; a Colônia Orfanológica Isabel de Salvador, direcionada ao processo de transição da mão-de-obra escrava para a livre, atendo-se sobretudo à formação de operários servis para a lavoura; a Colônia Correccional de Dois Rios, no Rio de Janeiro, com sua política de reabilitação para crianças e jovens “*vagabundos*

¹⁹ *Coleção de Leis do Império*. 1861. Actos do Poder Executivo, 1861, p.117

²⁰ Inspirados no sistema inglês e francês, ofereciam-se aos jovens e crianças destes estabelecimentos o ensino formal e profissionalizante, sob a égide de uma forte moral e disciplina que, como se podia esperar, redundavam nos rotineiros abusos físicos e psicológicos.

ou vadios, capoeiras, ébrios habituais, jogadores, ladrões, dos que praticam lenocínio e dos menores viciosos”, conforme palavras do presidente da província; a Colônia Orfanológica, Artística, Industrial e Agrícola Providência, em Belém, substituta do antigo Instituto Lauro Sodré. Acresce-se ainda que, nas regiões desprovidas de colônias ficava estabelecido — à ordem dos juízes — a utilização de fazendas particulares para a educação dos órfãos e desvalidos, o que de fato camuflava a perversa troca de escravos por jovens supostamente livres.

No entanto, o aumento de crianças e jovens nas ruas dos centros urbanos permanecia em seu histórico ritmo. Os grandes institutos e colônias não conseguiam suprimir o fenômeno da marginalização, tornando-se, dia a dia, grave questão social. Os métodos repressivos ganhavam força através da atuação mais enérgica do corpo policial e dentro das próprias paredes dos estabelecimentos de recuperação. No campo jurídico, em fins do século XIX, a criminalidade infanto-juvenil torna-se um dos grandes temas da área, conduzindo à alteração, em 1890, da idade de responsabilidade penal de catorze anos — conforme o Código Criminal do Império de 1830 — para meros oito anos de idade²¹.

2.4 SÉCULO XX: BUROCRATIZAÇÃO E VIOLÊNCIA

Em 1901, no Rio de Janeiro, sob uma configuração político-social instável, ainda em adaptação ao panorama da República, é inaugurada a Colônia

²¹ a lógica da privação de liberdade precoce se sustentava nos princípios higiênicos e filantrópicos. Quanto antes fosse institucionalizada a criança, maiores as chances de se tornarem cidadãos úteis. Ressalva-se ainda que, embora respondessem os “pequenos delinquentes” ao Código Penal, estavam-lhe asseguradas a separação do convívio com adultos criminosos.

Penal Agrícola. No ano seguinte, em São Paulo é construído o Instituto Disciplinar de São Paulo e a Colônia Correcional, na antiga fazenda de Morgado de Matheus, entre a Avenida Celso Garcia e o leito do Rio Tietê.

“Embora com falhas, estava o Estado de São Paulo com um estabelecimento onde podia recolher menores, dando guarida aos abandonados para que não vivessem sem teto e protegendo-os contra as insídias da miséria, abrigando os pequenos criminosos para que não chafurdassem mais em vícios em contato nas cadeias com adultos delinquentes. No vetusto casarão entrava em vinte e três de fevereiro o primeiro menor, um pretinho, condenado por crime, de acordo com o artigo 294 do Código Penal.”²²

Já em 1924, à esteira da Declaração dos Direitos da Criança²³, nascia o Juízo Privativo dos Menores Abandonados e Delinquentes da Comarca de São Paulo, de acordo com a Lei Estadual nº 2059. Regulamentava-se a internação para os menores abandonados e pervertidos (vadios, mendigos e libertinos)²⁴ em, no mínimo três anos e, no máximo, sete anos de reclusão; e para os infratores, à condução para os Institutos Disciplinares da Capital²⁵, Taubaté ou Mogi-Mirim.

²² Revista do Arquivo Municipal XCVIII.

²³ Também conhecida como Declaração de Genebra, posta em vigor em 1923.

²⁴ No Código de Menores de 1927 fica estabelecido como sendo “o infante exposto aqueles até sete anos de idade encontrados em situação de abandono; vadios, os que se recusavam à instrução ou trabalho, passando seu tempo ociosamente nas ruas; menores mendigos, os que pediam esmolas; e libertinos, os envolvidos em obscenidades”.

²⁵ Em 1924, acompanhando as mudanças jurídicas no atendimento à criança e adolescente, assim como, ao aumento da incidência de delitiva entre os mesmos, foi criado no Instituto Disciplinar um grande pavilhão de internação, chamado de Instituto de Menores, e mais dois outros prédios para abrigo e triagem.

Três anos depois, criava-se o *Código de Menores*, considerado marco jurídico na questão do atendimento à infância e juventude. Passava o Estado a assumir maiores responsabilidades, através de políticas e convênios com a beneficência privada²⁶, cada vez mais sob seu controle. Insistia-se ainda na elaboração de um modelo não punitivo, mas disciplinar e científico, voltado aos abandonados e delinqüentes.

Intento à parte, embora a punição fosse pelos mecanismos jurídicos do Código de Menores coibido, dentro dos muros das instituições predominava a opressão física e moral. Os castigos constituíam o alicerce do processo disciplinador como nas colônias orfanológicas do século XIX, gerando abusos e violência por parte dos funcionários.

Frente a esta situação, é inaugurado em 1931 o *Serviços de Reeducação*, com o fim de controlar a agressividade dos procedimentos punitivos dos estabelecimentos para jovens e crianças abandonadas e infratoras.

Na mesma década, o gradativo aumento da marginalização dos pequenos e sua ameaçadora presença nos centros urbanos, que tanto minava a fantasia republicana de ordem e progresso, é incrementado o aparato estatal no tocante ao atendimento ao menor. Novas repartições são construídas como o Departamento de Assistência Social e o Serviço Social de Assistência e Proteção ao Menor, subordinadas à Secretaria de Justiça e Negócios do Interior. Em 1938, mudam-se os

²⁶ Apesar da crescente responsabilização estatal no atendimento da infância e juventude, as entidades particulares e religiosas nunca se ausentaram deste processo.

nomes para semelhantes serviços. Surgem o Departamento de Serviço Social e o Serviço Social de Menores.²⁷

Nos anos 40, a expansão do proletariado urbano, as correntes migratórias e a crescente industrialização acarretaram no aprofundamento das mazelas sociais e irrupção de outras forças políticas. Atento a estas modificações, o governo corporativista e centralizador de Getúlio Vargas, cria o Serviço de Atenção ao Menor (SAM), incumbido na formulação de diretrizes do atendimento à criança e adolescente. Aparecem diversas instituições, financiadas pela iniciativa privada, que procuravam atender a infância e juventude pobres através de cursos profissionalizantes e benefícios como alimentação, bolsa-auxílio, atendimento médico, entre outros. Dentre elas, destacam-se: a Legião Brasileira de Assistência (LBA), o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), o Serviço Social de Aprendizado Comercial (SENAC), o Serviço Social do Comércio (SESC) e o Serviço Social da Indústria (SESI).

Em São Paulo, no mesmo período, o atendimento ao menor é ampliado com a construção de dezesseis casas dentro da chácara do Tatuapé, passando a se chamar de *Instituto Modelo ou Reformatório Modelo*. A esta alteração, soma-se a instauração do Serviço de Abrigo e Triagem²⁸, o Serviço de Colocação Familiar e o Serviço Social da Vara de Menores,²⁹ com vistas a propiciar dinâmica mais adequada

²⁷ A constante alteração de alcunhas e criação de serviços diversos a fim de lidar com o abandono e delinquência, iria se tornar hábito dentro das esferas do poder público, tanto a soarem fastidiosas.

²⁸ Estes serviços se transformaram na década de 90 nas unidades 1,2 e 15 do Complexo Tatuapé.

²⁹ O Serviço Social da Vara de Menores e o Serviço de Colocação familiar surgiram do desmembramento do Serviço Social de Menores, que passara à subordinação do Juizado de Menores em 1947.

ao processo de recolhimento e distribuição de jovens e crianças abandonadas e infratoras aos estabelecimentos especializados.

Também são levantados no interior e litoral do Estado de São Paulo grandes espaços destinados a esta população, como os internatos de Batatais, Lins, Itapetininga, Iaras, São Vicente, Guarujá e Jacareí. Esta estrutura possibilitou a formação de uma rede de entidades assistenciais, às quais seriam encaminhados os ditos menores, depois de recolhidos e devidamente diagnosticados pelo Abrigo Provisório. Assim, conforme o laudo, traçava-se um destino institucional para o educando que poderia ser as Casas da Liga das Senhoras Católicas, Reformatório Modelo, o Instituto Agrícola de Menores de Batatais, o Reformatório Modelo, o Instituto de Menores de Mogi-Mirim, o Instituto Feminino de Campinas, o Hospital Psiquiátrico do Juqueri, entre outros.

A esta altura, a “questão do menor” ganhava na imprensa ampla divulgação pela maciça presença dos garotos maltrapilhos nas ruas paulistanas, que tanto amedrontavam pelos furtos e roubos cometidos. A imagem da criança com olhos tarjados ao lado de severas críticas quanto à segurança pública inundavam os jornais, assim como o apelo de grande parte da população paulistana, que via nos “trombadinhas” ameaçadora figura à ordem social.

Em 1954, é criado o Retiro Provisório de Menores³⁰, a fim de recolher, em primeiro momento, os jovens infratores em local diverso das celas dos adultos e agilizar seu atendimento. Subordinado diretamente ao Juizado de Menores contava

³⁰ O RPM foi construído próximo da Av. Celso Garcia, ao lado da Delegacia Auxiliar da 8ª Divisão Policial e atrás da Vara de Menores. Possuía duas alas, com celas individuais e um prédio anexo destinado a oficinas pedagógicas e atendimentos técnicos. O anexo foi demolido em 1979 e o prédio principal se tornou a Unidade de Internação 5 do Complexo Tatuapé.

com a presença de assistentes sociais, encarregados na elaboração de relatórios iniciais, que informavam ao Juízo as características do delito e do adolescente e formulavam sugestões de encaminhamento ao caso, ou seja, liberdade vigiada, internação, devolução aos pais, entre outros.

Contudo, durante as quase duas décadas da existência do RPM, o que se viu foi uma coleção de denúncias de maus-tratos, torturas e inadequada infraestrutura. Dos jornalistas da época recebia o emblema de “escola do crime” e “fábrica de bandidos”, além de considerações como produtor dos “mais perigosos delinqüentes que já passaram pela polícia”.

“ Quinhentos e oitenta e cinco jovens, entre os quais 40 maiores, ocupam alojamentos no RPM, que comportam apenas 120, e vivem num ambiente de total promiscuidade. As instalações — corredores internos, celas de punição, enfermaria, banheiros, locais de trabalho e os pátios internos — estão em péssimo estado de conservação e as condições de higiene em que os jovens ali vivem são as piores possíveis. Foi esse o quadro testemunhado ontem pelo secretário Mário Altfender.

A maioria dos internados no RPM vive seminua, vestindo apenas calções ou trajes esfarrapados. Trinta e três já desempenham um trabalho semiprofissionalizante: costuram e reparam bolas de futebol enviadas ao RPM pela indústria fabricante, a Drible, pelo que recebem um mínimo de Cr\$ 1,75 e um máximo de Cr\$ 6,30. Muito pior é a situação dos 120 menores que trabalham na confecção de tramas (acessórios de plástico utilizados para prender fios em paredes): suas mãos estão permanentemente feridas e ganham apenas bombons, balas ou cigarros, comprados com os Cr\$800,00 dados, a cada 15 dias, pela indústria que lhes fornece o

material para o trabalho.” (Estado de São Paulo 26/03/1975 apud in Frontana, 1999:155)

As fugas também passavam a ilustrar o cotidiano institucional, evidenciando o fracasso destes estabelecimentos na execução de seu objetivo.

“Quinta-feira última parece que houve mais uma tentativa de fuga de jovens recolhidos ao Reformatório de menores do Tatuapé. Pelo menos alguns rapazes puderam ser vistos correndo sobre o telhado e tiros foram ouvidos pelos que se encontravam nas imediações. Quando tudo parecia serenado, chegaram bombeiros de uma guarnição com sede nas proximidades. Desceram empunhando os bastões denominados “tamanho família” e estavam muito longe de parecer simpáticos e heróicos soldados do fogo.

Não conseguimos apurar o que realmente houve. Nem sequer podemos afirmar se os menores tentaram fugir, se alguns foram ou não espancados — embora tudo indique que sim, por causa do circuito de fero lançado em torno do caso.” (Jornal da tarde, 23/03/1972 apud in Id,157)

Tendo seu corpo funcional composto, sobretudo, por policiais, dentro dos muros do RPM fortalecia-se a cultura corretiva, tão marcante na futura Febem.

“Você quer saber de uma coisa? Isto aqui está perdido. Do jeito que está não pode continuar. Brigas diárias. Motins. Menores se aproveitando uns dos outros, sem que se possa fazer nada. O jeito é de vez em quando dar uma surra nos moleques. Mas não adianta, são todos uns safados de marca maior.”³¹ (Folha de São Paulo 08/08/1973 apud in Id, 170)

³¹ relato de policial que trabalhava no RPM.

Enquanto isso, a incidência de delitos cometidos por menores continuava em seu ritmo assustador, chegando, de acordo com o levantamento da polícia, a representar 60% dos assaltos e homicídios³² cometidos na cidade, num crescimento de 14% ao ano da delinquência juvenil. A polícia, diante tal situação não media esforços na repressão destes jovens, o que culminaria na Operação Camanducaia.

Sem qualquer autorização do Juizado de Menores, 93 adolescentes recolhidos do centro de São Paulo pela polícia — alguns com nove anos de idade — foram colocados em um ônibus, conduzidos para a cidade de Camanducaia e soltos em meio à estrada. Despidos e espancados pelos policiais, empreenderam fuga e alcançaram um posto de serviços, causando espanto e revolta na cidade e no Estado de Minas, que cobrou explicação ao governo de São Paulo. À época, o secretário de Segurança do Estado de São Paulo, coronel Erasmo Dias, apesar das desculpas públicas e de suas alegações de que não tomou parte na operação, desafiou:

“ Qualquer solução que eu tente será meramente unilateral e por isso faço um desafio: ou nossa sociedade resolve o problema do menor, ou nós seremos engolidos por essa massa de pobres, desajustados, mas que, em última análise, são também criminosos.” (Folha de São Paulo, 22/010/1974 *apud in Id,170*)

Este episódio, somado às inúmeras denúncias de maus-tratos no RPM e outras instituições de recolhimento a infratores e abandonados, assim como ao galopante crescimento da criminalidade juvenil, conduziram a um grande debate sobre

³² nota-se, desta época, a gradativa mudança da qualidade do delito, cada vez mais violentos, como roubos à mão armada e homicídios.

o atendimento ao menor. Diante o terrível quadro, caberia ao governo paulista a reorientação de sua política na área da segurança e educação dos adolescentes infratores. Em consonância às diretrizes federais da Política Nacional do Bem-Estar do Menor, são aprovados aos 13 de outubro de 1976, mediante o Decreto nº 8.777, os Estatutos da Fundação do Bem Estar do Menor de São Paulo. Surgia a FEBEM-SP.

2.5 A FUNDAÇÃO ESTADUAL DO BEM-ESTAR DO MENOR

Entre o fim do Estado Novo e o golpe militar, experimentava o país uma reorganização das forças sociais, refletida no fortalecimento das camadas populares e operárias. A democracia era vista como legítimo instrumento de ascensão política das classes trabalhadoras e inspirava o medo na elite brasileira. Neste contexto a entrada dos militares no poder representou a manutenção da pirâmide social e claro impedimento de mobilizações populares.

*“A democracia, por imperfeita que fosse, abriria seus flancos às lutas de classes e à propagação e ao crescimento das forças sociais desestabilizadoras incontroláveis a partir de uma tirania com apoio militar. “Cortar o mal pela raiz” era, em essência, a opção por uma contra-revolução, e o “mal menor” requeria a montagem de um estado subfacista e de um governo militar ditatorial! Isso não resolveria a crise social crônica, mas permitiria salvar as classes dominantes e suas elites de uma tragédia histórica.”*³³(Fernandes, Florestan *apud in* Id, 80)

Assim, com o golpe militar de 1964, inicia-se uma nova fase da política brasileira. O Estado de Segurança Nacional é erigido e impõe forte centralização do poder e constante busca de controle social. No aspecto da infância e juventude surge, sob o governo de Castelo Branco, a FUNABEM (Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor), a fim de colocar em prática as diretrizes e orientações da Política

³³ FERNANDES, Florestan, *O significado da ditadura militar*.

Nacional do Bem-Estar do Menor, através das FEBEMs (Fundação estadual do Bem-Estar do Menor).

Marcada pelo tom ideológico, caberia a FUNABEM, assim como a diversos outros aparatos governamentais, lidar com a crescente insatisfação civil. Para tanto, valeu-se de forte propaganda, como exposto no discurso de Mário Altfender — presidente da Fundação e, posteriormente, Secretário Estadual da Promoção Social de São Paulo e responsável pela implementação da FEBEM-SP.

“E, para que se avalie o que isso significou em nosso país, é preciso dizer que o Governo federal teve a coragem de extinguir uma repartição pública, do Ministério da Justiça, em seu lugar criando uma fundação autônoma, administrativa e financeiramente, com a velocidade de resposta que o problema do menor exigia.

E foi uma vitória da Revolução de 31 de março. Não fosse essa Revolução, acredito que nunca poderia ter feito tal obra em nosso País, porque há mais de quarenta anos as pessoas de bem clamavam por providência dessa profundidade, sem que ela fosse concretizada. Eram as repartições que Ministros do Supremo Tribunal chamaram de “nódoas”, “universidade do crime”, “fábrica de bandidos”? Foi a revolução de 31 de Março que acabou com isso, elevando o tratamento do menor ao nível de problema do campo psicossocial, que merece estudos da Escola Superior de Guerra e dos excelentes cursos das Associações dos Diplomados da Escola Superior de Guerra.

(...)Uma Revolução pode não derramar sangue, mas tem de derramar idéias, tem de mudar rotinas, quebrar mentalidades retrógradas que impedem o progresso e não permitem que o desenvolvimento social se

estabeleça. E isso a revolução fez e está fazendo em diversos setores, inclusive no campo do menor.³⁴” (Altfender *apud in* Id, 93)

Além da simples retórica, apoiava-se a propaganda da Funabem num discurso de cunho científico. Os menores tomavam o posto de vítimas da desorganização familiar, que tanto atingia os migrantes nordestinos e camadas pobres da população. Na ótica dos militares, o rápido processo de industrialização e urbanização teria formado um contingente de indivíduos pouco preparados para se inserirem na nova configuração econômica e social, gerando disfunções comportamentais de ordens diversas como doenças mentais, alcoolismo, favelamento, abandono de menores, condutas anti-sociais, entre outros.

“Difunde-se a crença de que a marginalidade é um meio de vida daqueles indivíduos que não conseguem, devido às suas próprias deficiências, acompanhar o ritmo do desenvolvimento nacional e, por isso, são excluídos de participar de seus benefícios, uma vez que não participam da produção da riqueza nacional”³⁵ (Violante, M. *apud in* Id, 189)

Outra vez, nos termos de Altfender:

“Uma análise combinatória das situações de maior incidência que recaem sobre o menor permite-nos delinear um quadro geral desse ser humano em formação, considerado problema social: é filho de pais

³⁴ ALTENDER, Mário, Bem-estar e promoção social, Pronunciamentos na Secretaria da Promoção de São Paulo e na Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor — FUNAMBEM(1965-1977), São Paulo, Secretaria da Promoção Social/ Assessoria de comunicação Social, 1977, pg 120.

³⁵ VIOLANTE, Maria Lúcia, O dilema do decente malandro: a questão da identidade do menor — FEBEM, São Paulo, Ed. Cortez, 1989, pg 63-64.

separados ou amasiados e de mãe empregada doméstica; efetivamente carente; vive em casa de familiares e estranhos, porque abandonado de fato ou de direito pelos pais; inseguro, portador de verminose, desnutrição e anemia; sem interesse pelos estudos; sem raciocínio lógico; linguagem pobre; frustrado e de conduta extremamente agressiva.” (Altfender apud in Id, 83)

Nesta ótica, aos menores institucionalizados na Fundação, seria oferecido um espaço acolhedor, um universo artificial que lhes suprisse as carências materiais, afetivas e morais, entendidas como motivadoras do ato anti-social. Para esta tarefa, passavam a ser incluídas no corpo funcional psicólogos, assistentes sociais, médicos, dentistas e pedagogos, que executariam o “tratamento” do adolescente ou criança marginalizada. O diagnóstico também surgia como forma de se conceber melhor encaminhamento ao menor, seja ele abandonado, carente ou infrator.

O tratamento do interno se sustentava ainda sobre dois pilares: a profissionalização e a educação. A idéia do trabalho edificante e do ofício honesto — alicerces da moralidade — se tornava o paradigma da Fundação, o que permitiria a inclusão do jovem no irrefreável processo do crescimento brasileiro. A Febem se queria escola e não prisão. Novos termos para um antigo mote.

“Na tradição brasileira, a regra formal que prescreve o acesso aos direitos sociais desdobra-se em algo como uma lei moral que julga a pertinência do indivíduo na vida em sociedade, o seu direito a existir socialmente e a ser reconhecido como cidadão: para ter direitos e acesso a uma existência legítima, o indivíduo tem de provar ser um trabalhador responsável, com uma trajetória ocupacional identificável em seu registro

de carteira, persistente na vida laboriosa e cumpridor de seus deveres.”³⁶(Telles, V. *apud in Id*,193)

Em 1976, o presidente da Funabem, Mario Altfender, ocupa a Secretaria de Promoção Social de São Paulo, a fim de comandar a implantação da Febem-SP. A força da propaganda aliada à veemente necessidade de uma nova política para o menor geraram enorme entusiasmo em diversos setores sociais, tendo a imprensa, inclusive, muito colaborado para o clima de renovação que então se observava. Iniciava-se uma reordenação estrutural ao atendimento ao abandonado e infrator em São Paulo.

Assim, no final da década de 70, são construídas unidades de recepção e triagem no Tatuapé com a meta de abarcar o enorme contingente de adolescentes e crianças que ingressavam à Fundação. Estas unidades, dispostas em seis pavilhões, chegavam a comportar até 700 *menores* e substituíam o antigo anexo do já extinto RPM, usado para fins semelhantes de entrada e encaminhamento. Seguindo os preceitos da Funabem, também eram incorporados ao quadro funcional profissionais das áreas de saúde, pedagogia e serviço social.

No entanto, logo nos primeiros anos, ficava clara a ineficiência da nova instituição, reproduzindo as mesmas falhas de outrora, e até mesmo em maiores proporções. O discurso ufanista dos dirigentes da Febem-SP, expresso em promessas como a expansão de 500% no atendimento ao *menor* em dois anos, passava a conviver com as fugas e rebeliões estampadas nos jornais. Denúncias de maus-tratos,

³⁶ TELLES, Vera Silva, A cidadania inexistente: incivilidade e pobreza. Um estudo sobre trabalho e família na Grande São Paulo, São Paulo, tese de doutorado, Departamento de Sociologia da USP, 1992, pg 116-117.

espancamentos e acusações de esquemas de corrupção encorpavam o rol dos problemas institucionais, levando a abertura de sindicâncias, destituições de cargos e demissões de funcionários de pátio, diretores até presidentes da Febem-SP.

Em depoimentos ao Jornal de Tarde, um professor delatava:

“(...)dois inspetores exerciam um trabalho de torturadores. Às vezes, o José Eduardo chegava de madrugada, acordava todos os menores e os levava para o pátio, onde tinham que marchar horas seguidas. Outras vezes, ele invadia a sala de aula, exigia que o professor saísse e batia nos alunos. Isso aconteceu na minha sala de aula, até que um dia os dois inspetores quebraram o braço do menino a golpes de pau e acabaram sendo demitidos porque a mãe do menor procurou o juiz de menores e contou tudo.”

(...) Antes do caso do menino que ficou com o braço quebrado, houve o caso do menino Eduardo Luís Ferreira, hoje maior de idade. Foi em outubro do ano passado; chutaram tanto os testículos dele que ficou parecendo uma maçã. Depois houve uma tentativa de fuga do pavilhão reservado para vigilância. Dois meninos foram apanhados: R.P. e M.M.G.. Levaram uma surra impressionante e durante muito tempo ficaram com as marcas de feridas pelo corpo. Os dois tiveram de passar a noite inteira, nus, limpando as manchas de seu próprio sangue que ficaram nas paredes.” (Jornal da Tarde, 19/10/1977 apud in Id, 206)

Já outro relato de uma professora mostrava a deterioração administrativa dentro das dependências das unidades:

“Cada garoto custa mensalmente à FEBEM cerca de 7 mil cruzeiros, mas o que existe numa unidade como esta não vale este preço (...) A comida é péssima, o agasalho é insuficiente, higiene não existe, roupa também é

insuficiente. Há até um caso de um garoto que não tomava banho há vários dias. Eu perguntei a ele o que estava acontecendo. Ele me disse que havia solicitado papel higiênico para seu uso e de seus companheiros e até isso estava lhe sendo negado. E enquanto não lhe dessem papel higiênico iria permanecer sujo. E foi isso que aconteceu. Promoção humana é coisa que não existe na FEBEM.

Os desvios de verbas numa unidade educacional deste tipo também são coisa comum. Há funcionários completamente inescrupulosos. Material de cozinha, então, nem se fala... certa vez vi comprarem 40 quilos de queijo, metade foi desviada para casa de alguns funcionários. Latas de óleo, verduras, tudo é desviado constantemente.”³⁷(Folha de São Paulo, 11/02/1979 apud in Id,212)

Enquanto isso, o aumento da violência juvenil e o abandono em São Paulo não aguardavam as respostas institucionais. Na década de 80, sem mais as desculpas de serem as dificuldades encontradas reflexo da transição para um novo sistema, como apregoava o governo paulista, mergulhou a Febem-SP num processo de descrédito, em que se acirravam as questões da superlotação, rebeliões e maus-tratos. A fim de oferecer melhor suporte ao Complexo Tatuapé, novas unidades educacionais foram construídas junto à Rodovia Raposo Tavares (EU's 21, 22 e 23) e a Imigrantes (UE-16), assim como a UE-17 em Ribeirão Preto.

De fato, os anos 80 marcam uma outra etapa no trato à infância e adolescência. As organizações não-governamentais, pouco a pouco, começam a tomar importante espaço no atendimento a esta população, e encorpam-se as discussões acerca da institucionalização dos jovens e infantes, e os deveres da família e do

³⁷ Folha de São Paulo, 11 de fevereiro de 1979.

Estado. Ao Código de Menores de 1979, em sua base o mesmo de cinquenta anos atrás, são dirigidas críticas diversas, sobretudo pelo fundamento da Doutrina da Situação Irregular que lhe era implícita. A delinquência, até então vista como sintoma de um desajuste psicofamiliar, ou seja, em uma certa incapacidade dos pais em oferecer ao seu rebento condições materiais e afetivas para um desenvolvimento sadio da criança, passa a ser questionado por diversos setores sociais, atribuindo-se ao aparato governamental a negligência em tarefas básicas como educação e saúde.

Já em 1990, após inúmeros debates entre setores sociais diversos, é criada a Lei nº 8064, o Estatuto da Criança e Adolescente, que mantinha estreito diálogo com diretrizes internacionais.

“(...)Essa doutrina inspirou-se principalmente na Declaração de Genebra de 1924 que previa a necessidade de proporcionar à criança uma proteção especial; na Declaração Universal dos direitos Humanos das nações Unidas (1948); na convenção Americana sobre os Direitos Humanos (Pacto de São José, 1969), que assegurava que “ toda criança tem direito às medidas de proteção que na sua condição de menor requer, por parte da família, da sociedade e do Estado”; nas regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça da Infância e da Juventude — Regra de Beijin (1985); nas Diretrizes das Nações Unidas para a Prevenção da Delinquência Juvenil —Diretrizes de Riad (1990); bem como As Regras Mínimas das Nações Unidas para a Proteção dos Jovens Privados de Liberdade (1990)”. (Soares, E.S, 2001:199)

A partir do novo corpo de leis estabelecido pela instância jurídica, não mais eram motivo de atenção somente a criança e o jovem em risco social, mas sim todas elas, sem prévias distinções. A doutrina da situação irregular passava para a da

proteção integral, incumbindo deveres à família, comunidade, sociedade em geral e ao poder público, como *“assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.”*³⁸

À criança e ao adolescente também seriam garantidas *“todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana(...), assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhe facultar o desenvolvimento físico, mental moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade.”*³⁹; assim como a proteção contra *“qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punindo na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.”*⁴⁰

Desta forma, passavam os jovens e crianças à condição de *sujeitos de direitos* e prioridade absoluta para o país. Regulamentam-se fundamentos como: o direito à vida e à saúde ; à liberdade, ao respeito e à dignidade ; à convivência familiar e comunitária⁴¹; direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer; à profissionalização e à proteção no trabalho. Estabelecem-se também formas de prevenção à violação destes direitos; as diretrizes da Política de Atendimento à criança e adolescente, em que se apresentam os artigos sobre as entidades de atendimento, fiscalização das entidades; criam-se as medidas de proteção, as medidas sócio-educativas, as pertinentes aos pais e

³⁸ Estatuto da Criança e Adolescente, Título I (das disposições preliminares), artigo 4º.

³⁹ Id, artigo 3º.

⁴⁰ Id, artigo 5º.

⁴¹ Estabelece-se, neste ponto, os artigos acerca da família natural, substituta, da guarda, tutela, adoção.

responsáveis e o Conselho Tutelar; garante-se o acesso à Justiça e definem-se as atribuições da Justiça da Infância e Juventude, assim como seu mecanismo processual.

Diante desta nova configuração jurídica, a Febem, como órgão responsável pelo atendimento aos jovens e crianças infratoras e em risco social, não poderia ficar alheia às mudanças que tanto repercutiam na sociedade. Iniciava-se outro período de transformações estruturais dentro da Fundação, no intuito do adequado cumprimento do ECA.

Uma das mais significativas foi a transferência dos encargos com o menor em situação de abandono para a SOS Criança, implantada no Brás, que se incumbiria de seu encaminhamento para locais especializados. Passava o ECA a estabelecer clara distinção entre os rumos do atendimento daqueles que são vítimas em seus direitos e dos que desrespeitam o direito alheio, eliminando o trato coativo, pautado na reclusão em instituições, aos primeiros. Aos adolescentes infratores são formuladas as medidas sócio-educativas — Prestação de Serviços à Comunidade, Liberdade Assistida, Semi-Liberdade e Internação — e aos abandonados, as medidas de proteção, ambas muito diversas em seus artigos⁴².

Ainda em função do ECA, é criado o Decreto 34.785 de 08/04/92, que dispõe sobre a construção de diversas unidades de internação regionalizadas e garantem o processo de descentralização do atendimento e proximidade das famílias na medida sócio-educativa. A desativação dos grandes complexos em substituição a unidades pequenas, o decréscimo da entrada de adolescentes na medida de internação, mediante seu caráter de excepcionalidade, o revigoramento das medidas em meio-aberto e a

⁴² As crianças que cometem ato infracional, entendida a infância até os doze anos incompletos, ficam submetidas ao artigo 101, dentro das medidas especiais de proteção.

melhor integração das instâncias responsáveis pelo atendimento ao jovem infrator tornavam-se expectativas de uma tardia mudança institucional.

No entanto, a década de 90 veio a frustrar precocemente as esperanças dos profissionais e as instâncias compromissadas com o ECA. Logo em 1992, ocorre no Complexo Tatuapé uma grande rebelião em todas as suas unidades, com repercussões em todo o aparato institucional.

Jovens do Tatuapé são transferidos para a Unidade da Imigrantes e, logo depois, para estabelecimentos improvisados como casas comunitárias e escolas. Estes espaços seriam destruídos pelos internos no intervalo de uma semana, levando-os ao encarceramento no Centro de Observação Criminológica, no Complexo do Carandiru. O uso do sistema carcerário tornava-se opção para os problemas estruturais da Febem-SP, como ainda se observaria nas futuras transferências de jovens para a prisão de Parelheiros e, recentemente, Tupi Paulista.

No ano seguinte, devido à gritante necessidade de locais destinados à prestação dos serviços sócio-educativos, seis novas unidades são levantadas: Franco da Rocha⁴³, Fazenda do Carmo, Encosta Norte, Itaquaquecetuba, Vila Nova Conceição e Parada de Taipas.

Na segunda metade dos anos 90, os preceitos do ECA se tornavam cada vez mais contrastantes com a realidade institucional. As fugas e rebeliões de jovens refletiam a ausência de mudanças dentro da Fundação, fato ainda mais agravado pelas

⁴³ Posteriormente, foram construídas novas unidades em Franco da Rocha, configurando-se então em importante complexo da Fundação.

denúncias de maus-tratos a adolescentes, desvio de verbas e inúmeros problemas de ordem administrativa⁴⁴.

Em 1997, ocorre no Complexo Imigrantes mais uma rebelião, o que reduz o já precário espaço físico da instituição. Os problemas da superlotação, precariedade das instalações e violência institucional vertem-se em discussões acirradas entre os órgãos públicos, organizações não governamentais e sociedade em geral.

Um ano após o episódio é determinada à Presidência da Febem: aceleração no processo de descentralização de atendimento aos adolescentes infratores, alteração do Estatuto da Fundação, organização de mecanismos compensatórios para os municípios que se empenhassem na descentralização, criação de projetos de aperfeiçoamento das medidas sócio-educativas em meio aberto e instauração da figura do *ombudsman* — para a fiscalização do que fora disposto.

Outra rebelião no Complexo Imigrantes⁴⁵ toma as páginas dos jornais. Quatro adolescentes morrem barbaramente, e muitos funcionários são feridos. Mais de 600 adolescentes empreendem fuga, levando à completa destruição das dependências do Complexo e ao remanejamento dos jovens para cadeias públicas e diversas unidades de internação.

O triste evento ganha repercussão nacional e acarreta na inspeção do tratamento dispensado aos jovens infratores pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, que enviaria relatório sobre as antigas e incrustadas deficiências institucionais ao Ministério Público. Neste período ainda, o então

⁴⁴ Em 1995 é instaurada uma CPI, através do requerimento nº 3520, no intento de apurar fugas e diversas irregularidades administrativas no Complexo do Tatuapé e Imigrantes.

⁴⁵ Mega-rebelião de 1999.

governador do Estado de São Paulo, Mário Covas, traça as Diretrizes de Ação Governamental, deixando claro o caráter de urgência quanto à reformulação do atendimento ao adolescente infrator pelo Estado.

2.6 SÉCULO XXI E ANTIGOS MOTES⁴⁶

Na Febem-SP, a entrada do século 21 é marcada por outra tentativa de reestruturação institucional, a partir do projeto governamental “Novo Olhar”, alinha as diretrizes de ação estabelecidas pelo Estado de São Paulo para a Fundação. As entidades não governamentais adquirem um progressivo papel na fiscalização da Febem, assim como, no âmbito jurídico, acirra-se a postura do Departamento de Execuções da Infância e Juventude de São Paulo, sobretudo pela veemente necessidade de respeito aos artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente. A violência se torna, no entanto, cada vez mais, presença marcante no cotidiano das unidades de internação, com rebeliões sucessivas e processos contra funcionários por agressões.

Logo em 2000, a transferência de adolescentes do desativado Complexo Imigrantes para estabelecimentos improvisados, gera uma avalanche de fugas e desordem. A Fundação mergulha ainda mais no descrédito. As 52 rebeliões, 334 fugas e tentativas e 1.117 fugitivos — número impressionante dentro das estatísticas da Fundação — assombra a Febem e anuncia as dificuldades do novo século.

⁴⁶ Cabe especial menção que, no decorrer do texto, as referências a denúncias foram retiradas de jornais de ampla divulgação, mas não correspondem, necessariamente, aos fatos ocorridos. O desdobramento destas ocorrências não consta na dissertação. Saliento ainda que são comuns denúncias evasivas com o intuito de desestabilização das unidades de internação, para fins diversos.

No ano seguinte, é nomeado para a Presidência da Febem-SP o promotor de Justiça Saulo de Castro Abreu Filho, a fim de estabilizar o desolador quadro da instituição. Em março de 2001, porém, ocorre violenta rebelião no Complexo Franco da Rocha, com um saldo de 21 monitores e 12 adolescentes feridos, além da morte de um funcionário⁴⁷.

No mês de outubro, por sua vez, é iniciada a ampliação do antigo prédio da Central de Triagem e Encaminhamento (Cetren) e da Coordenadoria Regional de Obras e Promoção Humana, no Brás, a fim de servirem como a Unidade de Atendimento Inicial (UAI) e a Unidade de Internação Provisória (UIP) e imprimir maior agilidade ao processo de acolhimento ao jovem na Fundação.

Em 2002, o problema de superlotação da UAI já se tornava evidente, assim como os abusos ocorridos em unidade de Parelheiros, antigo presídio reformado para atender adolescentes infratores. Abril do mesmo ano, a Comissão de Direitos Humanos da OAB faz uma inspeção a ambos os locais e constata uma série de irregularidades, como a existência de uma suposta sala de torturas dentro das dependências da unidade de Parelheiros. Em julho, ocorrem rebeliões no Complexo de Franco da Rocha, onde se encontram barras de ferro e outros utensílios de confronto e punição. No mês seguinte, é iniciada greve de funcionários — tão marcantes nos próximos anos — devido às péssimas condições de trabalho.

⁴⁷ Este episódio marca início de uma política contensiva — mantida pela pedagoga Maria Luiza Granado, sucessora na Presidência de Fundação — que resultará em uma série de processos contra monitores acusados de espancamento.

Logo no início de 2003, outro presidente da Febem assume o cargo, o promotor Paulo Sérgio de Oliveira Costa, indicado pelo chefe da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, Gabriel Chalita. Nas palavras do presidente “*Nossa postura não é prende e arrebenta*”, ficava explícita a busca pela alteração dos rumos contensivos adotados nas duas gestões anteriores. É criada a Corregedoria Interna da Febem, destinada à apuração de denúncias como torturas e maus tratos; ampliados os serviços sócio-educativos com parcerias empresariais (Mc Donald’s, Mr. Sheik, Empório Raviolli, Bradesco) e de organizações não governamentais (Projeto Fique Vivo, Centro Paula Souza, Imprensa Oficial); e estimulada a promoção de eventos diversos(visitas do padre Marcelo, Ana Moser, Mano Brown, Marta Suplicy, criação das Olimpíadas da Febem).

No entanto, tais iniciativas tiveram que conviver com uma realidade muito diversa da educacional. No ano de 2003 nota-se um considerável aumento de ocorrências na instituição, sobretudo em Franco da Rocha⁴⁸. Durante os meses de março e abril o complexo é assolado por uma série de rebeliões, levando à transferência de seus jovens para Cadeias de Detenção Provisória de Hortolândia e Suzano, o Centro de Reabilitação de Taubaté e a Penitenciária de Avaré.

A atitude tomada pela Fundação recebe duras críticas, o que gera o retorno dos adolescentes à Febem a partir de determinação do Corregedor Geral de Justiça Luis Elias Tambara. Entidades como o Ilanud⁴⁹, Fundação Abrinq, Unicef, Comissão Teotonio Vilelea de Direitos Humanos, Sou da Paz, Justiça Global e a OAB

⁴⁸ Os complexos Tatuapé, Vila Maria, Raposo Tavares, assim como unidades de São Vicente, Bauru, Ribeirão Preto também são registradas tumultos e fugas.

⁴⁹ Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para prevenção do Delito e Tratamento do Delinqüente

também acirram o coro de ataques à instituição, da mesma forma que o Ministério Público, a partir de suas investigações acerca do “corredor polonês”, do qual teriam os adolescentes sido vítimas. Declarava ainda o representante da Anistia Internacional:

“o Brasil será condenado a um futuro de contínua violência, crime e repressão se não for capaz de oferecer aos seus jovens os padrões mínimos de proteção, exigidos por lei.”

Em agosto, outra rebelião em Franco da Rocha toma conta dos jornais paulistanos, desta vez, com a morte de um agente de proteção. A reação do Sindicato dos Funcionários da Febem é imediata, que convoca greve de ampla adesão na instituição. A falta de segurança no ambiente de trabalho se torna latente e aumenta os atritos com a Presidência da Fundação. No mês seguinte, dois adolescentes são assassinados por outros internos em Franco da Rocha, numa clara evidência das falhas institucionais em garantir a própria integridade dos jovens.

Ainda em setembro, ocorre a visita da relatora da ONU, Asma Jahangir, ao Brasil, a fim de elaborar parecer acerca da questão da violência no país. Diante das inúmeras críticas à Fundação que ganhavam repercussão internacional, faz inspeção em duas unidades de internação, uma considerada modelo pela instituição (UI- Pirituba) e outra, alvo de tantas denúncias (UAI). Ambas foram consideradas impróprias para a finalidade que lhes eram destinadas: a ressocialização do jovem infrator. Sua presença, no entanto, acelera a extinção da UAI do Complexo Brás, que chegara a comportar mais de 600 adolescentes num irrisório espaço destinado para 62 internos.

Em novembro, diante do brutal assassinato de um casal de jovens em Embu-Guaçu por um adolescente, reacende-se a discussão acerca da maioridade penal.

Uma onda de protestos conduzidas por diversos setores sociais toma as ruas de São Paulo, pedindo maior rigidez nas leis que envolvam crimes cometidos por menores de dezoito anos. A instalação da violência leva, inclusive, figuras reconhecidamente pacifistas a defender a prática punitiva, como o rabino Henry Sobel.⁵⁰ O Governador Geraldo Alckmin, por sua vez, reforça seu pedido por alterações no Estatuto da Criança e Adolescente — já pronunciado meses atrás, com a morte de um funcionário na Febem — por considerá-la em descompasso com a realidade político-social.

Em fevereiro de 2004, assume a Presidência da Febem o professor Marcos Antonio Monteiro, que dirigia o Centro Estadual de Educação Paula Souza. Com uma postura claramente avessa à retomada de procedimentos disciplinares rigorosos e de caráter apenas contensivos, além de contrário às propostas de redução da maioria penal e transferência de jovens para prisões, em sua gestão se observam a permanência dos problemas que assolavam a Fundação.

No mesmo mês, ocorrem rebelião em Raposo Tavares e fugas no Tatuapé; em março e abril, mais rebeliões e fugas de adolescentes em Franco da Rocha e Campinas, tumulto na Vila Maria, espancamento de funcionário em Ribeirão Preto; em maio e junho, fugas na Vila Maria, acusações ao Sindicato por facilitação nas fugas, greve por melhores condições de trabalho, rebeliões em Ribeirão Preto e Vila Maria; em julho e agosto, outra vez, rebeliões e fugas na Raposo Tavares e Franco da Rocha, além de tumultos na Vila Maria.

Diante o quadro desolador da instituição, a Febem é passada da Secretaria da Educação para a Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania. Alexandre

⁵⁰ O rabino, após suas declarações, tomadas pela exaltação, pede desculpas públicas, refletindo ainda mais o espírito consciente e pacífico, que tanto lhe é marcante.

de Moraes, empossado presidente da Fundação, promete agilizar processos sobre internação e liberação dos adolescentes infratores.

Em setembro, a greve de funcionários é suspensa após sessenta dias, e dez diretores são afastados, sob a acusação de maus-tratos. Em novembro, fecha a Febem parceria com a Federação Paulista de Futebol, que promoveria a apresentação dos adolescentes em partidas preliminares; e em dezembro, 21 jovens são aprovados no vestibular, alimentando as expectativas de um funcionamento adequado do ensino formal dentro da Fundação. No entanto, as fugas e tumultos prosseguiram na Vila Maria, assim como no Tatuapé, o que suplantava qualquer notícia de sucesso dos internos no cumprimento da medida sócio-educativa.

Em fevereiro de 2005, o Presidente da Febem anuncia uma das mais controversas resoluções da Fundação, com a demissão de 1.751 agentes de proteção — os antigos monitores — e a contratação de mais de 2.000 funcionários para área de segurança e educação. Nos Complexos de Franco da Rocha, Tatuapé, Raposo Tavares e Vila Maria, dos quais faziam parte muitos dos profissionais demitidos, o espaço por eles deixado conduz a uma repentina onda de violência, que desestruturaria ainda mais a Fundação.

Assim, no mesmo dia do anúncio da demissão, ocorre motim nas unidades 12 e 23 do Tatuapé. Uma semana depois, tentativa de fuga de 120 internos destes mesmos estabelecimentos. No dia dezessete de fevereiro, um jovem morre na UI-39, assassinado por outros adolescentes. Um dia após, Franco da Rocha passa por rebeliões e fugas, que se tornariam, naquele mês, quase diárias nos dois referidos complexos.

Março não anuncia melhora alguma na caótica situação instalada na Fundação. Pelo contrário, no dia 10, Franco da Rocha passa por outra rebelião, desta vez, com violência sexual⁵¹ a duas educadoras. Este fato causa repercussão social pela evidente irresponsabilidade do Governo em contratar funcionários sem qualquer preparo e inseri-los repentinamente numa situação insalubre e perigosa.

No dia seguinte, o Complexo Tatuapé é assolado pela segunda maior rebelião da história da Fundação, menor apenas do que a ocorrida na Imigrantes. Após fuga de 300 adolescentes do circuito grave, fora iniciado um motim que se generalizou pelas 18 unidades do Complexo, contido mediante a entrada da Tropa de Choque da Polícia Militar. No dia 18, é a vez do complexo Raposo Tavares ser atingido pela violência, acarretando em um funcionário ferido.

Situação controlada, o Governador Geraldo Alckmin, determina a transferência de 700 internos entre 18 e 21 anos para a Penitenciária de Tupi Paulista, onde falece um adolescente, vítima de AIDS.⁵² Apesar disto, as rebeliões e fugas prosseguem durante os meses de abril e maio nas unidades de Bauru, Guarujá, Franco da Rocha e Tatuapé. O Governo reforça sua intenção em construir novos estabelecimentos em todo o Estado, num retorno a antigas promessas. Ocorre enérgica reação das cidades escolhidas, temerosas em receber os jovens infratores que há tanto eram mostrados pelos jornais paulistas. Passeatas de moradores de bairros,

⁵¹ Os jovens que cometeram violência sexual se tornaram “seguros” nas unidades para as quais foram transferidos. Nas grandes rebeliões do complexo Imigrantes(1999) e do Tatuapé(2003) também se registram casos de abuso ou tentativas, numa clara fragmentação das próprias leis estabelecidas pelos internos, que abominam o estupro.

⁵² O deslocamento destes jovens, no entanto, levou ao sistema penitenciário uma enorme quantidade de internos com bom comportamento e adequada assimilação da medida socioeducativa, num processo pouco criterioso e danoso.

reivindicações de entidades não governamentais e manobras políticas afloram nos municípios, refletindo uma complexa articulação de interesses econômicos, políticos e sociais subjacentes a criação de novas unidades da Febem.⁵³

Em junho, é empossada para a Presidência da Febem, a Procuradora e Secretária Adjunta da Secretaria de Administração Penitenciária Berenice Giannella, tendo como um dos principais vértices de sua proposta levar o modelo de parcerias com Ong's para as unidades e a regionalização.

Mesmo assim, nos meses seguintes, a histórica violência na Fundação prossegue seu rumo, ainda que notadamente reduzida. Em pequenas unidades como as de Itaim Paulista e Encosta Norte se observam tumultos e fugas. No interior também se registram motins tais os ocorridos em São José do Rio Preto e São José dos Campos. Os complexos Tatuapé e Vila Maria mantêm sua rotina de violência, como na rebelião de 22 de novembro, com a presença de feridos.

Em fevereiro de 2006, entidades acusam a Febem de desrespeitar as medidas da Corte Interamericana de Direitos Humanos da OEA (Organização de Estados Americanos). Em março, novas propostas procuram alterar a função dos psicólogos e assistentes sociais da Fundação, retirando-os da sistemática elaboração de relatórios técnicos.

Em 05 de abril, outra rebelião no Tatuapé, com mais de 30 feridos, na maioria, funcionários. A desativação do complexo tem ocorrido com o gradativo

⁵³ a resistência das prefeituras e sociedade tem se colocado como sério obstáculo ao processo de descentralização idealizado em 2.000

fechamento de unidades. Os estabelecimentos de internação, em geral, passam por um clima de tensão, alimentada pelas recentes rebeliões no sistema penitenciário.

No dia 14 de maio de 2006, os Complexos de Vila Maria, Raposo Tavares e Tatuapé são assolados por violentas rebeliões. O Estado de São Paulo passa por uma série de atentados organizados pela facção criminosa PCC. Nas penitenciárias da capital, litoral e interior são registrados motins, com reféns e mortos. A apreensão leva a hipótese de toques de recolher para os cidadãos e o medo se instaura como nunca antes sentido no Estado. A situação é contornada, sob suspeitas de acordos entre a facção criminosa e o governo de São Paulo. Os jovens das unidades rebeladas são sancionados por um mês. Outra vez, surgem queixas de maus-tratos.

Em 2007, a Febem muda seu nome para Fundação Casa. O processo de regionalização, pouco a pouco, vai sendo instaurado no Estado de São Paulo, malgrado as resistências. Há uma forte busca por uma reformulação no sistema de saúde da instituição, assim como pelo aprimoramento de seus psicólogos e assistentes sociais, a partir de convênio com o Hospital das Clínicas. O Departamento de Execuções da Infância e Juventude pede a saída da presidente Berenice Giannella, mas há oposição da Secretaria de Justiça, que vê a destituição do cargo como uma ameaça à continuidade de uma proposta de trabalho. A violência nos grandes complexos não descansa.

INSTITUIÇÃO E REALIDADES HETEROGÊNEAS

Para René Kaës, as instituições são atravessadas por realidades heterogêneas que mutuamente se interferem. Nódulos de espaços diversos, compostos de matérias distintas, a produzir uma sobredeterminação de fatos. Palcos em que se engendram e atuam as dimensões sociais, econômicas, jurídicas, políticas, culturais e psíquicas.

No campo social, de acordo com o psicanalista, a instituição funciona como produtora e reprodutora da própria sociedade. Organiza as tarefas a ela necessárias, tais como a educação e saúde, e as exigências que daí se desprendem: *“hierarquias funcionais, papéis sociais, representações dos objetivos institucionais, controle social”*(KAËS 1996:19).

Na dimensão econômica a instituição é alvo de investimentos financeiros e ela mesma, geradora de bens e serviços. Faz circular o capital entre os diversos setores sociais, *“distribui o poder de compra, realiza benefícios e perdas”*(KAËS, 1996:19).

A instituição se assenta também sob a realidade jurídica. Neste espaço são fixados parâmetros sobre as relações dos sujeitos institucionais e de cada um deles

com a própria instituição, pelos “*recursos da Lei contra o arbitrário*” (KAËS, 1996:19).

Já no campo político, ocorre os processos de influência; e são tomadas as decisões e “*reguladas as ligações de dominância, de rivalidade e de submissão, sob as quais circulam os objetivos institucionais e os interesses de seus sujeitos*”(KAËS, 1996:19).

Não menos importante, Kaës aponta a dimensão cultural da instituição. Neste âmbito circulam os significados, valores e normas partilhados pelos membros que a constitui.

Por fim, a instituição comporta uma realidade psíquica que dialoga com todas as dimensões acima expostas. Ela “*mobiliza funções e processos psíquicos em seus sujeitos*” e lhes impõe “*uma exigência de trabalho psíquico*” para a “*manutenção dos vínculos institucionais*” (KAËS, 1996:20).

Na Fundação Casa, o encontro destes campos heterogêneos e mutuamente determinantes se faz claro no cotidiano institucional, marcado que está pela circulação de elementos derivados de múltiplas dimensões.

Seja dentro de suas unidades ou nos setores responsáveis pela formulação das diretrizes de atendimento ao jovem, permeiam-se as lógicas do jogo político, as equações econômicas que permitem a viabilidade ou não do projeto institucional, as representações de sua função dentro da sociedade, seu enlace com as normas do Estatuto da Criança e Adolescente, além de configurações psíquicas grupais — organizadas pelo objetivo institucional — que exigem dos sujeitos renúncias e negações.

Neste movimento de realidades heterogêneas, em que se fartam as intersecções e se borram os limites, o sujeito do grupo se encontra.

3.1 IDEOLOGIA E O ESTADO-MÍNIMO

Tem a União, assim como os Governos e Municípios, abdicado de muitas de suas atribuições, passando-as gradativamente ao setor privado, com respaldo jurídico do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE) — aprovado em 1995 pelo presidente Fernando Henrique Cardoso — e do Programa Nacional de Publicização (PNP).

Apoiado no pressuposto da *racionalidade sociopolítica do Mercado* — em que ele mesmo se configuraria como principal agente do bem estar da República (Chauí *apud in* FERNANDES, 2005:15) — direitos sociais, como a saúde e educação são hoje transferidos para setor de serviços definidos pelo mercado, ampliando-o para além do que seria admissível (FERNANDES, 2005:15).

A lógica do Estado do Bem-Estar Social é alterada e colocada num nebuloso território de incertezas: espaço suspenso onde tramitam compromissos outros. Na discussão acerca da reforma universitária — que, da mesma forma, diz à Fundação Casa e às outras instituições de ensino que passam pela privatização — Chauí alerta:

“(...) os critérios da produtividade são quantidade, tempo e custo, que definirão os contratos de gestão. Observa-se que a pergunta pela produtividade não indaga: o que se produz, como se produz, para que se

produz ou para quem se produz, mas opera uma inversão tipicamente ideológica da qualidade em quantidade.” (CHAUÍ, 1999:3)

Com a privatização de serviços essenciais, passa o Brasil, assim, a operar dentro dos critérios internacionais que apregoam o *Estado-mínimo*:

“configuração política criada nos países desenvolvidos diante a crise do Welfare State, incapaz de assegurar as exigências do “pós-industrialismo e seu corolário — o desemprego— ” que “desmantelam os fundamentos da proteção social ao desequilibrar a relação securitária entre população ativa e inativa.” (BURSZTYN, 1999).

O neoliberalismo, como discurso ideológico, ou seja, aquele que pretende engendrar uma lógica de identificação que unifique pensamento, linguagem e realidade para, através dela, obter a identificação de todos os sujeitos sociais com uma imagem particular universalizada, isto é, a imagem da classe dominante , através de discursos competentes, (CHAUÍ, 1981:3) ganha outro agente para sua propagação: o Estado brasileiro.

Opera-se a violência simbólica, que se apóia numa relação de comunicação coercitiva para extorquir a submissão e cuja particularidade consiste, nesse caso, no fato de universalizar particularismos vinculados a uma experiência histórica singular, ao fazer com que sejam desconhecidos, enquanto tal, e reconhecidos como universais (BOURDIEU, 2005)

O Estado, neste contexto, ganha representações em quase sua totalidade negativas: coercitivo, imóvel, fechado, rígido, ultrapassado, arcaico, estagnado;

enquanto a cultura individualista atributos como: libertário, aberto, flexível, dinâmico, novo, desenvolvimentista (BOURDIEU, 2005).

Estão postas as armadilhas, como apontam as esclarecedoras palavras de Bursztyn:

“ cabe assinalar que a “revolução neoliberal”, ainda que na aparência se valha do desmantelamento de Estado, busca, na verdade, a conquista do mesmo, como forma de viabilizar a construção de um outro Estado: onde o mercado substitua as formas de mediação entre os diferentes atores sociais; onde o econômico substitua o social; onde a concorrência substitua a cooperação; onde o Eu substitua o Nós.”
(BURSZTYN, 1999)

A cena toma ainda piores feições diante da debilidade do Estado em gerir e regular os elementos de destruição eclodidos com o neoliberalismo.

Numa cultura dos direitos subjetivos, hedonista e competitiva, características da *sociedade pós-moderna* (LIPOVETSKY, 1992); e num momento de *ruptura*, em que desestabilizam-se as *formações intermediárias* — como o *Ideal de ego*, a *comunidade de renúncia pulsional*, os *contratos narcísicos* e os *pactos denegativos* —, responsáveis pela passagem da realidade psíquica do sujeito singular à realidade psíquica do conjunto (KAËS, 1989:139), o que se espera dos homens é um enigma.

A *crise* pede medidas que atuem como ponte lançada entre os níveis de lógica — no caso da do Welfare State para a do Estado-mínimo — permitindo que se estabeleça uma continuidade. Caso contrário, a experiência de ruptura pode ser desastrosa:

“Propor medidas neoliberais simultaneamente ao enfraquecimento do Estado constitui um paradoxo. O neoliberalismo reifica as virtudes reguladoras da mão invisível do mercado. Exalta a competitividade, e exacerba assim a dimensão da individualidade, do Eu. Quando isso se dá num contexto de Estado fraco, a tendência é a barbárie descrita por Hobbes (1971), em que a inexistência da República ou Civitas (Leviatã) levaria à guerra de cada um contra seu vizinho. Anderson (1995), em seu Balanço do neoliberalismo assinala que para que este se implante, é preciso um Estado forte e não, como se supõe, fraco” (BURZSTYN, 1999) .

Não se trata, por outro lado, de fazer um apelo aos modelos do Estado intervencionista, ou práticas saudosistas, tampouco alimentar o espírito destrutivo a toda atitude advinda do mundo privado.

*“No mundo há muitas armadilhas
e o que é armadilha pode ser refúgio
e o que é refúgio pode ser armadilha”(GULLAR, 158)*

Desconfiança, sim.

“A formulação de políticas está ligada diretamente à estrutura e natureza do estado, e envolve em grande parte a representação de interesses que são por elas implementados ou bloqueados.”(FERNANDES, 2005:56)

Ao se valer do *trabalho da memória*, constata-se no âmbito do atendimento à criança e adolescente em risco social, a pouca atenção do Estado aos

processos de inclusão social. As práticas colonialistas, imperiais e ditatoriais, neste campo, caminharam sempre em direção da formulação de políticas escusas, sem preocupações e reais investimentos no ensino e na formação crítica de seus jovens.

Das Casas de Misericórdia, às colônias agrícolas e industriais do Império, aos reformatórios do século XX, a educação sempre foi relegada, na melhor das hipóteses, à adequação do jovem e da criança em privação de liberdade a um *espaço social* (BOURDIEU) massacrado, no ponto mais abaixo da pirâmide de produção sócio-econômica. Aos pequenos contraventores coube o papel de mão-de-obra substituta à escrava ou a formação de uma classe operária capaz de dar prosseguimento ao ideário nacional.

Ressalta-se, outra vez, *na melhor das hipóteses*. De fato, a grande maioria das crianças e jovens abandonados ou infratores sucumbiram às mazelas da completa exclusão, levando-os ao óbito precoce, aos estados de mendicância, à criminalidade, ao alcoolismo e às doenças.

A história mostra a força da ideologia. A desconfiança deve subsistir na apreciação do novo Estado-mínimo. No caso brasileiro, quase uma ironia.

3.2 RESISTÊNCIA SOCIAL

Ao se pensar na Fundação Casa, surge outra relevante variável : as *representações sociais* de largo setor da sociedade civil acerca dos adolescentes infratores. A este conceito, Paiva comenta:

“Uma RS parece incluir, essencialmente, os seguintes elementos delineados por Moscovici: (a) um grupo caracterizável, que compartilhe de (b) um conjunto de valores, idéias e práticas relativas a um objeto social, o que enseja às pessoas (c) estabilidade no trato com seu mundo, e (d) facilidade na comunicação com as pessoas de seu grupo.”(PAIVA, 1999)

A representação construída destes jovens, no entanto, fica longe de apreciações positivas, marcada que está por difusos elementos de violência. Pedidos para a redução da maioridade penal, convivência com punições físicas contra adolescentes, resistência a construções de unidades de internação, são exemplos deste quadro.

No tocante à construção de novas unidades na Fundação, fartos são os exemplos de mobilizações sociais diante da presença dos jovens infratores no espaço da comunidade. Esta questão tem ainda levantado severos atritos entre o Governo de São Paulo, Municípios, Fundação Casa e cidadãos, cada qual com interesses diversos.

Dos noticiários, temos, por exemplo:

“(...)Em Bragança Paulista (administrada pelo PSDB), Araçatuba (PFL) e Mirassol (PMDB), onde há licitações em curso, a resistência promete ser mais radical. "Do jeito que eles querem fazer, não vou dar a autorização para a construção desse prédio. E é bom deixar bem claro isto", afirma o tucano João Afonso Sólis. Em Bragança, a nova unidade ficará próxima de um condomínio de luxo(...)

(...)Berenice(presidente da Febem) admite que, em alguns casos, rompeu as negociações e publicou os editais sem o consentimento de prefeitos(...)

(...) "A comunidade precisava discutir como absorver essas unidades, não podiam vir com algo de cima para baixo", critica o secretário de Assistência Social e Cidadania de Guarulhos, David Fumio Gonçalves. A instituição prevê três unidades no município, mas na semana passada a prefeitura decidiu embargar as obras por falta de alvará. O mesmo ocorreu em Osasco e em Santo André, cidades governadas pelo PT(...)

(...)Araçatuba decidiu bater o pé. "Nossa população está assustada. Eles (internos) são filhotes de perigosos penitenciários", diz o prefeito Jorge Maluly Netto. Ele afirma que uma lei municipal impedirá qualquer obra da instituição na cidade(...).

(...)Em Sorocaba, o Estado pretendia construir oito unidades para 320 internos, numa área ao lado da Rodovia Raposo Tavares. A população protestou e o prefeito Vítor Lippi (PSB) conseguiu que o plano fosse revisto. Serão duas unidades de internação com 80 vagas e 30 vagas para atendimentos inicial e provisório(...).

(...)Em Atibaia, embora a Febem afirme que a obra já está em andamento, a prefeitura diz que as conversas não progrediram. Outras administrações cobram mais diálogo e informação de onde será a obra e qual o projeto da Febem para então discutirem com a população(...)

(...)Ferraz de Vasconcelos(...)o prefeito Jorge Abissamra (PSB)(...) indagado sobre o que fará se começasse a conviver com rebeliões, Abissamra diz: "Não há como virar uma unidade problemática. Porque, se virar, eu derrubo, passo o trator por cima. Não vai sobrar nada.(...)"
(Estado de São Paulo, 05/03/2006)

Nesta configuração, fica evidente a resistência do poder político local, que alega estar atento aos interesses de seus eleitores, assim como as do mercado imobiliário, na construção de novas unidades da Fundação Casa, vendo neles um desagregador de investimentos e votos⁵⁴.

O processo de inclusão social do adolescente infrator é, assim, violentado pela negação da existência deste jovem no espaço social. Sem lugar no meio de produção. Sem digno espaço no universo das representações. Sequer um local para sua privação de liberdade.

*“fruto suspenso
a que susto pertença?”* (LEMINSKY, 124)

De um Estado que se quer mínimo aliada a uma representação dos adolescentes infratores marcada pela violência, forma-se a aliança da exclusão.

⁵⁴ É notável a alteração da dinâmica vincular entre a população civil e seus representantes — a classe política — nestes casos. Poucas, de fato, são as mobilizações que levam a tamanha convergência entre ambos. O medo e a revolta compartilhados pelos cidadãos tem sido, no campo da atenção ao adolescente infrator, organizadores da conduta político-jurídico local, que se valem de artifícios diversos (brechas constitucionais, leis municipais, entre outros) para garantirem a aparência da ordem, através de práticas excludentes.

3.3 O CRESCIMENTO DA VIOLÊNCIA E A VIOLÊNCIA AUMENTADA

Embora seja motivo de ampla discussão as causas do aumento da violência na sociedade — assim como a averiguação de dados que o comprovem ou o refutem — fato notório aos pesquisadores é ser a década de 50 o marco desta ascensão.

Verifica-se neste período a configuração de uma nova dinâmica mundial que imprimiu profundas alterações nos âmbitos políticos, jurídicos, sociais e psíquicos dos cidadãos de países diversos, cada qual a seu grau e maneira.

Sérgio Adorno aponta algumas mudanças: “ *novas formas de acumulação de capital e de concentração industrial e tecnológica; mutações substantivas nos processos de produção, nos processos de trabalho, nas formas de recrutamento, alocação, distribuição e utilização da força de trabalho com repercussões consideráveis nos padrões de associações e representação sindicais; transbordamento das fronteiras do Estado-nação, promovendo acentuada mutação nas relações dos indivíduos entre si, dos indivíduos com o Estado e entre diferentes Estados(...).*” (ADORNO, S., 2002)

No Brasil, o crescimento da violência se fez notar mais especialmente nas últimas duas décadas, com a entrada efetiva do país no processo de integração ao mercado globalizado e seu egresso no mundo democrático⁵⁵. Essa alteração de forças, embora não se configure como causa determinante da violência, de certo favoreceu

⁵⁵ Adorno, S., sob este ponto, faz referência ao desmantelamento do aparelho policial repressivo da ditadura, reformulação do poder judiciário e queda de investimentos na área de segurança pública.

situações propícias para a eclosão de elementos destrutivos existentes na dinâmica social do país.

Quatro tendências têm sido observadas no cenário da violência urbana, desde então:

“a) o crescimento da delinqüência urbana, em especial dos crimes contra o patrimônio (roubo, extorsão mediante seqüestro) e de homicídios dolosos; b) emergência da criminalidade organizada, em particular, em torno do tráfico internacional de drogas, que modifica os modelos e perfis convencionais da delinqüência urbana (...); c) graves violações de direitos humanos que comprometem a consolidação da ordem política democrática; d) a explosão dos conflitos nas relações intersubjetivas(...)”(ADORNO, S., 2002)

Muitos dados revelam a dimensão tomada pela violência. No *município de São Paulo*, por exemplo, entre 1960 a 1995, o coeficiente de homicídios de jovens de 15 a 19 anos, do sexo masculino subiu de 9,6 para 186,7/100000, num acréscimo de 1800% (Mello Jorge, 1998 *in apud* ADORNO, S., 2002).

O último *Mapa da Violência*, organizado em 2004 pela Unesco a partir dos dados do Sistema de Informação de Mortalidade do Ministério da Saúde e outros, apontam para esse crescimento, em âmbito nacional.

Dentro deste panorama, os jovens têm sido as principais vítimas. A discrepância entre os índices de homicídios entre jovens (15 a 24 anos) e do restante da população causa especial preocupação.

Os dados da Unesco também revelam que, embora a violência sobre os jovens se faça mais marcante na região Sudeste — em especial, São Paulo e Rio de Janeiro — trata-se de complexo fenômeno, não redutível a causalidades lineares como pobreza-crime, densidade populacional-crime.

UF/ REGIÃO	ANO										% Au- mento
	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	
Acre	47	36	37	34	43	51	14	50	50	68	44,7
Amazonas	129	170	176	186	213	256	241	249	201	218	69,0
Amapá	27	49	53	59	73	70	90	81	90	94	248,1
Pará	191	249	215	230	263	298	195	289	361	421	120,4
Rondônia	114	108	93	71	97	146	113	139	150	174	52,6
Roraima	14	21	30	35	26	45	53	53	40	51	264,3
Tocantins	23	27	24	40	36	39	48	62	59	56	143,5
NORTE	545	660	628	655	751	905	754	923	951	1.082	98,5
Alagoas	164	152	172	216	169	172	196	279	336	386	135,4
Bahia	572	671	535	697	777	452	331	464	588	683	19,4
Ceará	232	187	268	278	322	313	347	432	442	480	106,9
Maranhão	101	83	110	99	93	77	70	133	208	194	92,1
Paraíba	112	129	165	194	150	138	137	212	198	231	106,3
Pernambuco	903	911	920	1.007	1.407	1.810	1.640	1.739	1.934	1.749	93,7
Piauí	37	37	37	33	54	54	52	89	94	126	240,5
Rio Grande do N.	69	75	63	77	77	89	57	76	99	99	43,5
Sergipe	96	120	71	85	72	53	112	152	195	212	120,8
NORDESTE	2.286	2.365	2.341	2.686	3.121	3.158	2.942	3.576	4.094	4.160	82,0
Espírito Santo	343	333	392	402	492	593	573	533	558	681	98,5
Minas Gerais	322	329	355	348	381	456	520	776	872	1.120	247,8
Rio de Janeiro	1.725	2.106	2.886	2.773	2.895	2.749	2.710	2.817	2.746	3.184	84,6
São Paulo	3.484	4.006	4.225	4.450	4.676	5.376	6.133	6.430	6.242	5.991	72,0
SUDESTE	5.874	6.774	7.858	7.973	8.444	9.174	9.936	10.556	10.418	10.976	86,9
Paraná	342	356	424	446	472	510	546	615	690	849	148,2
Rio Grande do S.	383	423	461	434	520	465	511	533	604	664	73,4
Santa Catarina	89	91	101	117	113	106	97	105	139	176	97,8
SUL	814	870	986	997	1.105	1.081	1.154	1.253	1.433	1.689	107,5
Distrito Federal	255	245	275	284	259	294	332	341	369	356	39,6
Goiás	185	218	200	187	212	227	257	354	390	437	136,2
Mato Grosso do S.	124	141	192	219	193	201	172	213	177	208	67,7
Mato Grosso	90	57	123	185	179	227	218	278	289	280	211,1
CENTRO OESTE	654	661	790	875	843	949	979	1.186	1.225	1.281	95,9
BRASIL	10.173	11.330	12.603	13.186	14.264	15.267	15.765	17.494	18.121	19.188	88,6

Assim, o estado de Roraima, de acordo com a tabela, apresentou um aumento de 264,3% na taxa de homicídios, lembrando se tratar de uma das unidades federais menos povoadas do país. Já o Acre apresentou discreta elevação no número de homicídios, entre 1993 e 2002, se considerada a média nacional, mesmo sendo a pobreza fator ali tão presente.

Dentro inclusive de uma mesma região notam-se também consideráveis discrepâncias, como no nordeste. No Rio Grande do Norte foram registrados 99 homicídios em 2002 contra 1.749 no estado vizinho, Pernambuco, à mesma época. Diferenças tão bruscas em territórios próximos, com semelhante processo histórico, revela a complexidade do fenômeno da violência.

Fatores como rotas de tráfico, contrabando de armas, mecanismos de repressão policial, assim como fatores comunitários de proteção, devem ser levantados na apreciação dos dados, junto aos tradicionais elementos de análise — pobreza, concentração de renda e densidade demográfica.

3.4 VIOLÊNCIA JUVENIL

Quanto à participação dos adolescentes em crimes de grave natureza, poucos são os levantamentos e ardilosas as interpretações.

No Rio de Janeiro as infrações violentas cometidas por adolescentes passaram de 2.675 ocorrências, em 1991, para 3.318, em 1996, num crescimento em torno de 25% (Adorno, S., 1999). Por outro lado, de acordo com as estatísticas da *Secretaria de Segurança de São Paulo* elaboradas em 2003:

“ é pequena a participação de menores de 18 anos na autoria de crimes graves em São Paulo. Eles são responsáveis por cerca de 1% dos homicídios dolosos (com intenção) em todo o Estado. Eles também estão envolvidos em 1,5% do total de roubos - maior motivo de internação na Febem- e 2,6% dos latrocínios (roubo com a morte da vítima). De acordo com o IBGE, essa faixa etária representa 36% da população(...)A participação dos adolescentes só ultrapassa a faixa dos 10% nos crimes de tráfico de drogas (12,8%) e porte ilegal de arma (14,8%)”.(Folha de São Paulo, 01/01/2003)

Já diante os dados da Fundação Casa, cerca de 24.000 jovens são hoje atendidos nos regimes de internação, semi-liberdade e liberdade assistida: número isoladamente expressivo. A *Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República* aponta ainda serem insuficientes os estabelecimentos destinados à aplicação da internação⁵⁶.

REGIÃO	INTERNAÇÃO
SUDESTE	895
SUL	343
NORDESTE*	254
CENTRO-OESTE	94
NORTE	-87
BRASIL	1.499

⁵⁶ Dados da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

O déficit de vagas foi calculado subtraindo a população de adolescentes cumprindo MSE em internação pela capacidade de atendimento nesta modalidade. Assim, os números positivos significam o número excedente de adolescentes (ou déficit de vagas) e os números negativos indicam o número excedente de vagas.

De forma geral, nota-se um crescimento de registros de infrações cometidas por adolescentes. No entanto, ao contrário do que tanto se alardeia nos meios de comunicação, é a grande maioria dos crimes — em larga diferença — praticados por adultos. Tampouco é percebida significativa elevação da taxa de homicídios cometidos por adolescentes em relação ao resto da população.

“Os índices de 2003 não tiveram grandes alterações em relação a 2001 e a 2002. Dos 9.150 homicídios dolosos registrados de janeiro a outubro de 2003, 89 (0,97%) tiveram envolvimento de adolescentes, segundo a Coordenadoria de Análise e Planejamento da Secretaria da Segurança Pública de São Paulo

De janeiro a dezembro de 2002, esse índice foi de 0,9% -107 casos dos 11.847 registrados. Em 2001, do total de 12.475 homicídios, 95 casos (0,8%) tiveram participação de menores.

Dos 453 latrocínios registrados no Estado até outubro de 2003, 12 (2,6%) tiveram envolvimento de adolescentes. Em 2001, foram 19 casos (3,4% do total) e, em 2002, nove latrocínios (1,8%).” (Folha de São Paulo, 01/01/2003)

Por outro lado, é incontestável a mudança na qualidade dos atos infracionais. O furto recrudescer nas estatísticas cedendo lugar para delitos graves, como o roubo à mão armada — 51% do total dos cometidos por jovens já em 1996 (ADORNO, S.,1999).

O Plano de Desativação do Complexo Tatuapé, elaborado em 2000 pela Febem, reforça o exposto. Dentro de uma população à época de 1075 internos, 723 cumpriam medida sócio-educativa por roubo simples ou qualificado, 72 por homicídio ou tentativa, 57 por furto, 38 por tráfico de drogas, 30 por latrocínio, 24 por porte de arma (FEBEM, 2000).

Delitos ligados aos “menores” têm sido também objetos de imensa repercussão, como o bárbaro assassinato de um casal de namorados em Embu-Guaçu por um adolescente; o homicídio do prefeito de Santo André, Celso Daniel, supostamente cometido por um menor de idade; assim como as rebeliões na antiga Febem.

O “trombadinha” da década de 70 é hoje antiga caricatura do adolescente infrator. A criminalidade, passada por um processo de organização, convoca jovens ao tráfico, à receptação de produtos, e à uma perversa ordem delitiva.

Assim, ainda que quantitativamente pouco represente os delitos praticados por adolescentes no montante total de crimes, a violência contida nos atos infracionais tem causado enorme apreensão no imaginário social. Debates sobre a maioria penal, reformulação do ECA vêm à tona a cada crime em que esteja envolvido algum adolescente. Em pesquisa elaborada pela Datafolha em dezembro de 2002, 84% da população defendia a redução de 18 para 16 anos a idade de inimputabilidade do jovem.

Controverso, o assunto prossegue inflamado pelas perdas humanas e por análises humanistas. O aumento do aparelho repressivo ou a atuação nas causas psicossociais da violência se agitam sob o tema.

Longe de se configurar como fenômeno estritamente brasileiro, o caráter mais violento dos delitos juvenis acompanha tendência observada em diversos países, inclusive naqueles com boa distribuição de renda e consolidados programas sociais.

Há duas décadas, por exemplo, tem sido percebida na Inglaterra a mudança da qualidade dos crimes cometidos por adolescentes, registrando-se acentuado acréscimo no registro de casos violentos — dois quintos entre 1985 a 1993 (Newburn, 1988 *in apud* ADORNO, S., 1999).

Na França, também se percebe o aumento de homicídios, roubos à mão armada e lesões corporais (Aubusson de Cavarlay *in apud* ADORNO, S., 1999).

“Cresceram substantivamente as infrações referentes à destruição com emprego de meios perigosos (como incêndios), que passaram de 23,3% para 40,7% do total, entre 1974 e 1995; aumentaram também o roubo praticado com emprego de violência (de 19,8% para 30,9%), o porte de armas (de 8,3% para 14,2%), agressões e ferimentos (de 7,2% para 12,2%) e os homicídios (de 5,5% para 7,1%). (ADORNO, S., 1999)

Já nos Estados Unidos, periodicamente chegam notícias de homicídios em massa praticados por adolescentes. Em Columbine, um garoto assassina 13 pessoas no colégio em que estudava; em 9 de outubro de 1997, na cidade de Pearl, Mississippi, um jovem de 16 anos esfaqueia a mãe e atira em 9 pessoas em sua escola, matando duas.

Outros levantamentos, inclusive, mostram os jovens brasileiros menos participantes na violência social do que os americanos e ingleses. De acordo com Lungarzo⁵⁷:

“Na Inglaterra e País de Gales houve, em 1998, um total de 1.428 homicídios dolosos, dos quais 92% foram elucidados. Dos 607 autores, 9,10% eram mulheres adultas e 5,10% menores em geral.

Nesse mesmo ano, no Brasil houve 34.205 assassinatos, desconhecendo-se o número de casos resolvidos. De 23.487 autores, 3,21% eram mulheres e 1,02% menores.

Vejamos o caso dos Estados Unidos. Para tomar o exemplo que menos favorece meu argumento, vou considerar o ano de 2001, em plena era Bush, quando o espírito repressivo americano alcançou seu maior ponto desde 1957. Nesse ano houve 15.980 homicídios dolosos, dos quais 62,40% foram resolvidos. Os autores foram, no total, 13.653, dos quais as mulheres eram 12,50% e os menores, 10,20%”(LUNGARZO, 2003).

Não se trata ainda de exclusivo fenômeno das sociedades neoliberais, como se pode notar nos atentados ocorridos no Oriente Médio.

El atentado de este lunes en Tel Aviv fue cometido por un joven palestino que se ha convertido en el terrorista suicida más joven. Tenía

⁵⁷ Carlos Alberto Lungarzo é integrante da Rede de Ação Urgente de Anistia Internacional e professor titular aposentado da Unicamp. *Artigo publicado no site do *Observatório da Imprensa* <http://www.observatoriodaimprensa.br/artigos/jd021220033.htm>

sólo 18 años. El Gobierno de Hamas, lejos de condenar esta acción, la ha justificado. Se trata de el atentado más sangriento en Israel desde 2004, 9 muertos y más de 60 heridos al inmolarse a las puertas de un restaurante de Tel Aviv”(Antena3noticias.com,, 18/04/2006)

A xenofobia também surge como elemento desencadeador da violência. Na Rússia, por exemplo, jovens neonazistas tem assassinado imigrantes.

“Um cidadão chinês de 33 anos morreu neste sábado apunhalado por um grupo de skinheads no nordeste de Moscou, informou a polícia da capital russa. (...)Testemunhas informaram que ele foi atacado por jovens com a cabeça rapada e coturnos, que gritavam palavras de ordem racistas. (...)No dia 22 de março, oito neonazistas que em 2004 participaram do assassinato de uma menina tajique de 9 anos, que recebeu nove punhaladas. (...)Pelo menos outras 15 pessoas foram assassinadas neste ano em ataques racistas na Rússia.” (Folha de SãoPaulo / on-line, 20/05/2006)

A violência juvenil, assim, gradativamente ocupa espaço nos noticiários internacionais. Em cada país, a seu modo, são os jovens que mais respondem às vertiginosas transformações do mundo e os conflitos daí decorrentes — como vítimas e algozes. Sucumbem as antigas referências pelas quais se firmava a identidade. Hoje, o solo que os sustenta é movediço e pantanoso. O intermediário entre a cultura e o jovem se perturba.

“O mal-estar do mundo moderno nos confronta com um conjunto de turbulências que afetam as funções do intermediário no campo da vida

social e da cultura. Eu evocaria a mutação das estruturas familiares e a fratura dos vínculos intergeracionais; a notável mudança advinda em apenas duas décadas) nas relações entre os sexos (notadamente no estatuto da mulher); a transformação dos laços da sociabilidade, de estruturas de autoridade e de poder; e a confrontação violenta resultante do choque entre as culturas. Todas essas transformações põem em xeque as crenças e os mitos que asseguram a base narcísica do nosso pertencimento ao conjunto social. Elas comprometem os fundamentos da identidade.”(KAËS 2003:16)

*

Diante deste cenário, muitas são as discussões ocorridas acerca do atendimento ao jovem infrator. De forma geral, nota-se o desgaste dos ideais propostos pelas convenções pós-guerra e a tendência para a formulação de políticas mais repressivas e severas.

As reações do governo americano e britânico caminham neste sentido. Observa-se, desde o final da década de 80, a inclinação para as medidas privativas de liberdade em contraposição às custodiais, como serviços comunitários. O ideal do *short, sharp, shock* (curto, severo, chocante) tornou-se modelo de contenção da violência praticada por adolescentes, o que tem levado a um massivo encarceramento de jovens (Adorno, S., 1999).

Acirrou-se também o modelo contensivo dentro das instituições de internação, como em Nova York. Após sérias rebeliões que assolaram o sistema penitenciário da cidade, foram restringidos os benefícios por comportamento adequado, tornadas as punições mais severas e aumentado o contingente policial

nestes espaços. O isolamento social de adolescentes maiores de catorze anos já corresponde a significativa contingente populacional carcerário naquela cidade.

Na França, mesmo diante de sua profunda tradição humanista, as medidas mais brandas e de meio aberto para adolescentes infratores têm sido alvo de discussões, com forte tendência para a aplicação da privação de liberdade (RASSIAL, 2002)⁵⁸. O sentimento dos cidadãos de insegurança e abandono pelo poder público leva o país a uma política de redução de riscos, pautada em probabilidades e estatísticas. As recentes ondas de violência que assolaram cidades francesas, no entanto, demonstram a cambaleante eficácia de medidas repressivas diante da pressão de forças sociais diversas.

“A onda de violência registrada nos subúrbios da capital francesa, Paris, começou há quase duas semanas, com a morte de dois adolescentes que fugiam da polícia. As violentas manifestações, que já deixaram um morto, acabam por provocar uma crise política no governo francês, que tenta controlar a onda de protestos. Autoridades locais agora podem decretar o toque de recolher nas regiões mais atingidas.”(Folha de São Paulo/on-line, 08/011/2005)

No Brasil, a instauração do Estatuto da Criança e Adolescente, em estrita observância às convenções internacionais, tem servido de orientação para o trato da delinquência juvenil. No entanto, seus artigos — alvos de intenso debate entre os setores sociais — nem sempre predominam em meio a tantas dificuldades.

⁵⁸ observação feita pelo psicanalista em curso ministrado no Instituto de Psicologia da USP, em 2002

Dentro da Fundação, a alternância entre as políticas adotadas no atendimento ao jovem infrator, ora numa atenção maior aos princípios educativos, ora aos repressivos, é clara decorrência desta complexa articulação.

Em poucos anos, passou a Fundação Casa por três Secretarias do Governo Estadual: a da Juventude e Esportes, a da Secretaria da Educação, e dela para a da Justiça.

Qual o espaço que lhe é próprio?

O PALCO INSTITUCIONAL: AS UNIDADES DE INTERNAÇÃO

A unidades de internação são as responsáveis diretas pela execução da medida sócio-educativa descrita pelo artigo 121 do ECA.

Cada uma delas é composta pelos setores: administrativo, responsável pelos benefícios, pagamentos, etc; pedagógico, pela execução do projeto pedagógico; técnico, pela elaboração de relatórios e acompanhamento psicossocial dos jovens; e segurança.

Possuem semelhanças, pelo idêntico objetivo institucional e submissão a mesma política; assim como diferenças, decorrentes de sua própria história e as relações intersubjetivas aí surgidas.

Neste quadro, duas categorias de unidades de internação aparecem no discurso do corpo funcional: *as casas dominadas por funcionários e as dominadas pelos adolescentes*⁵⁹.

⁵⁹ A maioria das unidades mostra alternância entre as situações de domínio, em resposta a contingências próprias ou a movimentos de maiores dimensões como, por exemplo, rebeliões no Complexo ou Fundação.

4.1 CASAS DOMINADAS POR FUNCIONÁRIOS

As unidades controladas por funcionários seguem modelo da instituição total, descrita por Goffman, com a busca do controle psíquico e físico de seus internos. De modo geral, são repudiadas pelos adolescentes em internação, que depositam nela e em seus funcionários elementos muito destrutivos.

Os profissionais ali atuantes, não raro, ficam marcados em sua trajetória na Fundação e se tornam alvo de repúdio e ameaças por jovens de outros estabelecimentos. Na memória institucional, encontram-se diversos relatos de agressões e homicídios a estes funcionários, sobretudo fora dos muros da Febem. Apesar disto, tratam-se de espaços almejados pelos servidores da instituição, pelo regrado cotidiano e poder exercido sobre o internos.

Neste sentido, a qualidade dos vínculos intersubjetivos entre adolescentes e profissionais — em especial, os agentes de apoio técnico⁶⁰ — se faz um ponto marcante na dinâmica destas unidades. As relações ocorrem em sentido vertical, de domínio e submissão. O encontro de subjetividades se embota diante do compromisso da ordem e respeito.

O corpo toma especial sentido dentro deste sistema. Os castigos, embora gradativamente mais restritos e muito fiscalizados pela Corregedoria da Fundação Casa, encontram nestes estabelecimentos canais de expressão, perpetuando

⁶⁰ Os agentes de apoio técnico desempenham semelhante função à exercida pelos antigos monitores e agentes de proteção. Trata-se apenas de uma alteração na nomenclatura funcional.

antigas práticas. Há restrição ainda dos espaços de intimidade, com a falta um momento ou lugar que lhe seja privativo.

De acordo com Foucault:

“(...) em nossas sociedades, os sistemas punitivos devem ser colocados em um acerto “economia política” do corpo: ainda que não recorram a castigos violentos ou sangrentos, mesmo quando utilizam métodos “suaves” é sempre do corpo que se trata — do corpo e de suas forças, da utilidade e da docilidade delas, de sua repartição e de sua submissão.”(FOUCAULT, :28)

Nestas unidades, observa-se também um severo controle da rotina, como horários bem delimitados de repouso, atividades pedagógicas, atendimentos técnicos e outros. Os jovens, assim, são acordados, conduzidos para higiene matinal, café-da-manhã e seguem para as aulas ou cursos diversos. Lancham, almoçam, retornam às atividades sócio-educativas, jantam e dormem. Todo esse processo é acompanhado pelos agentes de apoio técnico e educadores, que controlam, além dos horários, a disciplina, os materiais utilizados, como lápis, agulhas e papéis. As recomendações aos funcionários são diversas, assim como sua fiscalização ocorre ostensivamente. Os procedimentos de segurança procuram eliminar qualquer brecha para possíveis eclosões de tumulto.

O “jumbo”, ou seja, objetos trazidos pelas famílias aos internos — cigarros, alimentos, produtos de higiene e vestuário — são reduzidos. Parte-se do princípio de que a Fundação Casa aos jovens propicia todo o necessário e básico. Os adolescentes, nas unidades controladas por funcionários, se vestem sempre com

uniformes institucionais, e se alimentam exclusivamente do que lhe é fornecido pela Fundação⁶¹.

As visitas aos jovens são, em geral, limitadas a pai e mãe e, às vezes, irmãos. Entende-se este núcleo como primordial no processo sócio-educativo do adolescente. O controle de correspondências e seu conteúdo, ocorre de forma rígida, a cercear trocas de informações perniciosas, palavrões e cartas com teor agressivo.

O princípio da segurança parece estar em todas as operações da unidade, do momento pedagógico, contato familiar e rotina do estabelecimento. Notadamente, são também poucas as denúncias de corrupção por parte do corpo funcional, como facilitação de entrada de celulares e drogas. Nelas, as queixas de maus-tratos tomam primeiro campo das reclamações ou denúncias.

O campo das vontades, assim, sucumbe diante do espectro da ordem. Retiram-se “*os lugares em que a liberdade do desejo pode se manifestar e, portanto, onde o humano pode se humanizar*”(KAËS, 2005, 203). A organização e a maior eficácia no cumprimento das demandas de uma unidade de internação — participação massiva dos jovens em oficinas culturais e pedagógicas, profissionalização, etc — recai sobre os jovens, nestes estabelecimentos, ao preço da coibição da individualidade.

⁶¹ De fato, atualmente, muito rara é a displicência das unidades quanto ao quesito das refeições, sendo até mesmo, objeto de crítica por parte de setores repressivos da instituição: “eles tem cinco refeições por dia e, gente lá fora que não tem duas”.

4.2 CASAS DOMINADAS POR ADOLESCENTES

Em oposição às unidades controladas pelos funcionários, surge dentro dos discursos institucionais a categoria das unidades controladas pelos adolescentes. Muitos dos estabelecimentos de internação dos grandes complexos, hoje, se enquadram neste panorama. São percebidas como os piores locais de trabalho da Fundação, pelo risco e violência que lhe são marcantes.

Embora aos profissionais estejam bem estabelecidas as funções a serem desempenhadas, seu exercício mostra profunda dependência com a organização dos internos e seus desejos. Os jovens constituem um claro poder, que desmonta a lógica do controle vertical exercido pelos funcionários. Uma microestrutura política é imposta e as regras do mundo delitivo se vertem num idioma nada estrangeiro, ao qual devem todos possuir, ao menos, seus rudimentos.

Uma das mais claras decorrências deste quadro é a eclosão de um sistema de acordos mantido entre os internos e a própria unidade. Os exemplos se espalham em grande parte do circuito de internação. A entrada das “roupas do mundão”⁶²; de alimentos como bolos, refrigerantes, toras e salgadinhos; de produtos de higiene pessoal, tais shampoos, cremes hidratantes, gel de cabelo; e das namoradas são algumas das exigências feitas em troca de um comportamento adequado, frequência em aulas, entre outros.

As armadilhas estão colocadas. Com certa frequência, tomam perigosa dimensão as demandas dos adolescentes, que subvertem o sentido da troca pela ameaça. Não são poucos os tumultos ocorridos pelo não atendimento de certas

⁶² As roupas do mundão, nada mais são que as vestimentas não institucionais.

reivindicações. De maneira semelhante ao observado nos estabelecimentos mais contensivos, o território da violência ganha seu espaço.

Neste cenário, estabelecem os internos também uma profunda hierarquização e organização de tarefas.

No topo da pirâmide encontra-se o “voz”, ou o “líder”, que dita as regras de conduta aos demais adolescentes. Em diversas situações, detêm evidentes privilégios, como espaço diferenciado nos dormitórios, maior quantidade de vestimentas, lençóis, cobertores e colchões. É investido do poder de representar os interesses dos jovens. Notadamente, trata-se de adolescente estruturado no universo delitivo, com vasta passagem em delegacias e unidades de internação.

Logo abaixo, situa-se a “faxina”, que garante a sustentação do “voz”. São os braços da liderança, encarregados na imposição de suas vontades sobre os outros jovens. Para tanto, valem-se da violência e opressão e também possuem privilégios dentro do cotidiano das unidades.

Os “setores”, por sua vez, têm como funções atividades específicas na dinâmica destes estabelecimentos. São os responsáveis, por exemplo, pela distribuição das refeições (setor da copa); pela organização de jogos (setor dos esportes); pela vigilância de espaços estratégicos dentro do pátio, como o acesso aos dormitórios ou o portão de entrada do pátio (setor da campana)⁶³.

Já no ponto mais abaixo da pirâmide, localiza-se a “população”. É composta pela grande massa dos adolescentes, que ficam submetidos às ordens impostas. Não detêm poder de reivindicação e, vez ou outra, sofrem privações

⁶³ Estas denominações e funções se modificam e se atualizam constantemente.

diversas. São os últimos a se alimentarem e, quase sempre, ficam com as piores vestimentas. Há casos, inclusive, de monopolização de cobertas por alguns internos.

Nesta dinâmica, as regras de conduta são rígidas e seu desrespeito é cobrado com muita severidade por parte da “liderança” e “faxina”. Estas normas possuem equivalência às existentes no sistema penitenciário: como não olhar para familiares de outro jovem, salvo prévio consentimento; estar sempre trajado com camisetas durante as visitas e não levá-la em hipótese alguma; não se masturbar em dia de visitas ou dia após; respeitar a hierarquia de poder mantida pelos próprios internos e mostrar adesão às ordens da liderança; não furtar dentro do regime de privação de liberdade; entre outros.

Alguns delitos são particularmente execrados pelos internos e também conduzem à penalidade daquele que o cometeu. Os “jacks”, assim chamados os estupradores, não são aceitos no “convívio” com os demais e, com frequência, se tornam alvos de muita violência. Aos delatores, ou “cagoetas”, segue-se semelhante repúdio, assim como aos “pés-de-patos”, denominação para os justiceiros. O homicídio praticado em troca de drogas ou dinheiro é outro delito repudiado pelos internos. Aos que rompem a regra do universo delitivo resta a condição de “seguro”.⁶⁴

Sem o controle por parte dos funcionários, a violência entre os jovens toma dimensões preocupantes. O espancamento e torturas são práticas aceitas na dinâmica dos internos, o que leva a situações bárbaras. Não poucos, os relatos de

⁶⁴ Espaço destinado aos jovens expulsos do convívio dos internos. O termo “seguro” também se destina a qualificar o próprio jovem transgressor das regras delitivas. Ex: o menino roubou cigarros, ele hoje é um “seguro”.

homicídios de jovens na Fundação. A aplicação da medida sócio-educativa sucumbe diante da violência.

FUNDAÇÃO CASA E ESPAÇOS PSÍQUICOS COMUNS E PARTILHADOS

O presente capítulo foi construído a partir da *análise das entrevistas*, pautada na concepção psicanalítica de grupo, em especial, a desenvolvida por René Kaës. Antes, uma breve exposição dos principais elementos de sua teoria.

Os estudos do psicanalista tiveram início partir das investigações freudianas e abriram campo para novas articulações sobre a vida psíquica imersa em contexto institucional.

Kaës atribui às instituições múltiplas funções no campo da psique. Mobilizam investimentos e representações que asseguram as bases de identificação do sujeito com o grupo social (KAËS,1991:9); exigem *formações inconscientes* que garantem a produção de vínculo e sentido no grupo; e sustentam a articulação entre a economia, dinâmica, a tópica do sujeito singular e a formada para e pelo conjunto (KAES, 1991:11).

Estes elementos abrem a “*possibilidade dos espaços psíquicos comuns e compartilhados*” e “*supõem a construção, a utilização ou a organização de um aparelho psíquico de ligação, de transmissão e de transformação*”(KAËS, 1991:11),

elaboradas sob o conceito de *aparelho psíquico grupal*. As principais funções deste aparelho:

- Transformação da energia psíquica individual em energia disponível para os vínculos intersubjetivos, para o grupo e suas instâncias;
- Ligação entre os aparelhos psíquicos individuais, formando pano de fundo de representações e significações disponíveis aos seus sujeitos;
- Produção de espaço de contenção e regulação das representações, pulsões e afetos intoleráveis que ameaçam a integridade do aparelho psíquico grupal;
- Encenação e atribuição de sentido à realidade psíquica individual no espaço grupal e à realidade psíquica no âmbito do grupo (auto-representação);
- Diferenciação e organização da matéria psíquica no interior do espaço grupal, a partir de distinções como dentro/fora. bom/mau, incorporável/rejeitável, entre outros;
- Transmissão e intercâmbio da matéria psíquica entre os espaços individuais e as realidades intra, inter e transpsíquica;
- Transferência dos investimentos dos espaços psíquicos nos outros espaços psíquicos homólogos ou heterogêneos;

- Orientação de condutas favoráveis à constância e equilíbrio do aparelho psíquico, suscitando compromissos com as exigências próprias aos sujeitos constituintes. (KAES, 1997:221,222)

Kaës, neste sentido, trabalha com uma “*nova metapsicologia, que remete ao enquadre tradicional (individual) e ao enquadre do grupo*” (FERNANDES, 2005:8). É repensada a *tópica* do psiquismo, sobretudo a do Inconsciente, não mais localizada de forma exclusiva no espaço intrapsíquico; criado um novo ponto de vista genético, com os *momentos fantasmático, ideológico, figurativo transicional e mitopoético do grupo*; elaborados modelos da economia e dinâmica psíquica grupal. Kaës enuncia ainda os princípios constitutivos dessa metapsicologia através dos pontos:

- “*O inconsciente se manifesta na realidade psíquica dos agrupamento;*
- *O inconsciente trabalha e é trabalhado na realidade psíquica do agrupamento conforme uma lógica própria;*
- *Certas formações e certos processos psíquicos são preferencialmente trabalhados por e no agrupamento*” (KAËS, 1997:247)

No trabalho de elaboração da metapsicologia, o conceito de *intermediário*, inicialmente postulado por Freud, toma significativa importância para a compreensão de suas hipóteses. Através dele, Kaës procura as “*articulações entre o*

espaço intrapsíquico e o espaço pluripsíquico, intersubjetivo, coletivo, social e cultural”.(KAËS, 2005:12)

“Chamo de formações e processos intermediários as formações e processos psíquicos de ligação, de passagem de um elemento a outro, seja no espaço intrapsíquico (formação de compromisso, pensamento de ligação, Eu, metáfora...), seja no espaço interpsíquico (mediadores, representantes, delegados, objetos transicionais, porta-voz...), seja na articulação entre esses dois espaços.”(KAËS, 1997:223)

“As formações intermediárias entre o espaço psíquico do sujeito singular e o espaço psíquico constituído pelo seu agrupamento na instituição (...) não pertencem propriamente nem ao sujeito singular nem ao agrupamento, mas à sua relação. Um traço constante destas formações é seu caráter biface, a reciprocidade que induzem entre os elementos por elas ligados, a comunidade que selam através de pactos, contratos e consensos inconscientes (KAËS, 14)⁶⁵

Neste panorama, o conceito de *alianças inconscientes* — como os *pactos denegativos e contratos narcísicos* — tornam-se fundamentais no desenvolvimento da teoria de Kaës. Trata-se de formações da aparelhagem psíquica dos sujeitos de um conjunto intersubjetivo, que se fundam em relações de obrigação e sustentam a realidade psíquica compartilhada.

A discussão acerca da *Negatividade* é, nesta metapsicologia, outro ponto de suma relevância em seu pensamento.

⁶⁵ Em *Une conception psychanalytique de l'institution*.

“As três modalidades do Negativo estão no princípio do trabalho da psique: uma negatividade de obrigação, que corresponde à necessidade da psique produzir o Negativo a fim de efetuar seu trabalho de ligação; uma negatividade relativa, que situa o negativo em relação a um possível; uma negatividade radical, que coincide com a categoria do impossível, em outras palavras, daquilo que não é ou não está (n’est pas) no espaço psíquico.”(KAËS, 2003:22)

A consideração do espaço negativo, por sua vez, dentro da instituição, abre espaço para pensá-la como lugar de depósito de angústias e conflitos intrapsíquicos e intersubjetivos; dos restos psíquicos advindos do trabalho de ligação entre os sujeitos do grupo, com sua função de recalque; assim como dos elementos fundadores da instituição, o irrepresentável de sua origem .

Kaës propõe a hipótese:

“Aquilo que não alcança ser significado/interpretado/simbolizado na desordem psíquica da relação entre sujeitos de uma instituição, e das relações de cada um com o conjunto e seus representantes, reaparece na instituição em uma cena onde se ligam, de maneira intrincada e contundente, a realidade psíquica e outras ordens da realidade.”(KAËS, 18)⁶⁶

A Negatividade ainda, para Kaës, está na base da construção dos laços sociais. O trabalho de ligação intersubjetiva só é possível, para o psicanalista, através de pactos inconscientes que estabelecem entre os sujeitos do grupo a renúncia de conteúdos ameaçadores ao vínculo.

⁶⁶ Em *Une conception psychanalytique de l’institution*.

“ Chamo de pacto denegativo a formação intermediária genérica que, em qualquer vínculo — que se trate de um casal, de um grupo, de uma família ou de uma instituição — , conduz irremediavelmente ao recalque, à recusa, ou à reprovação, ou então mantém no irrepresentado e no imperceptível, o que pudesse questionar a formação e a manutenção desse vínculo e dos investimentos de que é objeto”(KAËS, 1991:27)

Tendo como pano de fundo estas considerações, parte-se para a análise das entrevistas com os grupos de agentes de apoio técnico, educadores, técnicos e adolescentes.

5.1. 1ª ENTREVISTA (AGENTES DE APOIO TÉCNICO)

A entrevista com os agentes de apoio técnico ocorreu na sala dos coordenadores de pátio. Teve duração de 45 minutos e contou com a participação de 6 profissionais.

Os agentes de apoio de apoio técnico desempenham funções diversas, voltadas à manutenção da rotina dos adolescentes. Acompanham os internos nos deslocamentos para entrevistas com os analistas técnicos (psicólogos e assistentes sociais), audiências no DEIJ e consultas médicas, odontológicas e psicoterapia; permanecem como apoio ao educadores nas atividades pedagógicas realizadas nas unidades; viabilizam os procedimentos de segurança como contensão dos internos em situações de violência; controlam a entrada de “jumbo” e pertences nas unidades; distribuem refeições e vestimentas aos jovens; entre outros.

A multiplicidade de funções torna estes profissionais de fundamental importância no dia-a-dia das unidades de internação. Seu ofício corresponde ao exercido pelos antigos monitores e agentes de proteção. Sem dúvida, trata-se da categoria de funcionários mais atingida pela violência dentro da instituição.

5.1.1TÓPICOS ABORDADOS

A entrevista realizada com estes profissionais foi marcada por uma gradativa irrupção de sentimentos como raiva e intolerância. De uma postura de

aceitação do ECA, por exemplo, notada no início da entrevista, *“a medida (sócio-educativa) é excelente, ele pode sair daqui ótimo... profissional formado...”* ao final do encontro, foram palavras de ataque ao Estatuto as que se fizeram marcantes, *“acho que teria que mudar esse código, e fazer com que o pessoal pague mais, cumpra mais a pena”*, *“ele não pode estar num parque de diversão não, porque ele vai pensar duas vezes”*, *“cinco refeições num dia, o cara lá fora não tem nada disso”*.

No entremeio, vários tópicos foram abordados, como os *problemas de operacionalização da medida sócio-educativa*. Parte considerável da entrevista foi ocupada com a discussão acerca das possíveis maneiras de se manter o controle da unidade, num claro reflexo da função do agente de apoio técnico.

Neste sentido, houve consenso entre os funcionários quanto ao critério inadequado de triagem dos internos para as unidades, que acarretaria numa mistura de jovens com grande vivência delitiva e aqueles sem perfil criminal, *“você pega um 121 para ele cometer um assassinato, ele tem muito mais frieza do que um menino que pegou uma trouxinha de maconha e levou e entregou num carro ali”*. Da mesma maneira, foram convergentes as opiniões sobre a diminuição de adolescentes na unidade como instrumento facilitador do trabalho, *“você pode controlar 30, mas não consegue controlar cento e setenta”*, *“são muitos adolescentes juntos de alta periculosidade”*, *“...envenenando os outros...”*. A transferência de jovens considerados problemáticos pela conduta arredia e violenta também foi apontada como forma de se garantir a qualidade do trabalho sócio-educativo, *“o diretor, às vezes, consegue um bonde para aquele que está dando o maior problema na unidade, só que ele é obrigado a receber um outro, às vezes, muito pior (...) Se nós temos problemas com quinze internos que estão fazendo a cabeça do restante, desses 75%, 85% que é a*

população, tem que dar um bonde naqueles e não receber mais ninguém. Aí eu acredito que daria para tomar conta desses cento e pouco que sobriariam”.

Outro tema eclodido nos discursos dos profissionais foi *a falta de limites aos jovens* na unidade. Há uma evidente demanda por práticas de controle e contensão, consideradas pela maioria dos entrevistados como pilares do processo sócio-educativo, *“eles tem muita liberdade, eles estão num parque de diversão”, “coloca eles dentro do quarto para pensar”, “se você impor limites ele vai se preparar para ser entregue à sociedade um pouco melhor de quando ele entrou. Porque se não foi imposto limites dentro da família⁶⁷ dele (...) se tivesse sido imposto esse limite antes, ele poderia não ter cometido aquele delito”, “você consegue impor limites reestruturando todo o sistema (...), você tomar conta do pátio, você conter os adolescentes, você ter chave do cadeado, não soltar tudo de uma vez, todo moleques soltos, 160 andando, jogando bola, brincando, jogando truco, apostando, trocando cigarros, a própria medida sócio-educativa se perde por aí”.*

Houve ainda forte crítica à estrutura hierárquica mantida pelos internos. Coloca-se de maneira enfática a opressão sentida pela maioria dos jovens (a população) diante o comando do líder e seus subalternos (faxina e setores). *“Outro dia eu presenciei um fato (...) o moleque passou o dia inteiro lavando roupa para os outros, e aí o setor disse: “lavou bem”, o menino começou a lavar roupa oito horas da manhã, quatro horas da tarde estava lavando roupa ainda”, “existem os meninos que não querem fazer a rebelião, mas ele tem que representar porque senão depois ele*

⁶⁷ A desestruturação familiar como fonte da conduta delitiva é um antigo mote. De fato, a própria diretriz inicial da Febem, como observado no histórico institucional, assim concebe a questão infracional, pouco atenta à negligência do poder público na esfera social.

paga, e paga caro, ele tem que fazer parte dele, nem que seja para pegar uma madeirinha e ficar batendo na parede.

Quanto aos temas político-sociais a revolta é marcante. Todos os integrantes do grupo se colocaram, por exemplo, a favor da redução da maioridade penal, *“eles sabem o que estão fazendo”, “são mestres...”, “ele é capaz de pegar uma arma, entrar dentro de uma residência e matar toda uma família, com 15, 16 anos”, “todos eles quando é menor, ele sabe que não pode passar de três anos, então ele comete crime até os dezessete e eles vai fazer o que puder”*. A impunidade e os meios de comunicação também foram apontados como fatores desencadeantes da violência social.

No decorrer da entrevista, percebe-se um grande incômodo no contato com os jovens. Além da revolta, sentimentos de humilhação são evidentes, tornando ofício um pesado fardo. *“Então você, um pai de família, um homem e tal, é difícil receber ordem de uma criança que você sabe ali que cometeu um delito. É muito difícil mesmo. Mexe com o brio de homem, tô falando...”*. De acordo com o funcionário, os internos os vêem como *“o verme, é o toma-te fogo(...)”*. O mal-estar se expressa em colocações como, *“o funcionário, à medida que o tempo passa vai se deteriorando cada vez mais psicologicamente e vai ficando mais difícil de trabalhar. Delineia-se a dimensão da violência, “você vê a situação de funcionário que tá quase morrendo, você imagina tudo isso aí, ser jogado do telhado...”*; e o trabalho se torna apenas uma necessidade *“é uma forma de sobrevivência, né?”*.

Apesar disto, notam-se sutis discordâncias dentro da dinâmica em geral. Em especial, a fala da única mulher do grupo. Apreciações como *“a gente conversando tête-à-tête com o adolescente ele mostra bem o que é...”*, *“se tira ele*

para fora (do pátio) você percebe que é outra coisa”, “80% a gente sente que dá para levar”, apontam para um caminho em que o diálogo e o contato humanizado se fazem possíveis. Ao final, a esperança ainda que tímida retorna ao grupo. “Eu tenho esperança que pode melhorar..vai poder ser sim o emprego que eu vou poder honrar e eu vou dizer lá fora, “eu trabalho em tal emprego...”.

5.1.2 ANÁLISE

O discurso dos agentes e apoio técnico revela o espaço do impossível no que tange ao trabalho sócio-educativo com um grupo específico de internos, “*os que tem maldade, os estruturados*”. Este jovens se tornam depositários da destruição e do mal, categoria a ser excluída para que seja possível o andamento da rotina das unidades. Atuariam como contaminadores dos demais internos e a eles se destinariam os locais de máxima segregação: unidades altamente contensivas.

A medida sócio-educativa é, desta forma, conforme o discurso destes profissionais, apenas plausível a uma específica categoria de adolescentes, “*os recuperáveis*”, negando aos outros — pelo princípio de serem incorrigíveis — a função inclusiva tanto apregoada pelo Estatuto da Criança e Adolescente. A internação se verte em local de uma segunda segregação e atualiza, dentro dos muros institucionais, o emblema do excluído.

A figura do “mal intransponível”, por outro lado, se presta ao próprio grupo dos agentes de apoio técnico. Aquele que deve ser combatido precisa subsistir a

fim de que se sustente a tarefa de segurança por eles executada, garantindo o espaço destes profissionais na arquitetura institucional⁶⁸.

Tornar os jovens depositários da destruição e do mal resguarda ainda as frágeis fronteiras que separam internos e funcionários. A aproximação com estes jovens — *“o contato é muito próximo”* — os faz trabalhar num terreno limítrofe. Imersos numa dinâmica em que a violência transita nos espaços de intersubjetividade — *“qualquer ser humano como nós pode matar”*, ao localizar o “mal” no outro, reduz-se a ansiedade pelo contato com seus sentimentos de destruição e ameniza-se o temor pela mistura. *“Os mecanismos de projeção massiva visam a se libertar no espaço interno da instituição, em certos sujeitos ou no exterior, de um objeto perigoso, incontinente, considerado como a causa de um sofrimento intolerável”*(KAES, 1996:25)

A discussão sobre a impunidade se abre no mesmo sentido. Os supostos confortos dentro da internação — como jogar bola e tomar sol — esfacelam o ideal da punição, muito defendido pelos agentes de apoio. O fato dos “maus” serem tratados como “bons” alimenta, para estes funcionários, o apagamento de fronteiras e borra os limites da justiça. É necessário que a dicotomia se preserve, sem que haja o território da dúvida. A idéia do objeto ameaçador precisa ser sustentada para a preservação de seu ofício.

⁶⁸ Para além desta categoria de funcionários, a análise se dirige à própria Febem, como representante do Estado incumbido na exclusão daquele que rompe as normas sociais. O mal, vertido em organizador institucional, deve ocupar seu espaço fantasmático, seu atributo de raiz e fundação, para que se mantenha a instituição e seu anseio de perenidade.

Para os agentes de apoio, a medida sócio-educativa de internação se perde neste contexto de mistura e homogeneidade. As unidades, ao proporem bem-estar aos internos, consentiriam com a prática do ato infracional, atuando em oposição à meta oficialmente proposta. Sem a punição e o sofrimento — encarados como o próprio instrumento sócio-educativo — vêem-se os agentes de apoio como mantenedores da criminalidade. Há uma clara resistência aos normativos da Fundação Casa e do Estatuto da Criança e do Adolescente, o que os conduz a um espaço em xeque, obrigados a agir conforme uma diretriz por eles não legitimada.

A categoria dos agentes de apoio se apresenta ainda como principal depositário⁶⁹ da violência dos adolescentes. Há um sentimento de serem traídos pela instituição, vertida ela em agressora ao oferecer aos jovens o acolhimento não dispensado a estes profissionais. O sentido e lugar que ocupam na instituição se esvaziam, tornando-a alvo de desconfiança e revolta. *“Quando a instituição não sustenta mais o narcisismo de seus membros — quando, por exemplo, o objetivo primário da instituição os expõe a ataques e a perigos violentos — a instituição, então é atacada”* (KAES, 1991:26). Evidencia-se uma falha no *contrato narcísico*⁷⁰ estabelecido entre indivíduo e instituição em que, conforme Kaës, *“cada sujeito tem a obrigação de assegurar a continuidade do conjunto social; e o conjunto, por sua*

⁶⁹ “A incursão na arquitetura mental da instituição nos conduz para os espaços de calabouço, de depósito ou de cerca que têm valor e função ao mesmo tempo no espaço do sujeito e no do agrupamento. Parece que o agrupamento humano não pode se formar senão mantendo zonas de obscuridade profunda, alguns no *man’s land* comuns negativos do espaço psíquico compartilhado” (KAES, 1991:27). Esses elementos não mentalizados e sem forma procurariam ainda um *“lugares onde depositar-se”*, uma vez não poderem se inscrever e se oficializar na estrutura institucional (ROUSSILON, 1991:134).

⁷⁰ Conceito desenvolvido por Piera Castoriadis-Auligner, em 1975.

vez, deve investir narcisicamente esse novo elemento. O contrato designa a cada membro um determinado lugar ofertado pelo grupo e significado pelo conjunto de vozes que, antes de cada sujeito, mantiveram um certo discurso conforme o mito fundador do grupo” (KAES, 15)⁷¹.

Sem um espaço que lhes seja próprio e não investidos na dimensão narcísica, compromete-se o envolvimento destes funcionários no exercício de seu papel institucional. O trabalho se torna apenas uma obrigação e instala-se o sofrimento pela descrença em seu próprio ofício. “A falha da ilusão institucional priva os sujeitos de uma satisfação importante e debilita o espaço psíquico comum dos investimentos imaginários que vão sustentar a realização do projeto da instituição, dispor a identificação narcísica e o sentimento de filiação a um conjunto suficientemente idealizado para enfrentar as dificuldades internas e externas”(KAES, 1991:34)

O sentimento da impotência se alastra e abre a identificação com os pais dos jovens, “falta disciplina na casa, uma boa conduta, então eles chegam na Febem, eles continuam sem limites, ou seja, sem disciplina, uma vida totalmente desregrada”. Há a atribuição de uma função familiar ao trabalho desenvolvido na Fundação Casa, atualizando uma perspectiva de três décadas: o jovem infrator, fruto da desestruturação das relações intra-familiares, “porque se não imposto limites dentro da família dele, ele cometeu um delito e fez alguma coisa, e tivesse sido imposto esse limite antes, ele poderia não ter cometido aquele delito”.

⁷¹ Em *Une conception psychanalytique de l'institution*.

5.2 2ª ENTREVISTA (EDUCADORES)

A entrevista com os educadores ocorreu em sala desocupada, em vias de reforma. Teve duração aproximada de 45 minutos e contou com a presença de 6 profissionais.

O grupo de educadores é composto por analistas técnicos, com formação em pedagogia e educação física; e agentes educacionais, provenientes de áreas diversas, tendo como pré-requisito o ensino superior. Sua função corresponde a exercida pelos antigos agentes de educação e monitores II da Febem. Constituem o setor pedagógico das unidades e desempenham diversas atividades: ministram oficinas de artesanato e grupos temáticos, acompanham os internos em seu desenvolvimento escolar e profissionalizante, auxiliam os professores nas aulas do ensino formal e elaboram os relatórios pedagógicos.

Pela constante presença no pátio, possuem ampla visão da dinâmica mantida pelos adolescentes, assim como os agentes de apoio técnico.

5.2.1 TÓPICOS ABORDADOS

A entrevista foi marcada por um olhar crítico acerca do trabalho sócio-educativo. Os sentimentos eclodidos foram variados e alternantes. Houve claros momentos de indignação e revolta, como também compreensão e esperança. As opiniões, em geral, foram convergentes ou complementares e as divergências não eram prolongadas pelos membros do grupo.

O primeiro ponto a destacar na entrevista é a atenção destes profissionais na prática de reflexões junto aos internos. Apontaram sobre a importância das oficinas temáticas, das conversas informais e dos grupos de apoio e discussão no processo sócio-educativo, *“a gente observa que quem participa acaba desenvolvendo mais as relações sociais melhor, respeito, mas ainda precisaria de algo mais, uma orientação mesmo, montar grupos, conversar, discutir”*, *“acho que algo que deveria ter são os grupos terapêuticos, e isso não existe, porque a equipe técnica é voltada mais para o lado dos relatórios do acompanhamento dos meninos (...) algo além da equipe técnica e pedagógica, um setor que cuidasse, não sei... da saúde mental”*, *“o importante do educador é estar sempre em contato com o adolescente, e tentar sempre passar informações para eles também”*.

Ao mesmo tempo, a discussão sobre limites e enquadre de trabalho com regras claras, foi pontuada. Sem dúvida, uma das maiores dificuldades destes profissionais é a de ministrar suas atividades sem as tantas interferências que atrapalham a qualidade do serviço prestado. *“Se eles estão aqui é porque eles não tiveram disciplina. Se continuar não tendo disciplina aqui dentro, que medida sócio-educativa eles vão ter?”*. Frisou-se, contudo, sobre a importância do diálogo nas situações de imposição disciplinar, levando a um redimensionamento do tema, *“eu também sou a favor da disciplina, só que de uma certa forma o educando tem que ter acesso a esse objetivo, o adolescente tem que ter acesso a esse objetivo, por exemplo, por que não entra tal alimento?”*, *“se você tem grupos para trabalhar em cima, atuar em cima, você já tem condições de explicar para eles porque não pode entrar tal CD, não todos, aqueles que fazem apologia ao crime”*, *“o respeito não deve ser imposto, deve ser conquistado”*. Acerca desta questão, os educadores levantaram a presença de

resistências institucionais, *“inclusive nos outros dias que teve uma movimentação, a orientação que a gente teve é não toquem no assunto. Vocês não vão ficar explorando o que eles fizeram.”*

Embora de maneira menos enfática do que a entrevista com os agentes de apoio técnico, o tema da quantidade de internos na unidade e inadequada separação dos jovens quanto ao seu perfil também mostrou relevo no grupo. *“Pelo número de meninos que a gente tem, não sei, não vejo muita possibilidade de mudança, que seria o objetivo maior. Na verdade, fica como um confinamento e não algo sócio-educativo”, “tinha que separar por grau de infração, acho que não tem que colocar menino que tem grau menor com os de grau pior, acho que a Febem estaria bem mais certa se tivesse essa separação”, “tem menino que passa duas, três vezes na febem e já vem com o sistema, então acaba passando para o adolescente que está entrando hoje”.*

Da mesma forma, houve severa crítica à estrutura hierárquica mantida pelos internos. A liderança de alguns jovens perante outros, embora considerada pelos educadores como um fenômeno de grupo, foi apontada como negativa e opressora. *“A liderança do poder que a gente tem hoje, ela é negativa por quê? porque ela oprime os meninos, o menino não pode falar com o outro, ela também acha que só tem os direitos e só os direitos, não tem os deveres”.* Os profissionais apontam ainda que, em muitas situações, seu trabalho não pode ser exercido adequadamente, *“acho difícil você se aproximar de alguém e ficar muito tempo próximo dessa pessoa (interno), porque os outros (internos) até mesmo chegam a falar não fica muito perto, não se aproxima muito, eles tem a rotina deles lá dentro e é difícil de mudar”.*

A certa altura da entrevista irrompem as dificuldades sentidas pelos educadores quanto à dinâmica de trabalho da equipe multidisciplinar. *“Eu vejo muitas vezes que tem falta de diálogo entre as equipes, que além da falta de diálogo tem falta de respeito entre as equipes mesmo”, “falta esse diálogo, a gente precisa ter um tempo para conversar, um espaço para falar”*. Notadamente, as ordens advindas dos altos postos de comando da Fundação tornam-se alvos de ataques contundentes. *“ela não sabe o que está acontecendo aqui em cima (na unidade), como que é a condição de trabalho, uma tarde, uma tarde não todas as tardes a gente fica sem água na unidade, como é que você trabalha sem ter água na unidade?(...) tem coisas que tem que ser cumpridas, precisam, mas uma pessoa não pode delegar as coisas sem saber como elas vão ser feitas, então falta esse diálogo, ela é superior?”*.

Quanto aos sentimentos diante do próprio ofício, percebe-se, de forma geral, satisfação pelo exercício da função de educador dentro da Febem, apesar das dificuldades. *“ até hoje me sinto bem com o trabalho que eu faço, é lógico que eu poderia fazer muito mais, ainda faço muito pouco mas o mais importante é que eu gosto”, “eu acredito no que estou fazendo, eu acho que não conseguiria trabalhar com alguma coisa que eu... não gostasse... ou se tivesse raiva como vejo muita gente...”*, *“a gente fala que está no sangue (...) por mais que a gente desacredite no sistema, que a gente veja que é um sistema falido, você sempre tem a ilusão de que um você consegue resolver”*. Os educadores, em unanimidade, discorrem sobre experiências de sucesso em sua prática profissional. *“Muitas vezes tem um menino que está nervoso, está revoltado, aí você vai, fala, senta, conversa, você muda, o menino sai sorrindo”*, *“às vezes, a gente percebe que o trabalho é tão gratificante que quando o pedagógico não entra, o pessoal pergunta cadê o pedagógico, cadê o pessoal da*

pedagogia? Então, você sente que o trabalho é valorizado”, “tem um exemplo de um garoto que a gente ensinou (xadrez), e sempre a gente ganha dele, e aí ele fala, “não, senhor, eu vou ganhar do senhor”, (...) outro dia ele conseguiu pegar uma rainha e até vibrou “aê”, isso é gratificante”.

Já sobre o relacionamento dos internos junto aos educadores, parecem pautados, em geral, no respeito e educação. *“Acho que sempre tem uns atritozinhos, mas no geral é criativo”, “eu nunca fui desrespeitada por ninguém, por nenhum menino...”, “eu não tenho que reclamar de nada, eu nunca tive desavença com ninguém, sempre respeito e espero ser respeitado, acho que o importante é dar o respeito”.* É apontado, contudo, terem sido mais satisfatórios os vínculos em outras épocas, *“na minha época quando eu entrei era mais tranqüilo, você tinha acesso fácil ao adolescente, (para) conversar, dialogar...”.* Ao comentarem da relação mantida entre adolescentes e agentes de apoio técnico, a situação em muito se altera. *“A forma como eles (internos) tratam o pessoal, teve uma oficina de panificação que estava terminando no ano passado, um menino ofereceu lanche para a gente, a professora foi oferecer para a segurança e eles tomaram o lanche(...) inclusive jogaram no lixo”.*

5.2.2 ANÁLISE

Notadamente, percebe-se que o discurso do grupo de agentes educacionais é atravessado por uma ideologia diversa da observada junto aos agentes de apoio técnico, responsáveis pela área de segurança. Por ocuparem um lugar específico dentro do palco institucional, atrelado à função pedagógica, assim como pela formação destes profissionais, a apreciação dos eventos ocorridos na dinâmica da

unidade ocorre a partir de um ângulo menos marcado pelo atrito e violência, como o observado na fala dos funcionários do primeiro grupo. Encarados pelos adolescentes como sujeitos não responsáveis por práticas de controle e repressão, a qualidade do vínculo mantido entre educadores e jovens também é melhor garantida.

Por outro lado, o estabelecimento de uma relação intersubjetiva um pouco mais alicerçada no ideal da empatia e respeito, não garante, conforme os educadores, a transformação dos conteúdos internos do adolescente, tampouco sustenta a passagem deste jovem de uma posição marcada pelo comportamento delitivo para outra, organizada a partir da obediência às normas sociais. Neste sentido, a função dos agentes educacionais não atinge de forma adequada e suficiente o projeto ressocializador. Observam que poucos adolescentes mantêm diálogo junto a eles, devido à existência de severas regras estabelecidas entre os internos. O medo, vertido em contundente organizador psíquico grupal dos jovens, cerceia a possibilidade da circulação da palavra e elimina os processos de transformação e mudança, tanto institucional como do próprio adolescente.

O silêncio e o cerceamento da palavra, dentro deste contexto, torna-se uma das principais queixas dos educadores. As falas e conteúdos que possam afrontar o esqueleto de controle nestes estabelecimentos são cerceados em função de uma fantasia de destruição e medo. A palavra permanece trancada e negada, preservando-se assim a estrutura da instituição. A paralisia se torna um evidente sintoma e se verte como testemunha não somente de ausência de um espaço para pensar, mas também contribuindo para manter o pensamento fora de uso (KAES, 1996:24). “*Pode-se*

inferir de tais condutas⁷² a falha ou a destruição de dispositivos de contensão e de transformação de ansiedades primitivas”(KAES, 1996:25)

No mesmo rumo, os educadores apresentam uma forte crítica acerca da falta de comunicação entre os diversos setores da unidade. Os efeitos da palavra trancada e desprovida de sua função de ligação, acabam por refletirem na qualidade dos vínculos intersubjetivos, em especial, entre os grupos da educação e da segurança. Sem um espaço intermediário que sustente os processos de ligação psíquica das referidas equipes acirra-se a mútua desconfiança e o terreno da incompreensão, gerados pela palavra não dita.

No entanto, as dificuldades de comunicação, geradas pelo cerceamento da palavra, podem ser entendidas como produtos de estruturas intrínsecas à própria dinâmica observada na Fundação. A ruptura dos processos de ligação entre os grupos sustenta a identidade de cada conjunto de profissionais, alicerçadas que estão sob aparelhos psíquicos grupais díspares⁷³. *“Uma das principais funções do aparelho psíquico grupal consiste em mobilizar a energia pulsional em cada um dos membros do grupo, de transformá-la e transmiti-la em suas instâncias e sistemas, controlá-la ligando-a a representações ou desviando-a para outras metas a serviço do vínculo grupal ou do objeto-grupo”*(KAES,1991:218). Assim, as representações dos agentes de segurança e dos educadores permanecem ilesas umas das outras dentro do cenário da instituição, se estiverem impermeáveis às mútuas influências. A não circulação da

⁷² A agitação, a paralisia, o investimento em objetivos secundários e a burocracia são apontados pelo psicanalista como indicadores de sofrimento institucional.

⁷³ Embora cada subgrupo se organize a partir de aparelhos psíquicos grupais próprios, isto não exclui a existência de um aparelho psíquico grupal que organize a todos eles, imersos que estão dentro uma mesma instituição.

palavra, neste âmbito, ganha seu sentido ao ser revelada como condição que garante os limites dos grupos — pedagógico, segurança e técnico — existentes nas unidades de internação.

Outro ponto de suma importância no discurso dos agentes educacionais foi a discussão sobre o sistema de liderança mantida pelos adolescentes, pautado em ideais do universo delitivo. Dentro desta estrutura, as fronteiras que garantem as diferenças entre o ambiente em que o jovem vivia — muitas vezes, permeado por valores anti-sociais — e o da internação, se esfacelam, gerando uma homogeneidade perversa. As normas advindas de organizações criminais se solidificam dentro da instituição e retiram dela seu sentido sócio-educativo. O trabalho do educador se perde em meio à proliferação da violência e, sem dúvida, não consegue romper o vínculo mantido entre o jovem e a criminalidade.

Da mesma forma que o discurso dos agentes de segurança, os educadores apontam a dificuldade em se aplicar a medida sócio-educativa para uma quantidade excessiva de adolescentes, distintos entre si quanto ao grau de infração e vivência criminal. O sentimento de impotência é marcante, embora ressaltem pequenos sucessos junto a alguns internos. As fronteiras entre ambiente sócio-educativo e delitivo se perdem pela força da dinâmica dos jovens no universo institucional, que afronta a identidade dos educadores, tolhidos em seu exercício profissional. Neste processo de perda de fronteiras e limites, a fantasia de destruição e medo se solidifica como elemento organizador da intersubjetividade do grupo.

De forma geral, percebe-se também que o espaço dos educadores dentro da instituição, mesmo que previsto e estabelecido pelas diretrizes da Fundação, permanece à revelia de outros setores, como o da segurança e da área técnica. Embora

a tarefa primária da instituição seja sócio-educativa, estes profissionais procuram seu lugar dentro de uma instituição historicamente pouco atenta a um olhar pedagógico. “*A tarefa primária da instituição alicerça sua razão de ser, a sua finalidade, a razão do vínculo que ela estabelece com os seus sujeitos: sem a sua realização ela não pode sobreviver. Assim, a tarefa primária das instituições de tratamento. Mas, analisando bem, todos perceberão que a tarefa primária não é nem constantemente, nem de maneira preponderante aquela a que se dedicam os membros da instituição.*”(KAES, 191:35) Trata-se de uma categoria nova, criada há sete anos em ressonância ao Estatuto da Criança e do Adolescente. Seu trabalho, enquistado na dinâmica institucional, ainda é por demasia ameaçadora às alianças inconscientes mantidas em âmbito transgeracional, que garantem a manutenção da estrutura da psíquica da instituição, avessa a mudanças efetivas.

5.3 3ª ENTREVISTA (TÉCNICOS)

A entrevista ocorreu na sala do setor técnico e contou com a participação de cinco profissionais. O encontro teve duração de aproximadamente 40 minutos.

O setor técnico é composto por analistas técnicos e agentes educacionais (em desvio de função) com formação em Psicologia ou Serviço Social. Cabe aos técnicos a elaboração de relatórios para o Departamento de Execuções da Infância e Juventude, sobre os jovens pelos quais são responsáveis; acompanhar o desenvolvimento dos adolescentes na medida sócio-educativa; zelar pela integridade física e psicológica do interno nas unidades; procurar assistência aos familiares — como inserção em grupos de apoio e orientação — através de Conselhos Tutelares, Cedecas, Ongs, Prefeituras, etc; informar o jovem sobre o andamento de seu processo; promover a reflexão a partir de entrevistas técnicas e grupos; entre outros.

Salienta-se que a liberação do adolescente ao meio-aberto é pedida através destes profissionais, levando ao estabelecimento de um vínculo diferenciado.

5.3.1 TÓPICOS ABORDADOS

A entrevista foi marcada por diversas críticas ao trabalho exercido na Fundação Casa. Houve eclosão de sentimentos de revolta e frustração e, em poucos

momentos, apontou-se aspectos positivos da aplicação da medida sócio-educativa, conforme feita nas unidades de internação.

Um ponto notório do encontro consistiu no questionamento acerca da primazia da política de segurança e contensão sobre a educacional e ressocializante, “*a educação fica em segundo plano, a segurança e a contensão em primeiro, e logo depois os relatórios judiciais que são elaborados pelo setor técnico*”. Coloca-se, inclusive a presença de resistências ao trabalho sócio-educativo, “*as próprias unidades da Febem emperram o trabalho(...) não deixam por n motivos o trabalho ser desenvolvido, ser implantado (...) eles não permitem através de mil e um subterfúgios*”, “*fui questionada porque eu sou mãe dos meninos, eu deveria ser madrastra, você está entendendo?*”. Os profissionais se queixam de um suposto objetivo da Febem, atrelado a um mecanismo de exclusão e repressão, “*ela (Febem) se preocupa em transformar em cadeia*”, “*a gente acaba reforçando essa exclusão social, então vamos conter, vamos tirar um tempo da sociedade, para se mostrar que se está fazendo alguma coisa, né, mas na verdade (...)*”, “*tá funcionando bem, desde que não haja rebelião*”, “*a gente acaba puxando o que a gente tem no sistema prisional, eu acho, porque o cara está preso? Ele está sendo punido, por mais que a Febem tenha uma proposta sócio-educativa, ela não funciona*” .

Neste ponto, relativo ao objetivo da Fundação Casa, causou impacto as opiniões sobre a instituição como mantenedora da situação sócio-política. “*O Brasil realmente não adianta... nosso país ele é, a gente só exporta artesanato mesmo (...), então não adianta a gente preparar o menino para uma educação formal de primeira linha, que nós não estamos em Israel, não estamos na China, então nós vamos preparar esse menino para fazer cestinha de artesanato, se for o caso exportar*

brinquinhos, nosso país só exporta isso, ou mão-de-obra barata (...)", "é cômodo para ela (manter a situação), porque ela não vai ter grandes responsabilidades".

Os problemas organizacionais e estruturais da Fundação foram outro tópico relevante no decorrer da entrevista. O tema da subordinação e a falta de comunicação, neste sentido, ganharam espaço, *"as ordens vem de cima, as pessoas não conhecem a realidade da base, então a gente recebe ordens complicadas", "vem de cima, mas não correm de baixo para cima, quando corre de baixo para cima há uma distorção enorme (...)"*. Questionou-se também a má articulação entre as medidas sócio-educativas, *"depois da internação, boa viagem, até outra vez (...)", "a Febem não se preocupa no pós internação, de fazer um acompanhamento com agentes educacionais ou agentes sociais"*, assim como a falta de preparo do corpo funcional da instituição, *"tem funcionários que não conhecem o ECA, então isso tudo, acho que dificulta para apresentar um bom trabalho para os adolescentes", "acho que o profissional teria que ser capacitado para fazer palestras para os adolescentes, drogadição, alcoolismo(...)"*.

Sobre a eficácia da medida sócio-educativa, as opiniões revelaram descrédito por parte do setor técnico. O tema surgiu em diversos momentos da entrevista. *"Atualmente eu não acho que a Febem seja o melhor meio de ressocialização", "eu costumava falar assim, eu não trabalho para a Febem, eu trabalho para alguns meninos que querem se ajudar, então eu acho que quando o moleque vai para frente é porque ele quis, ele tem uma disposição interna, ele tem motivação, porque se você pensar mesmo a Febem faz muito pouco por ele", "ela (Febem) não instala essa possibilidade no menino (mudanças)"*. Traz-se ainda à discussão a primazia do sofrimento sobre às práticas de conscientização, *"o jovem,*

muitas vezes, a gente consegue perceber a evolução dele e tal mais pela privação de liberdade do que por outra coisa, pela punição que ele está sofrendo do que pelo trabalho que a gente desenvolve com ele”. Observa-se, porém, crítica ao modelo da ressocialização pela dor, “isso não é educação... para a maioria dos meninos a internação não surte um bom resultado”, “(que resultados a internação pode gerar?) revolta” “além da revolta a influencibilidade”, “é uma faca de dois gumes”.

Embora uma questão menos discutida entre os técnicos, a estrutura hierárquica mantida pelos internos suscitou controvérsias. Por uma lado, houve aceitação da existência de uma liderança dos adolescentes na unidade, por outro, salientou-se o controle pernicioso exercido pelo grupo dominante. *“Qualquer grupo sempre vai surgir uma liderança, sempre vai surgir uma voz, um porta-voz, tudo isso, eu acho que isso é um efeito normal”, “o problema da Febem é... é claro, todo o grupo existe uma liderança, isso não dá para questionar, (mas) a liderança da Febem é negativa, que tenha uma proposta legal(...)”, “eles pegam como exemplo a liderança da penitenciária”. Acreditam, contudo, na possibilidade de “canalizar para algo positivo”.*

Quanto aos sentimentos decorrentes do ofício, o mal-estar é evidente. A desvalorização do trabalho, as frustrações e uma série de outros motivos aparecem como desencadeadores aparentes da angústia. *“Nosso trabalho é muito frustrante, o que a gente tem que fazer a gente não consegue”, “a gente não é valorizado pelo o que faz”, “você não é reconhecido”. Há inclusive um sentimento de que os bons profissionais são merecedores de punições, “ parece que quem trabalha é punido”, “eu acredito (na ressocialização), por isso que estou aqui tomando paulada”. Surge também no discurso a hipótese de uma desvalorização generalizada do ofício, tanto*

pelos internos como pela sociedade, *“eles falaram (internos), porque a senhora não vai fazer outra coisa, ao invés de ficar aqui com a gente? Não entendo porque vocês ficam aqui...”*, *“eu acho também que o profissional da Febem é bem discriminado, eu notei isso quando eu falo, olha eu trabalho na Febem, ããããhhhh, sabe assim, como se você trabalhasse no fim do mundo”*, *“no pior lugar do mundo”*, *“meus amigos de faculdade quando eu falo que trabalho aqui... nem tô falando mais”*.

Já acerca da qualidade dos relacionamentos mantidos juntos aos internos, foram poucas as considerações, sem haver prolongamento da discussão. Nota-se, porém, divergências quanto ao tema. *“Falta um pouco disso também, dessa vinculação maior do setor técnico com o menino mesmo, no convívio diário com ele, a gente não consegue conhecer alguém sem conviver, então ele vem com muita resistência para o atendimento técnico, uma que não é uma psicoterapia, é um atendimento”*, *“o principal nesse momento eu consigo (...) é uma empatia muito grande com os adolescentes, é isso que ganha, no momento, na atual conjuntura... é o inter-relacionamento”*. Sobre o vínculo mantido entre os internos e profissionais de outros setores, a brevidade das opiniões ocorreu de forma semelhante, *“os meninos tem resistência ao pessoal de segurança porque eles tem essa idéia de contensão, eu acho que isso precisaria mudar talvez, essa imagem que se tem da segurança”*, *“acho que a pedagogia consegue mais do que a gente, porque eles estão mais no contato direto, então eles podem introduzir valores mais facilmente”*.

Notadamente, durante a entrevista, ocorreram ataques não só à instituição de maneira generalizada, mas também aos seus agentes institucionais. Houve diversas falas com teor persecutório que, embora ditas quase sempre por uma funcionária, mobilizaram reações os outros integrantes do grupo. *“É difícil você*

ensinar ética, sendo que você não é ético. Você ensinar moral, se você nem conhece moral”, “acho que aqui também se você é um funcionário que incomoda muito algum chefe, tal qual o menino você é colocado de lado, você fica no gelo, ou você é repreendido, ou você toma um bonde”, “deixando em setores chaves as pessoas carrascas você acaba contaminando”.

5.3.2 ANÁLISE

De forma geral, a entrevista teve um tom persecutório. Supondo-se imersos em uma estrutura que privilegia a segurança e com forte influência do ambiente penitenciário, sentem os técnicos que a medida sócio-educativa não atinge seu objetivo. Sua função, da mesma forma, seria sufocada por uma ideologia diversa à da inclusão social, gerando frustrações na realização de seu ofício.

Assim, um primeiro ponto na análise da entrevista com os profissionais do setor técnico é a tendência em depositar nos funcionários da segurança o fracasso na aplicação da medida sócio-educativa. A ideologia da repressão e controle suprimiria o estabelecimento de um processo para o jovem que lhe fosse, de fato, marcado pela aquisição de princípios e valores sociais adequados. Há, inclusive, forte crítica a moral e ética acerca de alguns profissionais de segurança.

Revela-se, desta forma, uma evidente falha nos processos de ligação intersubjetiva entre os grupos que compõem a equipe multidisciplinar. O lugar do outro, conquanto ocupe função diversa na dinâmica institucional, não é percebido em suas dificuldades e valor. A pressão e violência a que são submetidos os profissionais

da segurança são ignoradas pela equipe técnica, conforme a entrevista em questão. A postura e discurso dos agentes de apoio técnico e coordenadores de pátio se tornam alvos de críticas pautadas que estão numa ideologia diversa àquela da equipe técnica.

De forma semelhante, embora bem menos contundente, o setor pedagógico também sofreu ataques, sobretudo pela pouca eficiência de seu trabalho. Há uma evidente queixa, por exemplo, acerca das oficinas artesanais que não propiciariam qualquer efeito sócio-educativo. As atividades profissionalizantes e as aulas do ensino formal também são vistas com reservas, pela sua baixa qualidade.

Neste sentido, a não ligação entre as equipes pedagógica, técnica e de segurança, a partir de um organizador intersíquico comum — afora o medo — incentiva a conduta de mútuo ataque ao outro, instala um clima persecutório e gera um movimento de constante busca de réus pelas dificuldades institucionais, minando o diálogo e o trabalho multidisciplinar. *As identificações projetivas massivas buscam um controle draconiano e onipotente dos objetos persecutórios, de tal forma que o outro se comporta exatamente como exige o sujeito que utiliza este mecanismo de defesa, valendo-se da regressão paranóide, do ataque invejoso contra as ligações e das identificações com o objeto atacado ou atacante*”.(KAES,1996:25)

Este movimento de aparente desrespeito ao diferente, no entanto, revela a necessidade em se manter os próprios contornos da identidade profissional e seu espaço na cena institucional. Ao criticarem o setor pedagógico, isentam-se de sua função sócio-educativa e se postam como espectadores e relatores dos eventos surgidos na unidade. Da mesma forma, ao se oporem aos profissionais da segurança garantem uma identidade não atravessada pelos mecanismos repressivos e de contenção.

No que tange ao contato dos funcionários da equipe técnica em relação aos adolescentes, assim como sua apreciação acerca dos vínculos mantidos entre jovens e demais profissionais, chama a atenção o distanciamento e a menor atenção despendida ao tema, se comparado às entrevistas dos grupos pedagógico e de agentes de apoio técnico. De fato, os técnicos mantêm um contato diário mais restrito com os internos, embora seja o único grupo que tenha acesso às suas informações pessoais e processuais. Pouco acompanham a rotina dos jovens em situações de grupo e, em geral, obtêm as informações sobre o comportamento dos adolescentes e sua evolução através de terceiros. Estas peculiaridades talvez imprimam neste grupo um maior isolamento quanto à dinâmica da unidade em relação aos profissionais de pátio — educadores e funcionários de segurança.

Por outro lado, converge em muito com o discurso dos educadores e dos agentes de apoio técnico, a queixa sobre a estrutura hierárquica da Fundação e a dificuldade em se obedecer as diretrizes impostas por seus superiores. Parece, neste sentido, que cumprir ordens esbarra, muitas vezes, na impossibilidade em cumpri-las. O espaço psíquico parece recrudescido com a prevalência do instituído sobre o instituinte, com o desenvolvimento burocrático da organização contra o processo e na estratégia de dominação de alguns dos seus sujeitos (KAES, 1991:36).

Surge também, em semelhante discurso ao dos educadores, a queixa acerca da primazia da segurança sobre a área técnica e a pedagógica, o que tornaria as conquistas sócio-educativas mais difíceis e relegadas a um segundo plano. A força das idéias de segurança estariam tão enraizadas que o trabalho de cunho ressocializador

seria, inclusive, alvo de boicote⁷⁴. *“Há quase sempre outras tarefas que, a um dado momento, entram em concorrência ou em contradição com a tarefa primária da instituição, a ponto de inverter ou ocultar o seu sentido, caso isso seja tolerado pela lei institucional fundamental”* (KAES, 1991:35).

A relação dos técnicos com seu trabalho surge como outro ponto motivador de desconforto para estes profissionais. Percebe-se forte queixa por se sentirem não valorizados diante à sociedade, o que neles gera, muitas vezes, um movimento auto-depreciativo. *“Qualquer que seja a instituição, acontece dela expor os seus membros a experiências muito angustiantes, sem lhes oferecer, em contrapartida, experiências suficientemente satisfatórias e, antes de mais nada, mecanismos de defesa utilizáveis pelos seus membros para se protegerem contra essas angústias”*(KAES, 1991:38).

A história da instituição, tão marcada pela violência, colabora neste sentido, atrelando, no caso, os funcionários do corpo técnico à idéia de incompetência ou omissão, embora sejam evidentes as dificuldades de seu trabalho. Tanto o psicólogo como o assistente social se tornam alvos de ataque por supostamente não atuarem na erradicação da violência institucional; e por não promoverem uma mágica mudança dos jovens da Fundação.

⁷⁴ Deve-se ter em conta, neste ponto da análise, que a desmistificação da figura do mal encarnada no adolescente significa uma ameaça ao próprio grupo de segurança, uma vez estarem seus membros ligados pelo combate a este mal. Sem esta figura persecutória, tornar-se-ia frágil a função e espaço destes últimos dentro da dinâmica institucional.

São depositários, assim como os outros grupos citados, da angústia social gerada pelo fracasso da inclusão dos jovens nos meios de produção e consumo e pelo seu ingresso na marginalidade.

5.4 4ª ENTREVISTA (ADOLESCENTES)

A entrevista foi realizada em sala de atendimento técnico e teve duração de aproximadamente 45 minutos.

A medida sócio-educativa de internação possui caráter extremo. É aplicada para jovens que cometeram delitos com séria ameaça à vida e àqueles recorrentes em medidas diversas como Liberdade Assistida ou Prestação de Serviços à Comunidade. A internação possui sempre prazo indeterminado, não podendo, contudo, ultrapassar os três anos. Os jovens são avaliados pelo corpo técnico, que passa ao Juízo às informações sobre o caso através dos relatórios de acompanhamento e conclusivo. O critério de pedido de liberação do adolescente é pautado em seu comportamento, participação das atividades propostas pela unidade — cursos profissionalizantes, oficinas pedagógicas, aulas do ensino formal —, conquista de crítica acerca do ato infracional cometido, respaldo familiar, elaboração de projetos positivos à sua vida, maturidade, contensão de impulsos, entre outros.

Cinco adolescentes participaram do grupo, escolhidos aleatoriamente. Todos cumpriam medida sócio-educativa de internação por ato infracional de grave natureza. No caso, homicídio (01), tráfico de drogas (01) e roubo à mão armada (03). Dois dos internos exerciam a função de “setor” dentro da estrutura hierárquica mantida pelos adolescentes, enquanto o restante eram componentes da “população”.

Antes da entrevista, houve receio e desconfiança por parte dos adolescentes, sobretudo pela utilização de gravador. Foi explicado aos jovens o objetivo da entrevista, assim como mostradas as autorizações do Juízo e da Fundação

Casa para a realização do intento. Garantiu-se, a partir de apontamentos do Estatuto da Criança e Adolescente, a preservação da identidade dos entrevistados sob pena de responsabilização.

5.4.1 TÓPICOS ABORDADOS

Durante o encontro, embora estivessem presentes cinco integrantes, o discurso polarizou-se entre dois jovens, com comentários esparsos dos demais, pouco à vontade para expressar suas opiniões. O tom do encontro, em geral, foi marcado por tensão e um clima de denúncias e queixas. Houve momentos, contudo, de maior descontração e apontamentos positivos — ainda que poucos — do regime de internação.

As reclamações feitas pelos adolescentes surgiram durante toda a entrevista. Queixaram-se da opressão exercida por profissionais de contensão e repressão, sobretudo daqueles que não compõem o quadro funcional da Febem, *“só quem tá lá para sentir na pele, tá ligado senhor, porque é muitas coisas que se ocorre ali dentro, (...)que ninguém pode passar por isso (...)muitas opressões”, “(...)quando entra o grupo de apoio, ou a GIR, ou até a Choque, tá ligado senhor, nós sofre a maior opressão”*; do atendimento de saúde, assim como da burocracia envolvida nos encaminhamentos para pronto-socorros, *“maior burocracia, quebrei minha mão senhor, fui para o OS, molhou, tirei o gesso, não encaminharam (mais) para eu ir para o OS. Olha como minha mão cicatrizou”*; da qualidade e da falta de roupas adequadas, colchões e mantas, *“nós é internado aqui na unidade, nós tem o direito a roupa ali, né senhor, roupa lavada, uma calça, roupa adequada, toalha (...)”*; do

sistema de sanção disciplinar para os jovens que desrespeitam normas de convivência, “aí, senhor, ficar lá embaixo lá, lá é opressão, lá embaixo no pote lá, 7:00 da matina, tiram nossos colchão, a gente fica dormindo na pedra”; da estrutura física da unidade, “a unidade para nós é uma caixinha de fósforos, tá ligado, senhor”; dos procedimentos da área técnica, como os telefonemas, “tem uns aí que demora, dois meses para atender um adolescente, (...) muitas vezes o adolescente quer fazer uma ligação, e fala que não dá”; da falta de cursos profissionalizantes, “tinha que haver aí, tá ligado, mais cursos para nós aí profissionalizantes, porque não adianta aí, tá ligado, tem dois, três, quatro, cinco cursos, que dá para fazer trinta meninos aí, cinquenta, (...) e os outros cem, e os outros cem, tinha que ter mais...”

Ao lado das inúmeras queixas surgiram considerações como a necessidade de respeito entre funcionários e adolescentes, *“tá ligado, senhor, até então, um respeito da parte dos funcionários e da nossa parte. Seria uma unidade, tá ligado senhor, seria uma unidade que taria um pouco mais tranqüila a situação. Se não houver respeito aí, tá ligado senhor, não vai para frente”*. Houve ainda apontamento sobre o efeito da violência dentro da medida sócio-educativa, *“traz revolta para mim mesmo, tá ligado senhor, traz revolta, como eu vou me regenerar aí, num bang aí, tá ligado, que os homens não colabora com nós(...)”, “ se o menino ali, tá ligado, ali para ser recuperado ali, tá ligado, para se recuperar ali, como o menino vai se recuperar tendo uns bangs desses (forte enquadre disciplinar) ocorrendo?”*.

A eficácia da medida sócio-educativa, através da conquista de maior crítica acerca de suas condutas, por outro lado, também foi apontada, *“eu acho que refleti senhor, por causa que esses tempos ali senhor, não vou falar que não aprendi nada não, senhor, eu aprendi muita coisa sim, tá ligado, (...) para não tomar nenhuma*

atitude ali, tá ligado, que possa trazer conseqüências futuramente, senhor”, “eu já refleti bastante de um tempo aí, senhor, já sei o que vou fazer no mundão, já vem de uns dias, senhor, vou mostrar que estou capacitado para ser reintegrado à sociedade”.

Sobre a dinâmica mantida entre os adolescentes, houve forte apontamento quanto a um clima de respeito mútuo e livre arbítrio. Esse discurso, no entanto, é desmentido pelas ocorrências de severas agressões cometidas por um grupo de internos a outros, notificadas no dia a dia institucional, *“a gente vê o que é melhor para nós, vai daí do conceito de cada um, tá ligado, chega ali e “não, não vou fazer isso”, ninguém é obrigado a nada não”.*

Acerca do relacionamento junto aos agentes de apoio técnico, educadores e técnicos, não houve repercussão do tema, pautando-se as falas num tom de indiferença, *“eu não tenho nada com eles não, senhor (em referência aos agentes de apoio)”, “eu não tenho nada que falar deles também”, “a mesma coisa (acerca dos técnicos)”, “todo mundo tá aí para ganhar o ganha pão”.* Salienta-se que existia, à época, normas entre os jovens para restringirem as conversas com os profissionais da unidade apenas ao necessário, havendo ainda, muitas vezes, fiscalização de internos sobre outros.

Outro ponto relevante foi a discussão sobre justiça. Surgiram críticas quanto à observância do ECA pela Fundação, *“se cumprissem nossos direitos, tá ligado senhor, era bom sim (...) quem mora longe da sua casa, tá ligado senhor, tem que ficar peto da sua família, e não acontece”, “ nós tem direito ali a roupa lavada, uma calça, roupa adequada, toalha...”;* assim como queixas à Justiça em si, como

instituição, “eu queria ser advogado, senhor, para defender a causa justa, tá ligado senhor”, “é muita podridão da Justiça”.

Acerca das rebeliões, os internos justificam a violência atribuindo a culpa aos funcionários da Fundação Casa, *“rebelião mesmo quem faz é funcionário”*. Colocam, porém, que os meios de comunicação apenas noticiam a violência dos adolescentes, pouco se preocupando com os progressos alcançados por eles durante a internação, *“a mídia mostra li que os internos da Febem aí, levantaram rebelião, não mostra nem o porquê, (...) mas agora quando nós tá estudando, tá ligado senhor, jogando uma bola no pátio, a mídia não vem filmar”*.

5.4.2 ANÁLISE

A polarização do discurso em dois sujeitos reflete a forte estrutura hierárquica estabelecida entre os adolescentes. Os demais jovens falaram pouco e, em geral, apenas reforçaram as proposições dos primeiros. A falta de liberdade de expressão, embora seja negada pelo grupo de internos, revela uma organização rígida, marcada pela violência e medo. Percebe-se a busca por um funcionamento ideológico do grupo, ou seja, a uma *“atividade de redução fantasmática e de achatamento das articulações diferenciais entre os lugares destinados a cada um”* (KAES, 1997:215). A capacidade metafórica do grupo é reduzida na busca da não diferenciação entre os sujeitos. *“O dilema que preocupa os participantes é manter pela força a destinação e o sentido”* (KAES, 1997:215).

Outro ponto a chamar a atenção no discurso dos adolescentes é o exaustivo uso de expressões como *“tá ligado”* e *“entendeu, senhor”* durante toda a

entrevista. Mais do que uma mera gíria, estas terminologias revelam um caráter compulsivo na fala dos jovens. Há um excesso de energia psíquica à procura de representação que, sem encontrá-la, verte-se no sintoma da repetição. Os pactos denegativos — *“que conduzem irremediavelmente ao recalque, à recusa, ou à reprovação, ou então mantém no irrepresentado e no imperceptível, o que pudesse questionar a formação e a manutenção desse vínculo e dos investimentos de que é objeto”* (KAES, 1991:27) — estabelecidos entre os jovens, levam a um grande represamento pulsional e abrem, assim, caminho a processos psicopatológicos nos sujeitos do grupo.

O discurso dos jovens é também marcado por queixas de se sentirem oprimidos. Responsabilizam os jovens a Fundação e seus procedimentos pela eclosão deste sentimento, tornando-a depositária das angústias que o acompanham. Neste ponto, além da própria privação de liberdade decorrente da internação e das regras ali impostas, a dimensão dos pactos denegativos mantidos entre os adolescentes parece de suma relevância. A renúncia pulsional — embora garanta o advento do grupo — sufoca seus membros e encaminha-os a experiência do intolerável. A Fundação, assim, passa a ser o alvo de ataques a fim de que se preserve a ilusão do grupo e seus excessos na função instituinte.

A análise da entrevista reforça ainda a hipótese de uma não ligação psíquica entre os grupos que compõem as unidades de internação. De maneira semelhante ao observado nas equipes pedagógica, técnica e de segurança, os adolescentes estabelecem entre si alianças inconscientes próprias que dificultam o compartilhamento de conteúdos psíquicos com os demais grupos. Há uma notória adesão aos valores criminais por esses jovens, reflexo talvez da formulação de pactos

denegativos sustentados pela renúncia à estrutura da sociedade, que tantas vezes excluiu a si e a seus familiares. Os adolescentes estabelecem, com frequência, dentro das unidades de internação, repúdio aos normativos do Estado e da Fundação e são comuns afirmações como “sou do crime”, compartilhadas pela maioria dos internos⁷⁵..

Neste sentido, a passagem do jovem de uma situação permeada por valores do universo criminal a uma alicerçada pelas normas sociais é ameaçada pelos fortes pactos — inconscientes e conscientes — mantidos pelo grupo de jovens. O trabalho sócio-educativo, assim, esbarra nos conteúdos psíquicos que sustentam a intersubjetividade dos adolescentes e que os leva ao mútuo reconhecimento de serem sujeitos de um grupo.

Outro aspecto de suma relevância é a relação entre violência e poder. No discurso dos adolescentes, nota-se que os detentores de uma postura coercitiva possuem maior ressonância no imaginário dos jovens. Os educadores, por exemplo, com seu papel de estimular a reflexão e o aprimoramento pedagógico, são considerados pelos adolescentes como figuras secundárias na cena institucional. Durante a entrevista, percebe-se descaso a estes profissionais, enquanto aos funcionários da segurança, há evidente mobilização de energia psíquica quando a referida equipe é citada. A estrutura mantida entre os jovens reforça esta hipótese, uma vez que os adolescentes mais opressores e violentos, ganham respeito e autoridade sobre os demais.

Percebe-se também que a importância dada pelos jovens aos sujeitos da instituição se pauta em seu potencial de interferência na organização do grupo de

⁷⁵ O jovem, ao se colocar avesso às regras delitivas, corre sério risco de ser vítima de violência ou excluído do grupo.

adolescentes. Muito embora os educadores, em tese, possam abrir espaço para a transformação positiva dos jovens, suas ações pouco implicam na modificação em sua estrutura grupal, ao contrário da equipe de segurança, mantenedora de disciplina e controle. Reforça-se, assim, a primazia da força e violência sobre postura reflexiva.

Destaca-se ainda na entrevista dos adolescentes a falta de projeções destes jovens sobre o futuro. Há um grande imediatismo e uma sensação de incerteza ao serem abordados os projetos de vida. A internação, conforme já observado, não sustenta a passagem deste adolescente de uma vida delitiva a outra alicerçada nos valores sociais; e não cria claras delimitações entre “o fora” e “o dentro” da instituição. Da mesma maneira, a presença de regras criminais no cotidiano da medida sócio-educativa dificulta a possibilidade de construções psíquicas que melhor os estruturam para a vida em sociedade. A idéia de futuro, assim, muitas vezes se perde, uma vez que a transformação do adolescente é escamoteada pelo funcionamento institucional e alianças inconscientes mantidas pelos próprios jovens.

Por outro lado, durante a entrevista eclodem momentos de adesão dos jovens à instituição. Os adolescentes depositam na Fundação Casa aspectos positivos de si mesmos e defendem-na dos ataques feitos pelos meios de comunicação. Reclamam que a mídia apenas apresenta a violência e omite a participação dos jovens nos estudos e atividades diversas. Ao buscarem a preservação da instituição, garantem a proteção de seus “bons” conteúdos psíquicos, assegurando-lhes a humanidade do grupo. Kaes aponta que instituição *“realiza funções psíquicas múltiplas para os indivíduos na sua estrutura, na sua dinâmica e na sua economia pessoal. Ela mobiliza investimentos e representações que contribuem para a regulação endopsíquica e que asseguram as bases da identificação do sujeito com o conjunto social”* (KAES,

1991:8). Mesmo com tantas dificuldades, a instituição em estudo cumpre ainda para os jovens sua função de apoio psíquico.

CONCLUSÃO

A Fundação Casa se erige dentro da história das instituições voltadas ao atendimento da infância e juventude em risco social. Neste percurso *transgeracional*, os mecanismos de repressão e exclusão sempre se fizeram marcantes — das antigas Casas dos Expostos à Febem — embora o discurso da inclusão viesse à tona em diversos momentos. Todas estas instituições cumpriram um papel de regulação social ao retirar adolescentes e crianças marginalizadas do mundo público e preservar a sociedade da constrangedora visão de seu fracasso. Legitimadas assim, no âmbito político-jurídico, resistiram às mudanças ideológicas através dos séculos.

O Estatuto da Criança e Adolescente, neste contexto, surge em antagônico movimento às práticas no atendimento à infância e adolescência. Não mais um corpo de leis voltado aos pequenos marginalizados, e sim direcionado aos jovens e crianças sem distinções prévias — “ *não há mais um Código de Menores dirigidos aos menores em situação irregular, isto é, em situação de ilegalidade*” (SILVA, A.F.A., 7, 1991) — apregoa o ECA a necessidade de atenção total a esta população e fortalece o discurso da responsabilidade e inclusão social, conforme seu artigo 4º: “ *é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à*

saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária”.

No entanto, as diretrizes do Estatuto não têm sido contundentes o bastante para romper as alianças inconscientes estabelecidas na Fundação Casa. Mantém-se preservada a antiga estrutura institucional e se perpetua a transmissão de conteúdos psíquicos grupais marcados pela exclusão. Sustenta-se o momento fantasmático da gênese da instituição — organizadora primária de seu próprio funcionamento —, assegurando-se a manutenção “*de uma das funções capitais da instituição que é fornecer representações comuns e matrizes identificadoras: dar um status às relações da parte e do conjunto, unir os estados não integrados, propor objetos de pensamento que tenham um sentido para os indivíduos aos quais é destinada a representação e que gerem pensamentos sobre o passado, presente e o futuro*” (KAES, 1991:3). As tentativas de modificações na Fundação Casa esbarram no que nela já está instituído no âmbito de suas formações psíquicas — a função do Ideal, as representações de causa única e as sinergias de investimento libidinal, ou seja, os princípios de sua unificação (KAES, 1991:14) — e se enfraquecem diante os processos de preservação institucional.

Neste contexto, o *Negativo* e suas modalidades⁷⁶, formado tanto por operações de rejeição, renúncia, negação e apagamento, que sustentam a organização

⁷⁶ “A reflexão sobre o Negativo como categoria substantiva surgiu recentemente. J. Guillaumin acentua três principais conotações: a ausência de representação ou de representabilidade; um destino nocivo do funcionamento psíquico; e, por trás de todas essas conotações, a experiência da ausência e da falha (défaut). Sobre essa negatividade se apóia a positividade que estrutura a vida psíquica”(KAES, 2003:22).

psíquica grupal; assim como por aquilo que não está inscrito no espaço psíquico e se deixa representar pelas figuras do branco, do desconhecido, do vazio ou do não ser (KAES, 2003:31) procuram sua expressão na dinâmica institucional.

Kaes aponta que as instituições se fundam *“sobre um pacto denegatório, e portanto, sobre um “deixar de lado”, sobre um resto que pode seguir diferentes destinos: o dos bolsões de intoxicação, de depósitos ou de lixões”*(KAES, 1991:28). Roussilon, por sua vez, *“o não-mentalizado, o informe, também está à cata de lugares onde “depositar-se”, à cata de espaços onde “colocar-se de reserva”, em latência.”*(ROUSSILON, 191: 135).

As figuras do Negativo que agem sob a Fundação Casa, neste sentido, trafegam entre os grupos da instituição e neles gera um movimento mútuo de identificações projetivas, com ataques recíprocos e tentativa de controle do outro. As equipes se tornam depositárias dos conteúdos psíquicos não assimiláveis à instituição — composto por elementos de violência e desordem — , e tornam-se alvos de si mesmas.

Estes elementos de renúncia e ausência, por outro lado, carregam um potencial de transformação que sustenta o campo da sobrevivência institucional, a partir da abertura de possibilidade de elaborações posteriores diante exigências diversas, como as ideológicas, jurídicas e sociais. *“Aquilo que não pode se oficializar na estrutura institucional, fazer-se reconhecer, encontrar forma coletivamente aceitável deve encontrar um modo de existência individual e grupal que, ao mesmo*

Kaes contribui à discussão, expondo três formas de manifestação do negativo: a negatividade de *obrigação*, necessária ao processo de ligação entre sujeitos do grupo; a *relativa*, situando-a no campo do possível; e a *radical*, que coincide com aquilo que *não é* ou *não está* no espaço psíquico.

tempo, deve ser suficientemente protegido para não ser destruído ou obrigado a um enquistamento que tornaria difícil sua elaboração posterior — e destruiria o seu valor potencial — mas suficientemente expresso para que uma certa “retomada” oficial ulterior continue sendo possível” (ROUSSILON, 1991:135).

Ainda no âmbito da *Negatividade*, percebe-se uma forte cisão entre os subgrupos acima referidos, cada qual atravessado por *pactos denegativos* e *organizadores psíquicos* próprios que orientam condutas, pensamentos e representações. Embora a tarefa primária da instituição, de acordo com o discurso político-jurídico, seja a aplicação da medida sócio-educativa, pautada nos ideais da inclusão e responsabilidade social, dentro do dentro do cenário institucional manifestam-se ideologias diversas, reflexo da não ligação psíquica entre as equipes.

Os agentes de segurança em seu ofício, por exemplo, estabelecem uma forte diferenciação entre eles e os internos, tomando-os como representantes de um “mal” a ser combatido. Tendem a repelir considerações humanitárias acerca dos adolescentes e neles pouco reconhecem atributos morais e afetivos. A empatia é negada, uma vez não ser possível a abertura de brechas que conduzam a uma identificação com o mal encarnado na figura do interno. A equipe de segurança parte necessariamente do princípio da desconfiança para se valer e, sem ela, estaria enfraquecida a eficácia de seu ofício.

Já os educadores, de forma geral, mostram uma postura diversa, pautada no discurso da compreensão e reflexão. O mesmo adolescente, visto pela equipe de segurança, passa a ganhar contornos outros, pondo-se em questão a identidade do interno, que para aqueles se apresenta agressivo e, para estes, muitas

vezes, educado e cordial. Estabelece-se a multiplicidade de olhar acerca do jovem, assim como das formas de atuação frente a ele. A simples entrega de uma caneta pode ser vista como procedimento de risco pela possibilidade dos adolescentes as utilizarem como objetos perfurantes, ou como mero recurso pedagógico a favorecer o desenvolvimento da escrita.

A não ligação de produções psíquicas do grupo pedagógico com os da segurança preserva, assim, as representações e fantasmas que organizam a estrutura inconsciente de cada grupo e suas condutas, tornando-as “ *disponíveis para os sujeitos que as encontram nos processos associativos e nas cadeias significantes que se organizam em nível de grupo*” (KAES, 1997:221). Da mesma forma, tanto os técnicos como os adolescentes também se organizam através de um aparelhos psíquicos grupais próprios, com alianças inconscientes diversas as das demais equipes citadas.

A cisão dos subgrupos revela ainda um movimento de preservação. As equipes, ao não compartilharem os *mesmos organizadores psíquicos*, sustentam a identidade profissional de seus sujeitos e asseguram o sentimento de pertinência deles à sua categoria funcional: os educadores garantem sua identidade como promovedores da aquisição de conhecimento e do crescimento pessoal; os profissionais da segurança, como sujeitos responsáveis pelo controle do jovem; os técnicos, como detentores da palavra que possibilita o retorno do adolescente à vida social; os adolescentes, como grupo que se opõe à estrutura da sociedade.

Neste sentido, há na instituição um *pacto denegativo*⁷⁷ selado em torno do não compartilhamento dos processos psíquicos entre as equipes pedagógica, técnica, de segurança e adolescentes. Esta renúncia quanto à ligação das produções inconscientes dos subgrupos que compõem as unidades da Fundação Casa verte-se como um dos pilares da preservação de seu funcionamento. Causa, no entanto, evidentes repercussões evidentes em sua dinâmica. É notável a dificuldade em se efetivar propostas de integração de equipes, o estabelecimento de novas diretrizes e tudo aquilo que ameace o arranjo institucional — pautado na cisão de seus grupos. A proposta de trabalho multidisciplinar, encarada pela Fundação como uma das primordiais condições da aplicação da medida sócio-educativa, torna-se uma ação que se choca com os *pactos denegativos* instituídos. Erige-se a torre de Babel e seus idiomas, muito embora haja no âmbito jurídico-político, diretrizes claras⁷⁸ que orientam o trabalho a ser feito com o jovem infrator.

Outro ponto de suma importância é a relação entre violência e poder dentro da instituição. Enriquez afirma sobre as organizações⁷⁹ que “*elas buscam ter um controle o mais seguro possível sobre seu mundo interno, a fim de lutar contra as*

⁷⁷ O pacto denegativo exclui da representação os elementos ameaçadores à constituição do vínculo entre os sujeitos de cada grupo ou dos grupos. No estudo desta instituição, nota-se dois âmbitos de pactos denegativos: uma, formada entre os membros de cada subgrupo (técnico, adolescentes...); outra, entre os subgrupos.

⁷⁸ Cabe especial menção o SINASE, que estabelece as diretrizes de aplicação da medida sócio-educativa aos Estados da Federação e complementa os normativos gerais do Estatuto da Criança e Adolescente.

⁷⁹ Há uma articulação e oposição entre instituição e organização. Esta teria “um caráter contingente e concreto, disporia não dos fins, mas dos meios para os atingir. Bleger propõe que se considere a organização como a disposição hierárquica das funções num conjunto definido” (KAES, 8, Inc).

angústias que a atravessam e vir a realizar objetivos definidos. Nesta perspectiva, ela constrói uma estrutura de funcionamento que é naturalmente sempre uma estrutura de poder e que privilegia certas condutas coletivas, certos fantasmas, certas pulsões com o objetivo de obter obediência e conformismo às suas ordens” (ENRIQUEZ, 19)⁸⁰. Na Fundação Casa a violência ganha especial contorno ao ser investida como instrumento de representatividade dos sujeitos do grupo na dinâmica da instituição. Notadamente, as relações de domínio e controle de um grupo sobre outro se pauta no potencial de coerção exercido por este ou aquele. Na instituição em estudo — alicerçada ainda em *alianças inconscientes* que privilegiam o método repressivo — os grupos ou sujeitos que atuam de forma eminentemente pacífica e não possuem instrumentos de coercitivos são, assim, destituídos de poder, como observado no grupo dos educadores.

Malgrado a formulação do *pacto denegativo* que mantém a não ligação entre os grupos referidos, a violência faz eclodir um *organizador psíquico institucional*: o medo, que atua como uma das raras pontes entre as equipes e orienta condutas dos sujeitos dos grupos. Percebe-se a circulação de uma forte fantasia de destruição dentro da instituição, que rege as práticas das unidades de internação. O receio da eclosão de tumultos e rebeliões, por exemplo, ditam procedimentos diários tanto dos profissionais como dos adolescentes e se sobrepõem às exigências sócio-educativas.

A grande presença da violência no cenário institucional deve ainda ser pensada em sua articulação com o campo social e cultural. A Fundação Casa, tendo como um de seus papéis excluir do convívio social os jovens que romperam com as

⁸⁰ em *Les jeux du pouvoir et du désir dans l'entreprise*.

leis jurídicas, funciona como depositária de angústias da sociedade como: o fracasso do projeto neoliberal e da inclusão social; o rompimento do *contrato narcísico*⁸¹, que assegura aos sujeitos do grupo o sentimento de pertinência e um espaço dentro de sua comunidade; e a ruptura das *formações intermediárias*⁸² da sociedade, decorrentes das turbulências do mundo moderno. Convergem na Fundação Casa elementos psíquicos de desordem, que põem em risco a instituição e a relação de cada um com a instituição; e que induzem a um processo de *ruptura e crise*⁸³ (KAES, 1991:16). A violência na Fundação pode, assim, ser considerada como sintoma resultante da dinâmica entre sociedade e instituição, pouco capaz de exercer a função de contenção e regulação das energias psíquicas nela depositadas.

Outro caráter da violência dentro da instituição é o efeito por ela produzido na manutenção da cisão entre os grupos — em especial dos adolescentes e equipe de segurança. Através da violência, reforça-se a eficácia do *pacto denegativo* institucional, ao serem atacados os vínculos intersubjetivos. Surge, portanto, como

⁸¹ “O conceito de contrato narcísico (...) explica as relações correlativas de indivíduo e do conjunto social: cada recém-nascido deve investir o conjunto como portador da continuidade e reciprocamente, com essa condição, o conjunto garante um lugar para o elemento novo. Tais são, esquematicamente, os termos do contrato narcísico: ele exige que cada sujeito singular assuma um determinado lugar oferecido pelo grupo e expresso pelo conjunto das vozes que, anteriormente, manteve um certo discurso conforme ao mito fundador do grupo”. (KAES, 1991: 25)

⁸² Kaes aponta algumas turbulências do mundo moderno que afetam as formações intermediárias no campo da vida social e da cultura: “a mutação das estruturas familiares e a fratura os vínculos intergeracionais; a notável mudança (advinda em apenas duas décadas) nas relações entre os sexos (notadamente no estatuto da mulher); a transformação dos laços de sociabilidade, de estruturas de autoridade e de poder; e a confrontação violenta resultante do choque entre as culturas” (KAES, 2003:16)

⁸³ nos processos de ruptura e crise institucionais revelam-se os contratos, pactos, acordos e consensos inconscientes que a sustentam e liberam-se energias mantidas em sua malhas.

instrumento da manutenção da própria instituição. Neste sentido, a violência serve aos fins da preservação da Fundação Casa ao sustentar *alianças inconscientes* sobre as quais ela se erige; e promove a irrupção de um forte organizador psíquico grupal, que orienta condutas e pensamentos dos sujeitos da instituição, o medo.

Diante do exposto, as tentativas de intervenção dentro da Fundação Casa devem considerar o lugar que a instituição ocupa no espaço social, ligado historicamente aos processos de segregação de seus sujeitos; as *alianças inconscientes* que sustentam a cisão entre os diversos grupos presentes na instituição; e o papel exercido pela violência como um dos *organizadores institucionais*.

A ruptura deste paradigma, no entanto, requer cautela, pois conduz à irrupção do *recalque* e do *Negativo*, levando ao desmantelamento dos *pactos inconscientes* pelos quais é selado o consenso, à dissociação da aparelhagem de agrupamento e à revelação das lógicas distintas que se dissimulavam nas formações comuns necessárias tanto ao sujeito quanto ao conjunto (KAES, 1991:12). Neste processo são ainda liberadas as energias mantidas nas malhas das produções inconscientes grupais, ou paralisada toda a invenção vital das novas relações (KAES, 1991, 16).

As mudanças necessárias para a adequação da Fundação Casa aos normativos do ECA e do SINASE e a maior eficácia do trabalho sócio-educativo junto ao adolescente, assim como para a garantia da saúde mental de seus sujeitos devem, portanto, contemplar uma reorganização das *funções instituintes*, num movimento contínuo e não brusco, a fim de que a eclosão do *Negativo* possa ser suportada pelos processos de figuração e representação do aparelho psíquico grupal/institucional.

Devem sustentar o *contrato narcísico* estabelecido com seus sujeitos, dando-lhes um sentimento de pertinência e sentido quanto aos seus papéis dentro da instituição, num resgate de sua função continente; e deixar falar e ouvir o sofrimento e o mal — através da palavra e do jogo — , seja qual for a sua procedência e a sua razão de ser, permitindo que sua representação aflore (KAES, 1991:39) e abrindo campo para uma adequação dos *pactos denegativos* à uma nova exigência — psíquica, política, jurídica ou social. “*Trata-se de criar um dispositivo de trabalho e de jogo que restabeleça, numa área transicional comum, a coexistência das conjunções e disjunções, da continuidade e das rupturas, dos ajustamentos reguladores e das irrupções criativas, de um espaço suficientemente subjetivizado e relativamente operatório*” (KAES, 1991:39).

Na Fundação Casa, os ganhos são lentos e as cobranças muitas. Retornam alguns jovens à vida delitiva, outros conquistam trabalho e um lugar no cenário social. Em que pese as frustrações, cada pequena vitória realimenta tímida esperança, mas o suficiente para o fôlego. Não há rotina quando sempre se aprende e a algo se aguarda. Talvez disto também se mantenha a instituição, malgrado a violência e rupturas. De sonho e futuro. Os dias não pelos dias.

Pelo que não sabemos é que surgem respostas.

*

BIBLIOGRAFIA

ADORNO, S. O adolescente e as mudanças na criminalidade urbana. In: *São Paulo em perspectiva*, vol. 13, nº4. São Paulo. Fundação SEADE, 1999.

ADORNO, S. Exclusão socioeconômica e violência urbana. In: *Sociologias*, nº8. Porto Alegre. Instituto de filosofia e ciências humanas- UFRGS, 2002.

BERNAL, E.M.B. *Arquivos do abandono: experiências de crianças e adolescentes internados em instituições do Serviço Social de Menores de São Paulo (1938-1960)*. São Paulo. Cortez Editora, 2004.

BOURDIEU, P., WACQUANT, L. A nova bíblia do tio Sam. In: *Le Monde Diplomatique*. Edição brasileira, ano 1, nº4. 2005.

BOURDIEU, P. Espaço social e poder simbólico. In: *Coisas Ditas*. São Paulo. Ed. Brasiliense, 1990.

BURSZTYN, M. Introdução à crítica da razão desestatizante. In: *Revista de Serviço Público*, Ano 49, número 1. Brasília, 1999.

CHAUÍ, M. . A Universidade Operacional: a atual reforma do Estado ameaça esvaziar a instituição universitária com sua lógica de mercado. In: *Folha de São Paulo*. Caderno Mais!, São Paulo: 9.5.1999, p.3.

CHAUÍ, M. *Cultura e democracia*. São Paulo. Editora Moderna, 1981.

ENRIQUEZ, E. O trabalho de morte nas instituições. In: KAES, R. (org). *A instituição e as instituições*. São Paulo, Casa do psicólogo, 1991.

ENRIQUEZ, E. Les jeux du pouvoir et du désir dans l'entreprise. In: *Sociologie clinique*. Desclée de Brouwer.

FERNANDES, M.I.A. *Negatividade e vínculo - a mestiçagem como ideologia*. São Paulo. Casa do Psicólogo, 2005.

FOUCAULT. *Vigiar e punir: nascimento das prisões*. Petrópolis. Ed. Vozes, 1984.

FRONTANA, I.C.R. *Crianças e adolescentes nas ruas de São Paulo*. Ed. Loyola, São Paulo, 1999.

GOFFMAN, E. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo. Ed. Perspectiva, 1974.

GULLAR, F. *Toda Poesia*. Rio de Janeiro. José Olympio, 1991.

KAES, R. *Crisis, ruptura y superacion*. Buenos Aires. Ediciones Cinco, 1979.

KAES, R. *Os espaços psíquicos comuns e partilhados - transmissão e negatividade*. São Paulo, Casa do Psicólogo, 2005.

KAES, R. *O grupo e o sujeito do grupo: elementos para uma teoria psicanalítica do grupo*. São Paulo. Casa do Psicólogo, 1997.

KAES, R. A negatividade: problemática geral. In: *Psicologia USP*, vol.14, n(1). São Paulo, 2003.

KAES, R. O intermediário na abordagem psicanalítica da cultura. In: *Psicologia USP*, 14(3). São Paulo, 2003.

KAES, R. Souffrance et psychopathologie des liens institués. In: KAES, R. (org.). *Souffrance et psychopathologie des liens institutionnels*. Paris. Dunod, 1996.

KAES, R. Realidade psíquica e sofrimento psíquico nas instituições. In: KAES, R. (et al). *A instituição e as instituições – estudos psicanalíticos*. São Paulo. Casa do Psicólogo, 1991)

KAES, R. Ruptura catastrófica y trabajo de la memoria. Notas para una investigación. In. KAES, R., PUGET, J.(orgs.) *Violencia de estado y psicoanálisis*. Biblioteca universitarias, 1989.

KAES, R. Une conception psychanalytique de l'institution. In: *Revue de psychothérapie psychanalytique de groupe*.

LEMINSKY, P. *La vie em close*. São Paulo. Editora Brasiliense, 1995.

LYPOVETSKY, G. *A era do vazio*. Lisboa. Antropos, 1983.

MARCÍLIO, M.L. *História Social da Criança Abandonada*. Ed. HUCITEC. São Paulo, 1998.

NEJAR, C. *Os dias pelos dias*. Rio de Janeiro. Topbooks, 1997.

NERUDA, P. *Canto general*. Madrid. Cátedra letras hispánicas, 1998.

NUNOMURA, E. Alckmin vai inaugurar só duas Febens. In: *Estado de São Paulo*. 5/03/2006.

OKAMURA, L.K.S.(coord.). *O atendimento ao adolescente em conflito com a lei: da centralização à descentralização*. São Paulo. Febem, 2001.

PAIVA, G.J. Representação social da religião em docentes-pesquisadores universitários. In: *Psicologia USP*, vol. 10, número 2. São Paulo, 1999.

PINTO, J.M.R. *Os recursos para a educação no Brasil no contexto das finanças públicas*. Brasília. Editora Plano, 2000.

ROUSSILON, R. Espaços e práticas institucionais. Quarto de despejo e o interstício. In: In: KAES,R. (et all). *A instituição e as instituições – estudos psicanalíticos*. São Paulo. Casa do Psicólogo, 1991)

SALGADO, S.S O ato infracional à luz do Estatuto da Criança e do Adolescente e o Poder Judiciário. In: LEVISKY, D.L.(org). *Adolescência e violência: ações comunitárias na prevenção*. São Paulo. Casa do Psicólogo, 2001.

WASELFISZ, J.J. *Mapa da violência IV: os jovens do Brasil*. Brasília.UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004.

_____.Problemas de menores. *Anais da XII Semana de Estudos*. São Paulo. Secretaria do Tribunal de Justiça. 1974.

ANEXO A- ENTREVISTAS⁸⁴

1ª ENTREVISTA

AGENTES DE APOIO TÉCNICO

6 PARTICIPANTES

PESQUISADOR: Queria saber de vocês qual suas opiniões acerca da medida sócio-educativa...

Claudio: Posso dar minha opinião, primeiro?

P: Pode...

Claudio:Eu acho que na teoria ela funcionaria muito, porque quando um adolescente comete um delito na rua, supostamente, imagina-se que ele pode ser retornado à sociedade, de uma certa forma, melhor do que ele entrou. Se ele tinha um distúrbio psicológico, se ele passava um problema da família, falta da presença de um pai, de uma mãe e tal...então na teoria funciona muito bem, mas pelo sistema atualmente montado, eu acho que na prática não funciona. Se ele comete um delito simples lá na rua, 157 ou uma “mula”⁸⁵, assina um “12”⁸⁶, quando ele entra em contato aqui com outros adolescentes, eles apadrinham o adolescente. Os próprios adolescentes que são ruins e tem maldade, tem passagem, e acabam jogando o quê...o corpo funcional, às vezes, não dá conta e acaba se perdendo, assim como os pais deles. O adolescente é

⁸⁴ Os nomes de todos os participantes são fictícios.

⁸⁵ brincadeira

⁸⁶ artigo referente a tráfico no Código Penal.

perdido aqui pelos funcionários... e quem alicia eles são os próprios adolescentes que são maldosos e vai fazer a cabeça dele pro crime e vai cada vez mais piorar.

P: Vocês acham que a idéia da medida sócio-educativa é boa, o que é ruim é a prática?

Rogério: A medida é boa, idéia é boa, os cursos são bons, o que falta mesmo é...

Mariana: Eu acho que a própria mentalidade do adolescente. A medida é excelente, ele pode sair daqui ótimo...(Claudio:Eles tem tudo) profissional formado, mas a mentalidade deles, eles não querem mudar de vida porque a sociedade que eles vivem não permite que eles sejam um cidadão comum, um cidadão trabalhador, um estudante. A sociedade, o mundo que ele vive, ele tem que ser bandido. É o meio de sobrevivência.

Castro: E essa medida sócio-educativa, ela seria boa, ela melhoraria bastante, se tivesse uma divisão, se colocasse um atendimento de 20 internos numa unidade... quarenta, no máximo. Aí seria muito mais prático. Muito mais, assim...é...como se diz...

(Observa-se a aceitação da medida sócio-educativa. Por outro lado, critica-se sua operacionalização.)

Rogério: Aproveitaria mais, né...

Castro:O aproveitamento seria bem melhor...

P:Então nessa linha de pensamento, o que deveria ser feito para melhorar o sistema de internação?

Castro: Urgentemente, dividir bem os artigos e... por idade também,né... dependendo do artigo que o adolescente fez, ele deveria ficar junto com aquele que fez o mesmo tipo de artigo.

Rogério: Tem menino bem estruturado⁸⁷ aí...

Castro: A quantidade de adolescentes deveria de dividir também...se não vai ficar uns cento e cinquenta, cento e setenta (adolescentes)...

Rogério: Tem menino do mal, bem estruturado aí...

Claudio: Igual o começo que nem eu falei, reforçando o que o colega ali falou, você pega um 121⁸⁸ para ele cometer um assassinato, ele tem muito mais frieza do que um menino que pegou uma trouxinha de maconha, e levou e entregou num carro ali. Então a diferença é muito grande. Da maldade dessa mula, do moleque que leva só uma coisinha assim...Lógico que o 12, a nível de constituição é muito...

(O uso de termos advindos do Código penal é muito corriqueiro e revela a mistura do espaço institucional penitenciário ao das medidas sócio-educativas.)

Castro: É um crime tão grave como outros...

Claudio: Lógico, é um crime muito grave. Mas eu estou falando assim, da maldade da execução, premeditar um assassinato, premeditar um assalto, e depois o assalto não dá certo e ele vai e mata a vítima...um estuprador... então, tem que ser bem dividido, muito bem dividido, coisa que não está acontecendo hoje em dia...o grave, o

⁸⁷ Termo usado para definir jovens com grande envolvimento infracional.

⁸⁸ Artigo do Código Penal referente a homicídio.

gravíssimo⁸⁹, daqueles mais brandos, por idade, por tipo de crime...por mentalidade (Castro:Quantidade também). Quantidade é muito importante, porque você pode controlar 30, mas não consegue controlar cento e setenta. Eu acho que, primeiramente, isso aí tem que ser passado na entrevista. Vai ser feito uma triagem...hoje em dia, já existe uma triagem...mas acho que ela não está bem estruturada para distribuir em unidades...

P: Você acha que, por exemplo, se houver essa separação entre os delitos, um jovem que cometeu um homicídio tem que estar numa unidade diferente...a estrutura da unidade tem que ser diferente para ele do que a de um jovem que cometeu tráfico?

Claudio: Totalmente.

Mariana: Mas depende muito do tipo do homicídio que ele cometeu. Tem o homicida (Claudio: tem o hediondo, tem outro que não...) que é tudo premeditado. Tem pessoas que mataram para se defender. Qualquer ser humano como nós pode matar. E eu tenho uma cabeça, o assassino tem outra. Eu não consigo viver no meio de bandido. E para eles é natural.

Castro: Essa medida sócio-educativa, ela põe em risco tanto o funcionário de pátio como o agente educacional...o sr. sabe disso, não...a quantidade de adolescentes...

P: Você acha que se diminuísse o número de adolescentes, então...

Castro: São muitos adolescentes juntos de alta periculosidade, cento e quarenta e...muitos...

Claudio: Envenenando os outros...

⁸⁹ Referente à divisão feita pelo corpo funcional entre adolescentes de perfil grave e gravíssimo. De fato, a Fundação estabelece o critério de perfil, mas com as seguintes categorias: quanto à incidência (primário, reincidente), quanto ao delito (leve, médio e grave).

Rogério: A maioria de alta periculosidade e os pequeninhos que entram já...

P: Vocês acham que a Febem funcionaria se ela se aproximasse mais de uma estrutura de cadeia?

Claudio: Eu acho que sim, viu... Porque o contato é muito próximo entre nós, os funcionários... a gente acaba percebendo o seguinte, que essa proximidade com o adolescente, muitas vezes dá para você conversar com ele, você percebe o seguinte, ele conhece os deveres e direitos dele. Então ele vai muito pela parte dos direitos. Então, quando ele sai daqui ele sai preparado para cometer um crime, ele sabe que a represália a ele numa medida sócio-educativa não vai ser cobrado como se ele tivesse num presídio. Porque a coisa aqui é muito mais aberta, ele toma sol o dia todo. Ele tem disposição, muitos mecanismos que propiciam essa liberdade a ele, que isso daqui se transforma para ele como se fosse uma área de lazer. Ele joga bola o dia todo, ele toma sol o dia todo. Entendeu? São coisas que ele tem na casa dele. A única coisa que não tem é a família, porque o resto, aqui ele tem muito mais do que lá na favela. Então isso acaba propiciando o quê? A impunidade. Porque ele sabe que quando sair lá fora, ele vai roubar de novo, vai fazer coisa pior, e vai tirar a vida de um pai de família, porque sabe que ele pode ficar (Castro: não pega nada...) no máximo três anos. Pode ser o crime que ele cometer, no máximo três anos, ou até aos 21 anos de idade. Eu não vou ser punido...

P: Precisa ter uma mudança geral?

Rogério: Precisa ter uma mudança geral, porque a impunidade...diz tudo, não é...

P: As unidades precisam ser mais contensivas (Rogério:contensivas, sim...) rigorosas?

Claudio: Se conseguisse distribuir os tipos de delito...

Castro: E menor quantidade...o sistema que está hoje dá para segurar...

(O termo “segurar” mostra a função repressiva dentro das unidades. A busca pelo enquadre de trabalho é uma das metas buscadas pelos estabelecimentos de internação e, às vezes, se confunde como o próprio fim institucional.)

Mariana: A própria Febem deveria ter uma unidade de segurança máxima. Porque tem aquele menino-menor que é perigosíssimo. Deveria ser ,entre aspas um pouco mais seguro e vigiado. Enquanto aos meninos que fizeram crimes leves, muitas vezes mataram para se defender, eu acho que tudo é uma questão para ser muito bem estudado. Tem o traficante que trafica para ganhar dinheiro e tem o menino que traficou para comprar comida.

P: Como vocês imaginam uma unidade ideal?

Rogério: Eu acho que uma unidade ideal é uma unidade com no máximo sessenta meninos, entendeu...

Mariana: Isso de crimes leves, porque de crimes graves, uhn...

Rogério: Tem que ser por idade certa, de 12 a 14, de 14 a 16, 16 a 18, e não por menino de 19 e 20 com uns de 13.

Castro: Nós, funcionários de pátio, temos que reunir os que tem recuperação.

Rogério: Na verdade, tem que ter estrutura para isso...

Castro: E a Febem tem (2: pessoal que comanda...), tem pedagogia, educacional, técnico, pessoal treinado. Problema é que os “delitos mais graves” não deixam aqueles que querem seguir o caminho que querem seguir...

Mariana: A gente estava comentando agora o negócio da rebelião, porque existem os meninos que não querem fazer a rebelião, mas ele tem que representar porque se não depois ele paga, e paga caro, ele tem que fazer a parte dele, nem que seja para pegar uma madeirinha e ficar batendo na parede.

(Os internos mantém, em geral, uma configuração grupal altamente ideológica. Neste panorama as divergências com a liderança dos internos acarreta num sério processo de exclusão e violência.)

P: E o relacionamento entre o adolescente e o funcionário...

Rogério: É péssimo.

Castro: Péssimo. Sem chances.

Claudio: Totalmente. Os educacionais, por exemplo. Os educacionais, eles vem como uma área de lazer para eles. O educacional é que leva eles para fazer bonequinha, para fazer cadeirinha. Tudo isso eles vem como uma coisa boa para eles. O professor leva educação, conhecimento para ele aprender as coisas. E o agente de segurança, o agente de apoio técnico está lá dentro presente, eles vem como uma contenção para eles, é o agente que vai relatar, é o agente que vai vigiar (Castro: É o verme, é o toma-te fogo para eles), é o que faz escolta, o que não vai deixar fugir, é o que vai estar ali fora...

(O relacionamento insatisfatório entre jovens e agentes de apoio técnico reflete os arcabouços de angústias e violências mutuamente projetadas. Trata-se de um ponto fundamental em qualquer prática de intervenção na Febem.)

P: Como vocês se sentem nessa posição?

Rogério: Porque a mentalidade é a seguinte...desde a Febem há tempos atrás, está na cabeça deles que a gente somos o pessoal da antiga, de contensão, de espancamento, então até mudar isso na cabeça deles vai demorar ainda... esse pessoal novo que entrou, até não tem essa mentalidade, mas na cabeça deles, a gente somos da antiga, que arrepiava tudo. E até eles mudarem essa mentalidade fica difícil...

(Não há resposta para a pergunta formulada pelo entrevistador.)

(Coordenador que entrara na sala um pouco antes): E vocês acham que no dia que eles pensarem diferente eles vão mudar com vocês?

Rogério: Não, não vão pensar diferente. Já tá já...Uma coisa passa para outra.

Coord: Vocês não acham que o problema é disciplina, falta de disciplina? Quando eu falo disciplina não quero dizer coro. Mas horário para acordar, horário para ir para escola...

Claudio: É, mas é como eu comentei, eles tem muita liberdade, eles estão num parque de diversão...

Coord: O Eca prevê que a gente pode colocar eles num quarto de reflexão quando fizerem uma coisa muito grave. E a Febem não cumpre o ECA nesse sentido.

(Claramente, a presença do coordenador reforça um olhar repressivo na dinâmica do grupo. A hipótese de que os jovens mantêm má relação com os funcionários devido a uma crença de que seriam eles de “mesma espécie” dos antigos monitores” cai por terra e se apaga da discussão.

A leitura incorreta do ECA, como elemento de argumentação para práticas diversas, é muito recorrente na Fundação. O ECA, nesse caso, nada prevê sobre “quartos de reflexão”.)

Claudio: É. Não precisa bater. Coloca eles dentro do quarto para pensar.

(O “quarto de reflexão” se refere ao procedimento de “tranca”, utilizado há mais de 150 nos.)

Coord: Eles estão nessa vida porque nunca foi colocado limites na vida deles. Eles não sabem o que é ter limites. Porque... porque falta de disciplina na casa, uma boa conduta. Então eles chegam aqui na Febem, eles continuam sem limites, ou seja, sem disciplina, uma vida totalmente indisciplinada.

(A concepção de que o comportamento delitivo dos internos se deve exclusivamente á falta de limites é idéia recorrente em grande parte do corpo funcional. A medida sócio-educativa, portanto, consistiria, para esta parcela de profissionais, no enquadramento do adolescente a normas estabelecidas pela unidade.)

Claudio: Pior ainda. É pior. Porque a tolerância ao não. A tolerância do adolescente ao não, nessa idade que ele mais não suporta o não, essa é a pior, porque ele não aceita o não. Se ele mandar você buscar uma camiseta, por exemplo, um chinelo, uma bermuda, ele sabe que tem os dias certos, ele sabe que tem que cuidar das roupas dele. E o que acontece, ele pega essa camiseta dele, essa bermuda, ele estraga ela todinha, ela não tem o tempo de uso que deveria ter, e antes do tempo que deveria ser entregue a roupa limpa, ele acabou com a roupa todinha e tá querendo outra, aí ele manda o funcionário de pátio, que é o agente, diz “sai lá fora, e pega uma camiseta para mim

agora”. Então você, um pai de família, um homem e tal, é difícil receber ordem de uma criança que você sabe ali que cometeu um delito. É muito difícil mesmo. Mexe com o brio de homem, tô falando. Ele não pede mais, por favor. Até um filho seu fala: “Ô pai, dá para você fazer isso, por favor?”. Ele não . Ele não tem educação. “Vai lá e pega isso agora!”. E quando você volta e diz que não conseguiu, seja lá porque motivo, não era o dia de ele receber aquela roupa, etc, ele diz: “ Não quero saber, sai lá e pega isso agora, se não você não entra mais no pátio.

Coord: Isso aí, é o quê? Falta de limites, disciplina.

Claudio: Exatamente. Porque se fosse como você tá falando. Não que você vai chegar e bater. Mas se você impor limites ele vai se preparar para ser entregue à sociedade um pouco melhor de quando ele entrou. Porque se não foi imposto limites dentro da família dele, ele cometeu o delito e fez alguma coisa, se tivesse sido imposto esse limite antes, ele poderia não ter cometido aquele delito. E como ele cometeu é porque ele perdeu aquele freio, entendeu. E aqui o que está acontecendo é a mesma coisa. Ele vai perdendo cada vez mais o limite. A intolerância não aumenta e acontece tudo o que acontece.

(Em mais de uma ocasião é refutada a imposição de limites através da violência física.)

Castro: E para você impor limites...a população é muito grande...são poucos funcionários...

P: E como se coloca limites nos adolescentes?

Claudio: Primeiro, na minha opinião. Você consegue impor limites reestruturando todo o sistema que hoje em dia não está funcionando como deveria. A parte de reestruturação é o seguinte. Você tomar conta do pátio... você conter esse

adolescente...você ter chave de cadeado, não soltar tudo de uma vez, todo moleque solto, 160 andando, jogando bola, brincando, jogando truco, apostando, trocando cigarros, a própria medida sócio-educativa se perde por aí.

(Nota-se, neste trecho, a discordância do funcionário no que tange ao lazer do jovem: jogar bola e brincar.)

Rogério: O mesmo comércio com o dinheiro que tem lá fora, tem aqui dentro, entendeu? Mesma coisa da cadeia.

Claudio: Aí acontece o seguinte. Como você resolveria isso daí. Se você tivesse menos adolescentes, tivesse o controle maior dos funcionários, não descer tudo de um vez, tudo junto, porque 10 funcionários, por exemplo, controlam 20 adolescentes numa boa. E se tiver 60 adolescentes como o colega aí falou, solta em 3 vezes de 20. Tranca a ala, solta, fica 20...

(Percebe-se que as sugestões para melhor funcionamento das unidades passam, quase exclusivamente, por meios de controle dos internos.)

Mariana: Eu imagino que isso deveria ser feito no “grave”. Mas como tem muito menino que a gente conhece, conhece não, a gente sabe que eles não querem participar, muitas vezes tem menino tentando se recuperar, mas não vai conseguir nunca, para meninos que são como você está falando tem que ter essa medida mesmo...disciplina, rigidez, limites, na marra...mas tem muitos...porque eu tenho sobrinho adolescente...deu um grito maior, pronto, eles viram uns bichos. Eles viram bichos, gritam, sai correndo, não querem falar com a mãe, com a vó, com ninguém. Mas se chegar na boa, puxar conversa, isso eu estou falando dos meus sobrinhos, conversa, conversa, ganha eles de boa, vira amigo deles. Agora, no grave, tem que ser o regime militar mesmo, segurar na rédea curta. Mas se for o caso, dividirem os

meninos pelos delito que eles cometeram, os leves dá para levar na conversa tranqüilamente, com limites é claro.

(A funcionária ao dizer que “tem meninos que a gente conhece”, logo se corrige, “conhece não (...).” A força de pactos denegativos se exprime no receio de se colocar como próxima do interno. De qualquer forma, seu discurso aponta para a possibilidade do diálogo entre os profissionais e os adolescentes.)

Rogério: Tem muitos meninos aí. 80% a gente sente que dá para levar. O que pesa é que tem uns 20 mais negativos.

Claudio: O que pesa é que os 20%, pelo menos lá dentro, acabam impondo aquela posição deles que ele mata, que ele faz, que ele acontece, mas na verdade , a gente conversando tête-à-tête com o adolescente ele mostra bem o que é...(Castro: Ele tem que se mostrar). Se tira eles para fora você percebe que é outra coisa...

(A fala da funcionária desencadeia uma relativização do olhar sobre os jovens. Agora, “ 80% a gente sente que dá para levar”.)

Castro: Esse negócio de faxina e setor, por exemplo. O setor tem um prazo, se ele não mostrar serviço dentro desse prazo, eles trocam o setor todo. Igual trocou esses dias (Claudio:Foi, trocou). “Ah, não consegui fazer os corre direito com os funcionários”, muda todinho os setores e aí entra outros setores novos...é uma competição entre eles...

P: Vocês acham que tem que acabar a hierarquia entre os adolescentes?

Claudio: Isso é lógico. Tem que ser todos eles iguais. Como, por exemplo, quando tinha roupa que vinha da rua, impunha muita diferença, porque um tinha roupa de marca, uma etiqueta, outro tinha uma camisetinha simples. Aí entre eles mesmo

(Rogério: Já toma...) com certeza, é a mesma coisa de você olhar na rua e ver um moleque bem vestido e um moleque mau vestido, você já olha diferente. Aqui acontece a mesma coisa. Eles olham diferente. A partir do momento que se coloca neles as roupas todas iguais, todos eles são iguais, entre eles mesmos. Então isso aí já quebrou uma grande massa.

Rogério: Mas esse negócio de roupa tem um problema sério. Tem menino mais forte aí, setor mesmo, eles forçam o mais fraco para a família comprar roupa. A mãe que compra roupa mas o menino não usa, vai tudo para o setor...

(Os funcionários apontam mecanismos de opressão entre os próprios internos.)

P: E como vocês imaginariam para acabar com isso?

Rogério: Menos população...

Claudio: E nada de “faxina”..ninguém manda...

Rogério: Esse negócio de “voz” também...

Claudio: É o seguinte, se o Estado é responsável pela recuperação deste adolescente, o Estado é responsável também por todo o comando ali. E o suporte que estaria funcionando nessa medida sócio-educativa, fazendo o quê... O funcionário fala “você vai fazer tal coisa” e, supostamente, tem que ser obedecido. Só que o problema acontece na íntegra porque a partir do momento que o funcionário fala alguma coisa para o adolescente, ele fala “não, quem manda aqui somos nós”(Rogério: aí que é o problema...)”nós mandamos aqui”. E tem outra, se ele manda você trazer alguma coisa, lógico que aqui ninguém é louco de trazer mas, ele chega para você e te impõe, ele fala assim”você vai trazer tal coisa” e chega imperativo, entendeu.... e são coisas que fica difícil para você como trabalhador suportar todos os dias. Então isso daí é que

desgasta muito o funcionário. Porque o funcionário, à medida que o tempo passa vai se deteriorando cada vez mais psicologicamente e vai ficando mais difícil de trabalhar.

(funcionário traz sua angústia, ligada aos papéis de submissão diante os jovens. O sofrimento institucional surge no grupo.)

Mariana: Mas para esses adolescentes que estão no crime, para eles é um prazer mandar. Como lá fora o mundo deles é pequeno, tem os líderes grandes que mandam, eles chegarem num lugar desses e mandar funcionários homens (Rogério: então, por exemplo, no nosso setor tem que “destacar”⁹⁰, tem que “destacar”) pra eles é prazeroso. Lá na Vila Maria, eles foram pra tranca e um adolescente falou para mim, “nossa, como é bom ter esse monte de servidor fazendo o serviço para nós”.

(aspecto da virilidade e gênero sexual aparece como elemento de conflito:”mandar em funcionários homens”).

Rogério: Aí já é “tiração”...

Mariana: Tá “tirando”, mas pra eles é prazer. Eles vêem um monte de homem obedecendo a eles, um monte de homem e mulher obedecendo a eles, porque nós obedecemos a eles...

(A funcionária redimensiona sua colocação precedente: “um monte(...) de mulher obedecendo a eles”).

Claudio: Mas por que? Porque nós somos geridos pelo medo (2: medo não, é que...)

⁹⁰ Termo que designa exclusão do funcionário ou adolescente de seu meio.

Mariana: Mas é medo sim, a gente não tem como dizer não para cento e cinquenta moleque-marginal.

Rogério: É a situação, é a situação porque eles estão por cima...(Claudio:então...), se a casa está na mão deles não tem muito o que se discutir. Às vezes ta três, quatro no pátio para cento e quarenta moleques, então não adianta você bater de frente, tem que levar. Não é questão de medo, é questão de esperteza, você não quer bater de frente para não ter problema, mas medo...sei não... eu praticamente não tenho medo...

Claudio: Eu também não tenho medo, mas você não tem receio?

(A discussão sobre o medo gera imediata reação no grupo. O orgulho e a virilidade tomam espaço e dificultam a legitimação deste sentimento no grupo de funcionários de pátio.)

Rogério: Receio, sim, da situação...

Claudio: Você vê a situação de funcionário que tá quase morrendo, você imagina tudo isso daí(Rogério: tem que ter malícia...)ser jogado do telhado, feito isso, feito aquilo (Rogério: isso aí na Febem...), tem gente na UTI, quase parálítico, morte...

Rogério: Na Febem todo mundo está sujeito a isso.

Claudio: Então...

(O sentido da guerra entre adolescentes e profissionais se reflete nas palavras acima.)

P: E numa unidade como essa, com cento e cinquenta adolescentes, vocês acham que tem algum jeito de mudar a situação?

Castro: Eu acho que tem sim.

Claudio: Tem jeito sim...

Mariana: Com cento e cinquenta?

Castro: Não, com cento e cinquenta, não.

Claudio: Do jeito que está, não tem jeito.

Rogério: Não, aí não.

Claudio: Segurar do jeito que está, como ela estava mencionando aí...tem uns que são bons, tem uns que não, agora depois de separado, poderia (pode ter uns 90% bom, mas 10...). Você pegar a população⁹¹, não da unidade mas do complexo todinho e for separado, Fulano e Cicrano, tal unidade vai ter os graves, tal unidade vai ter os gravíssimos, tal unidade vai ter os primários, e assim, se conseguir separar isso, e pelo delito que ele cometeu, a frieza que ele teve, porque isso aí é muito individual...

Mariana: Se fizer uma pesquisa com os internos da Febem, com a “população” é claro, pergunta para eles se eles preferem a casa na mão dos funcionários ou do “voz”, dos “faxinas”. A “população” em geral da Febem é muito oprimida, sofre muito...

(O tema do domínio da unidade, por jovens ou funcionários, surge outra vez. A idéia de que a maioria dos internos preferem o controle pelos profissionais do que pelos

⁹¹ Termo utilizado para designar o grupo de adolescentes na unidade; termo usado também como referência a uma camada de jovens na hierarquia por eles construída, a mais baixa e com menos influência nas decisões do grupo.

próprios adolescentes aparece como justificativa da necessidade de domínio por parte do corpo funcional.)

Castro: Outro dia eu presenciei um fato, sexta-feira, que um moleque passou o dia inteiro lavando roupa para os outros...e aí o “setor” disse: “lavou bem”. O menino começou a lavar roupa oito horas da manhã, quatro horas da tarde tava lavando roupa ainda, lençol (Claudio:eu vi aquele neguinho, todo molhado...) O setor é que manda, então dez, quinze mandam em noventa

Mariana: A “população” é muito oprimida...

Claudio: Mas se dividir por crime, vocês que são psicólogo, vocês sabem quem é quem...só você ver a ficha dele você sabe quem é quem... você vê a frieza dele e separar mesmo...

Castro: Daria para melhorar bastante.

Mariana: Mas o adolescente no pátio, a gente conhece pelo olhar dele, tem menino que vem conversar com a gente, você percebe que ele não é do mal...

P: Numa unidade com sessenta adolescentes...vocês imaginam que quantos são “recuparáveis”?

Rogério: Se for dividido assim, por idade por crime...

P: Um modelo ideal...

Rogério: Menos de 16 anos, uns 80%. Menos de dezesseis anos, mais já é mais complicado...

P: E numa unidade grande como essa...

Claudio: Atualmente como está, eu acho meio difícil recuperar... eu acho que a medida sócio-educativa aplicada hoje em dia, como se encontra, é muito pequena a chance de recuperar esse adolescente...

P: Vocês acham que eles entram aqui e saem piores?

Claudio: Muitas vezes, a maioria...porque aqui ele conhece coisas que quando ele estava lá fora, no seio do lar dele, com a mãe, com o pai, e tal, ele não conhecia, e agora ele passa a ver a entender o que é crime. Porque eles explicam já que existe facção criminosa e a cabeça deles já vai mudando. Ele vê que o crime...ele não vai querer trabalhar assalariado para ganhar 300,00 ou 400,00 reais, sendo que os outros falam “não, eu fiz um crime lá e ganhei 70.000,00 , 100.000,00 reais”. O dia todo pregando isso aí, se ele passa um ano, dois anos aqui, vê como ele fica...até a gente mesmo, passa um ano, dois anos, a pessoa falando, você muda a cabeça... imagina ele que está em formação...

Castro: Tem um problema na unidade também que é assim. O diretor, às vezes, consegue um bonde⁹² para aquele que está dando o maior problema na unidade, só que aí ele é obrigado a receber um outro, às vezes, muito pior. Esse tipo de coisa tinha que acabar. Se nós temos problemas com quinze internos que está fazendo a cabeça do restante, desses 75%, 85% que é a população, tem que dar um bonde naqueles e não receber mais ninguém. Aí eu acredito que daria para tomar conta desses cento e pouco que sobrariam.

P: E esses adolescentes que foram retirados...

⁹² Transferência de interno para outra unidade.

Castro: Aí eu colocaria numa outra unidade eles com o pessoal que as outras unidades não aceitam.

P: então, teriam que ser montadas unidades só para (Castro:exatamente...)

Castro: No Tatuapé, tem um que dá problema, o que que se faz? Solta, dá bonde para ele para ir para Osasco, para Vila Maria, para Franco da Rocha e assim...

P: E como seria o trabalho nessas unidades que só receberiam adolescentes difíceis?

Claudio: Então, aí a tendência...a estrutura deveria ser diferente para que recebesse (Castro: exatamente) esses adolescentes problemáticos, numa estrutura de cadeia.

Castro: Porque aqui, ou nas (unidades) 37, 27, 28 tem o mesmo problema...

Rogério: A cabeça deles de menor já não existe mais. Menor é abaixo de catorze anos. A cabeça deles é muito avançada...

Claudio: Mas isso é uma coisa muito complexa, viu...eu acho que a idade para maioridade deveria abaixar, porque é um absurdo que só com 18 anos ele pode ser responsável pelos atos, delitos dele, e não com 16. Com 15 anos ele tem a formação psicológica muito forte, completa já.

(O grupo traz a discussão da maioridade penal.)

P: Vocês são a favor da maioridade com 16 anos...

Claudio: Eu sou a favor.(Castro: a favor...)

Rogério: A favor, eles sabem tudo o que estão fazendo...

Claudio: Sabem, não tenha dúvida!

Rogério: Não tenho dúvida nenhuma...são mestres...

Claudio: Ele é capaz de pegar uma arma, entrar dentro de uma residência e matar toda uma família, com 15, 16 anos de idade...

P: Vocês acham que facilitaria o trabalho...

Claudio: Facilitaria não só na Febem, mas no Brasil inteiro (Rogério: acho que melhoraria uns 50%...). E, com certeza, os delitos baixariam, porque hoje em dia, eles estão num parque de diversão, todos eles quando é menor, ele sabe que não pode passar de três anos, então ele comete crime até os dezessete anos e ele vai fazer o que ele puder. E eu escuto eles falarem direto, “ah, senhor, só tenho dezessete anos, não pega nada”

Mariana: Moleque esses dias, de 15 anos, teve LA, disse, “Ah, beleza, posso traficar até os dezoito”.(Claudio: todos eles sabem...)

(A impunidade aparece nos discursos como fator que propicia o crescimento da violência)

Castro: Viu colega, isso aí tem a ver, se baixar a maioridade deles a Febem, em geral, caía até a população. Porque muitas ocorrências aí fora é jogada nas mãos do menor, que é o caso da população, de um pessoalzinho bom que tem aí dentro, tem uma turma boa, que responde pelo maior...

Claudio: O que cai de laranja é isso aí. O maior alicia ele e diz, você vai assinar um BO (boletim de ocorrência) para mim. Ele assina um homicídio, ele assina um tráfico, aquele maior fica livre, respalda a família dele por algum tempo, e alicia ele, e vai aliciar toda a família dela, até os dezoito anos...

P: A gente tá percebendo, então, muita violência, não só em São Paulo, mas no Brasil e no mundo. Vocês atribuem esse aumento de violência a que?

Rogério: Eu acho que aqui é por causa da impunidade.

Castro: Teria que mudar o código, né...a constituição...cair a maioria....mudar o código que tem mais de 20 anos, 40 anos atrás, não é isso...

(Ocorre uma evidente alteração de idéias no grupo. À princípio, favoráveis ao ECA, neste ponto da entrevista, passam os funcionários a criticá-la. A dimensão jurídica é investida de características como defasada e ineficiente.)

Rogério: O código penal tem sessenta anos, sessenta anos...

Claudio: A constituição federal é de 1998 e o Eca foi em 92, né...

Castro: Então acho que teria que mudar esse código, e fazer com que o pessoal pague mais, cumpra mais a pena.

Mariana: A impunidade, esse regime de diminuição de pena também é uma vergonha. Pessoa que é para pagar dezesseis anos, paga quatro, cinco...

Castro: O senhor viu o caso do jornalista ficou impune, vai receber...(Claudio:19 anos e dois meses..)

P: Vocês acham então que a medida (sócio-educativa de internação) tem que ser mais severa? Tem que haver alterações no ECA?

Claudio: Com certeza. Ele não pode estar num parque de diversão não, porque ele vai pensar duas vezes. Se ele passar uma situação difícil e perceber aquilo, com certeza quando chegar na vila, no bairro dele, isso é uma coisa muito complexa, ele chega lá...que nem eu acompanhei uma visita, o menino tinha oito anos, eu comecei a conversar com ele, “ ah, vim visitar meu irmão, meu irmão tá aí oito meses...”. Aí comecei a conversar com ele e “é, senhor, eu não vejo a hora de estar aí dentro, tá igual ao meu irmão”. Eu fiquei admirado (Rogério: cabeça, né...). Mas por quê, perguntei? Aí ele disse “por que, senhor? Lá em casa a gente não comeu nada hoje, e meu irmão disse que aí eles comem doce, tomam refrigerante, joga bola o dia todo, eles brinca, joga baralho, não vejo hora de tá aí”

Castro: Eles não sabem o que que é...

Claudio: Não, na íntegra, funciona assim, porque a mãe vem aqui visitar, sabe como que é, cinco refeições num dia...

Castro: Isso é uma caso ou outro...

Mariana: Participa de festa...

Claudio: Não, não, não, não é a primeira vez que eu escutei falar isso... cinco refeições num dia, o cara lá fora não tem nada disso...

Castro: Mas aí vem o caso da miséria...

Claudio: Joga bola, brinca, se diverte, tem amizade, tá o dia todo vendo TV, escutando som, é liberdade total, lá fora ele é um adolescente normal?

Mariana: Para uma criança normal, isso é ótimo, para as crianças que estão no mundo normal, mas o ECA para eles, só eles são beneficiados. Na verdade, as crianças mesmo, não se beneficiam do ECA nunca, de maneira alguma...

(Na fala acima, surge a concepção do jovem-doente ou anormal.)

Claudio: Acontece o seguinte, eles têm o direito a alimentação, que é dada a eles, estudo, eles têm direito a escola, isso é muito bom. Chega lá ele tem direito a escola, eles têm direito a lazer, toda criança e adolescente têm direito a lazer, têm direito a assistência médica e odontológica, tudo isso que eu falei para você é cumprido na íntegra.

Rogério: A Febem fornece tudo para eles...

Claudio: Supostamente é muito bom. Tá certo é direito deles. Mas o moleque que nasce na favela e vive lá, primeiro de tudo, ele tem direito à alimentação? Não tem, porque o moleque não tem nem o que comer dentro de casa, vai para o farol pedir comida, pedir emprego. O moleque que está na rua não tem direito à escola, porque a mãe dele vai na escola tem uma lista de espera, e tem fila e não tem mais matrícula. O moleque se machuca, alguma coisa assim, ele vai para o hospital...chega lá passa três, quatro, cinco, seis horas, não é atendido. E o moleque na rua não tem nem direito à roupa, preservação, nada. Como o Governo, muitas vezes, se preocupa e atender esse adolescente que cometeu um delito, se ele tá aqui é porque ele cometeu algum delito...qual a diferença entre esse adolescente que é bom, nasceu num berço rústico, de uma nação pobre...vai crescer como? E como este que cometeu um delito vai crescer? Quer dizer, o que cometeu um delito tem direito a tudo? Assim como nós vemos todo o dia aqui...ele tem direito à refeição, à alimentação...e aquele que não cometeu nada, não tem direito a nada. Então, esse valor invertido, porque o adolescente que passa vê, “to lutando, não consigo nada”, e ele olha e vê, “Pô, aquele tem cinco refeições, tem remédio, tem enfermeira, tem comida, tem roupa, tem suporte, será que eu tenho que fazer alguma coisa, tenho que estuprar alguém, tenho que matar alguém, um pai de família, tenho que traficar, tenho que roubar para ter direito àquilo?” Então a própria cabeça do adolescente nas dificuldades em si, ele começa a tender para o mundo do crime. É lógico que a sociedade hoje em dia está

muito violenta, com certeza está. Porque não é só no Brasil, como o senhor falou, é no mundo inteiro, bom, por quê? Porque a população no mundo, se você pegar dez anos atrás, era metade da população de hoje, ou seja, muito menor, não sei ao certo se era metade...mas muito menor, então, aquelas vagas que eram destinadas aos pais de família, o que acontece, tava uma pessoa para uma vaga, e hoje tá cem para um vaga. Os computadores, a globalização, tudo isso e tal, tudo isso cresceu muito, as máquinas tomando parte da mão de obra do campo, aí o pessoal do campo vai para a cidade grande, que vai tentar uma vaga, que era de uma pessoa da cidade, acaba gerando esse problema todo da concorrência. Então, a sociedade fica violenta, porque o cara não consegue emprego, não consegue levar o que comer para sua casa. Muitas vezes, ...lógico, pode ser assim até assim, “ah, eu não consigo emprego, vou roubar”, na minha cabeça não entra isso, mas em algumas pessoas a gente não sabe o nível de dificuldade que um pessoa pode estar enfrentando para poder cair na vida do crime. Mas, agora, a visão do adolescente é isso aí. É a impunidade é que faz ele, ele sabe que existe uma barreira, até os dezoito anos é uma vida para ele, porque ele não vai ser fichado, não vai ter ocorrência nenhuma na ficha dele. Depois dos dezoito anos ele pode prestar um concurso, pode passar numa polícia, ser qualquer coisa, porque a ficha dele tá limpa. Então, aquele bloqueio que tem é até o dezoito, daí para frente é outra vida...

(No início de sua fala surge uma representação difundida na sociedade. A de que os internos não são merecedores de cuidados. Os sentimentos de destruição e trabalho de morte se expressam com clareza àqueles que romperam com as regras sociais: não devem participar comunidade de direitos.)

Mariana: Eu não concordo muito com isso que você fala, não. Sabe por que? Eu tive uma infância muito pobre, seis irmãos e um pai que trabalhava e cuidava de todos. E lá em casa ninguém caiu para o lado do crime. Não, não concordo com isso, não.

Castro: Por que teu pai colocava limites para você...

Mariana: Limites. Eu tive limites. A gente conhece os tipos de mães que vem por aqui. Cada mãe que é pior que o adolescente. Eu acho que isso é uma coisa que é de família. Que pobreza a gente passou, e a gente conhece tantas...

Claudio: Mas agora eu vou falar uma coisa...pela sua idade...

Mariana: Não, não, é a mídia, vende um mundo...(Rogério: é um mundo que é ilusão)Eu vejo pelas minhas crianças “ai, mãe...”, fala nome de videogame que eu nem sei pronunciar. Falam nome de tênis que eu não posso nem pensar em usar porque eu não posso comprar e eles querem ter. A mídia vende um mundo, um mundo muito caro e aí, como adolescente gosta de andar bonito e a família não tem limites, ele vai para o crime mesmo.

(A tema dos limites retorna. Surge também a questão do consumo e da sociedade neoliberal.)

P: Gente, eu queria saber se vocês pretendem continuar na Febem...Vocês gostam do seu trabalho?

Claudio:Não.

Castro:Não.

Rogério:Ah, eu pretendo continuar...

Claudio: Isso aqui do jeito que está, o futuro é meio difícil...

Castro: Eu encaro a situação... é uma forma de sobrevivência, né...

(As respostas incisivas e negativas revelam a falta da ilusão institucional necessária para que se cumpra o objetivo da instituição. O trabalho fica na perspectiva da necessidade.)

P: Para vocês todos...

Claudio: E não é só para gente, com todo funcionário que a gente conversa é isso...

Rogério: Ah, eu larguei meu emprego que ganhava mais que aqui na Febem...

Claudio: Eu também ganhava mais...

Rogério: Agora, já que estou dentro, vou ficar...

Castro: Para sair tb, desempregado é mais complicado...

P: O que move vocês a permanecerem na Febem?

Rogério: Eu acho que vai melhorar, viu.

Castro: A dificuldade aí fora...

Cláudio: como ele falou...eu tenho esperança que vai poder melhorar.. vai poder ser sim o emprego que eu vou poder honrar e eu vou dizer lá fora, “eu trabalho em tal emprego...”. Não porque a mídia prega que é espancador e aquilo. Tenho esperança mesmo que um dia vai mudar e vou chegar e ter a honra de falar para as pessoas que eu trabalho e vou ter orgulho de descrever o meu trabalho para as pessoas.

Castro: É, mas nesse esquema não tem condição.

Claudio: Mas atualmente, você liga a TV e vê os moleques com a naifa⁹³ no pescoço de funcionário, furando, jogando do telhado, isso daí é muito ruim...porque quando fala do funcionário, fala que funcionário espanca, quando mostra Febem mostra o moleque batendo...isso aí, eu não tenho amor nenhum de dizer que eu trabalho na Febem...tanto é que é muito reservado.

Castro:Hoje.

Claudio:Hoje, atualmente...

Castro: Mas eu acho que vai melhorar sim.

Claudio: Mas a esperança para mim pelo menos...

P: Você tem esperança também...

Mariana: Se mudar o sistema como estão dizendo(Rogério: vai mudar...) com o remanejo de meninos graves, gravíssimos,(Castro: o governador...) para um sistema de penitenciária, eu acho que a coisa melhora.

Castro: O governador, novembro, tinha anunciado em todos jornais, que ia construir as novas unidades para quarenta internos...com certeza, ia melhorar mais de 80%.

(Ao final, tendência para esperança de um novo momento institucional e grupal⁹⁴.)

P: Bom, gente, obrigado pela participação de vocês e boa-sorte.

⁹³ Facas artesanais construídas pelos internos.

⁹⁴ Kaes trabalha com a hipótese de quatro momentos grupais: mito-poético (relativo à origem); ideológico (situação isomórfica, pouca possibilidade de subjetividade individual, grande aderência aos ideais do grupo ou instituição; transicional (introjeção de bons objetos, abertura de espaços para a criatividade e singularidades); mito-poético (homomórfico, inidividualidade, tendência para a ruptura grupal)

2ª ENTREVISTA

AGENTES EDUCACIONAIS

6 PARTICIPANTES

P: 3:20, 19/05. Entrevista com os agentes educacionais na Febem. Pessoal, eu queria saber, o que vcs acham da medida socioeducativa? De uma forma geral...

Luisa: eu acho que nos termos que a gente vive na nossa unidade, ela não é eficaz. Primeiro pelo número de meninos que a gente tem, pelo número de funcionários que a gente tem, não sei, não vejo muita possibilidade de mudança, que seria o objetivo maior. Na verdade, fica como um confinamento, uma punição e não algo sócio-educativo., algo que acrescente ao... por mais que a gente tente...

(O educador logo apresenta algumas dificuldades na aplicação da medida sócio-educativa. Alerta ainda sobre o caráter punitivo da internação, contrapondo com o intento de fato.)

Mário: é, como minha colega disse, eu acho que ela está certa na colocação dela, eu acho que é muito adolescente num lugar só, acho que se fosse um menor número de adolescentes o trabalho seria melhor. Acho que não há medida socioeducativa sem disciplina, aonde há muitos adolescentes juntos não dá para manter a disciplina, de acordo com o que tem que ser. Acho que é muito adolescente na unidade, 150, às vezes 160,, é muita coisa...o número de funcionários tb... eu compartilho.

(O número de jovens, à feição das entrevistas com os agentes de apoio, é colocado como grande empecilho ao trabalho da unidade.)

P: vcs acham que devia ser mudado alguma coisa no ECA? algo no regimento interno...

Mário: tenho minha opinião, que é diminuir a idade de 18 para 16, acho que todos os adolescentes de 16 anos é responsável pelos seus atos, se com 16 anos pode votar porque não pode ser responsável pelos seus atos?

(Instala-se um breve discussão acerca da maioridade penal. Opiniões contrárias.)

Luisa: eu não concordo... eu acredito que uma pessoa de 16 anos não tenha capacidade nem de votar, de escolher seus governantes, nem de ser punida legalmente pelos seus atos, mas... o regimento interno na verdade eu não conheço. Até se vc tiver, não sei como a gente poderia ter...mas a questão da maioridade penal não deveria baixar... só a gente vai falar(rs)?

Mário:vamos deixar os colegas falarem... o importante é a opinião de todos.

P: o que vcs acham que está dando errado? Está dando errado a medida sócio-educativa nas unidades de internação da Febem?

Lúcio: aproveitando o que foi falado na questão do grande número de meninos, compartilho dessa constatação, eu vejo também assim, que com um número menor de meninos...e precisaria de um trabalho assim, além das oficinas, da escola, precisaria de um trabalho, não sei como poderia fazer, mas onde tivesse um espaço em que realmente... por exemplo, eu quando vim trabalhar no setor pedagógico, assim... onde tivesse espaço para trabalhar, orientar, criar grupos, conversar, acompanhar, não um atendimento, mas ter esse elo mais positivo, onde pudesse retomar com esses meninos... porque muitas vezes eu vejo assim, os trabalhos são bons né, tem muitas pessoas fazendo oficinas, a gente observa que quem participa acaba desenvolvendo mais as relações sociais melhor, respeito, mas ainda precisaria de algo mais, uma orientação mesmo, montar os grupos, conversar, discutir, por exemplo, hoje eu estava

até conversando acerca de tudo o que está acontecendo agora... os meninos estão num período de tranca, como a gente vai voltar para trabalhar no pátio, certo? vai acabar o dia da tranca, a gente volta com o nosso material, começa dar...

(O educador expõe a necessidade de serem criados de grupos de discussão para os jovens. Grande parte das oficinas pedagógicas desenvolvidas pelos educadores tem caráter artesanal.)

Joel: como se nada tivesse acontecido..

Lúcio: é ... as oficinas... então assim, eu seria favorável que realmente tivesse uma conversa realmente, o que aconteceu, uma discussão, pode ser que não seja possível, mas pode ser que algum menino queira discutir, né?

Mário: vc quer que se converse?

Lúcio:é...

Mário: inclusive nos outros dias que teve uma movimentação, a orientação que a gente teve é não toquem no assunto. Vcs não vão ficar explorando o que eles fizeram.

(A orientação dada aos educadores para que não se conversasse sobre a rebelião ocorrida revela mecanismos institucionais de recalcamento e a não disponibilidade para mudanças — um não trabalho psíquico.)

Lúcio: mas que essa conversa não fosse a nível de indagação, pura e simplesmente, mas que fosse uma coisa que proporcionasse conscientização, conhecimento, porque às vezes a gente não toca no assunto e o grande perigo é que se torne normal... a gente trabalha mais três meses até a próxima rebelião, entendeu? e se isso não é discutido,

não é conversado, por que isso interferiu no nosso trabalho acho que deveria servir como um ponto de reflexão.

P: essa reflexão de que vcs estão falando é possível fazer no dia a dia? Vcs fazem com eles? Como é o trabalho de vcs?

Luisa: eu acho que tem algumas pessoas que conseguem ter um diálogo melhor com os meninos, e existem algumas coisas que podem ser trabalhadas, mas a gente não tem grupos objetivamente para trabalhar questões, não é querendo puxar sardinha para o meu lado, mas pela formação em psicologia, acho que algo que deveria ter são os grupos terapêuticos, e isso não existe, porque a equipe técnica é voltada mais para o lado dos relatórios do acompanhamento dos meninos, tb acho que teríamos que apurar outras situações aí, tem que ter um tipo de relação diferente com cada tipo de trabalho que é desenvolvido com ele, então não sei o que engata na instituição se incluiria esse tipo de trabalho, seria algo além da equipe técnica e pedagógica, um setor que cuidasse, não sei ...da saúde mental, uma coisa mais voltada para a conscientização mesmo, para trabalhar os temas que a gente sabe que os meninos tem falta, chegaram aqui com essa falta e vão sair daqui com essa falta, mas eu acho que no dia a dia a gente efetivamente não tem não condições para exercer isso.

P: o que vcs acham, por que não dá para fazer esse trabalho?

Nádia: mesmo devido a rotina deles mesmo, acho difícil vc se aproximar de alguém e ficar muito tempo próximo dessa pessoa, porque os outros até mesmo chegam a falar não fica muito perto, não se aproxima muito, eles tem a rotina deles lá dentro e é difícil mudar, suas regras... e eles acham que tem que seguir, tem outros superiores dele, e ele tem que seguir, imagina um contra cento e sessenta, não tem como ele mudar, (2: liderança, né), liderança, não tem como mudar.

Mário: liderança negativa... antigamente a gente tinha mais vínculo com o adolescente, agora eles tem uma liderança deles e essa liderança não deixa que eles se aproximem.

(Costuma-se tratar a liderança como positiva ou negativa, de acordo com sua adequação aos princípios sócio-educativos. O educador lembra que se trata, a situação da liderança, de um fenômeno recente na Febem.)

Joel: tem meninos que são proibidos de falar com a gente.

Mário: então é difícil, a gente tem que acabar com essa liderança negativa.

Joel: tinha que diminuir o número de meninos é o básico.

(A não separação de jovens pelo delito cometido é outra queixa comum entre os setores de segurança e educação. A crença da “contaminação” do ideário delitivo é subjacente.)

Mário: eu acho tb, na minha opinião, tinha que separar por grau de infração, acho que não tem colocar menino que tem grau menor com os de grau pior, acho que a Febem estaria bem mais certa se tivesse essa separação.

P: se tivesse unidades de adolescentes que cometeram homicídio, e outras para roubos...(Mário:certo...)o modelo de atendimento entre essas unidades deveria ser diferenciado?

Mário: com certeza, deveria ser tudo diferenciado....

P: como deveria ser, por exemplo, uma unidade para homicidas?

Mário: teria ter grupos para trabalhar em cima desses aí, para cada grau de infrator teria ter um grupo, daria um resultado melhor...teria uma capacitação boa para trabalhar em cima disso daí...

Lúcio: até as normas, os investimentos seriam diferentes, acredito...

P vcs acham que as normas das unidades do complexo são muito rígidas, muito frouxas...

Lúcio: pelo o que eu vejo da 38, as regras nem são muito rígidas, nem são muito frouxas tb, uma mediação...

Luisa: e eu acho que tem muita diferença entre as unidades, muita diferença mesmo porque...

(O educador relata as divergências de procedimentos entre unidades.)

Lúcio: é, o que a gente acompanha entre a 38 e 37...mas aí se a gente contar a diferença vai desde a direção até a coordenação de pátio, aí pode ser que tenham as mesmas normas, mas o enfoque de trabalho é totalmente diferente.

P: a entrada de jumbo, o que vcs acham? Vca acham que deveria ser mais restrita? A entrada de visitas?

Mário: na minha opinião, com certeza. Tem que ser mais restrito mesmo.

Sandra: pai, mãe ou responsável.

P: e roupas de fora...

Sandra: não...

Nádia: eles estão praticamente pode se dizer presos, né, se for ter tudo que eles querem...

Luisa: não tem sentido...

Nádia: não tem sentido...

(É consenso a necessidade de restrição da entrada de pertences e jumbo.)

Lúcio: a questão do jumbo e a questão da alimentação e da roupa, ela está atrelada a questão da segurança. A alimentação que entra, o que pode entrar no jumbo, então tem o aspecto da segurança que pesa bastante.

Luisa: e o estado dá conta disso. Então eu não vejo o porquê, abrir mão desse direito que é deles, de terem a comida que é deles, não a que vem de fora, da mãe deles...

P: vcs acham que essa unidade, as unidades da Febem tem que ser mais rígidas?

Mário: com certeza. Mesmo porque se eles estão aqui é porque eles não tiveram disciplina. Se continuar não tendo disciplina aqui dentro, que medida socioeducativa eles vão ter?

Lúcio: agora, mas nessa questão de disciplina aí, eu penso assim, eu tb sou a favor da disciplina, só que de uma certa forma o educando tem que ter acesso a esse objetivo, o adolescente tem que ter acesso ao objetivo, por exemplo, por que não entra tal alimento? Faz parte da disciplina, mas eu acho que precisa tb trabalhar isso, (Luisa: as discussões), é , porque facilita o trabalho, se eu proíbo de entrar coca-cola, por que?, né, o fato de eu conversar, dialogar, não quer dizer que eu vou abrir, mas eu vou explicar, eu acho muito interessante, igual a questão do CD, falam não pode entrar,

mas talvez se colocar medida, conversar, explicar, as coisas ficam mais fáceis, no meu ponto de vista, fica até mais fácil vc manter a disciplina quando ela é transparente...

(Instala-se a discussão sobre a disciplina. Há, entre os funcionários, de forma geral, a fantasia de que ao jovem da Febem faltaram as regras e, portanto, basta aplicá-las na internação para que se dê o efeito sócio-educativo. Na fala de um dos educadores, contudo, reafirma-se a necessidade da conscientização de seus atos.)

Mário: se vc tem grupos para trabalhar em cima, atuar em cima, vc já tem condições de explicar para eles porque não pode entrar tal CD, não todos, aqueles que fazem apologia ao crime, se eles estão internados por causa da criminalidade não é certo que eles fiquem aí ouvindo CD fazendo apologia o crime...tem que ter restrição.

P: o que vcs acham que tem acontecido em muitas unidades que estas restrições não tem sido feitas. A gente percebe que a maioria das unidades estão abrindo, estão sendo mais permissivas, o que será que acontece?

Sandra: primeiro acho que é a falta de comando de alguns diretores. Segundo acho que é falta de união entre as equipes. Tem equipe de coordenadores que está rachada, plantão de um entra tudo, no plantão de outro nada pode, aí tem quebra-quebra do outro, então, por exemplo, está lá no jumbo que deve só entrar o cigarro, garanto que tem coordenador de equipe que vai colocar shampoo para dentro, e depois tudo que foi colocado para dentro é devolvido, então, o que ele faz, ele arrebenta o colega, (...) tem que colocar tudo em pratos limpos, é não é não para todo mundo, é sim é sim para todo mundo, e não a gente agir como nós temos agido ultimamente, no plantão de fulano pode vc testa o plantão dele, porque no outro vc fala duro vc sabe que já vai levar...

(A educadora aponta divergências na qualidade do trabalho dos funcionários. A dificuldade de padronização do ofício e, sobretudo, as diferenças do olhar acerca do próprio adolescente conduzem a situações tensas no dia a dia das unidades.)

Lúcio: e aí complica o negócio, que nem aquele dia que a gente ficou no sábado, no jumbo não tem CD, não pode entrar, entrou dois, aí chegou na pedagogia, a gente não podia liberar, quer dizer, furou lá na entrada, atrapalha tudo, é o que a 6 falou, num sábado entrou, aí nesse entra, atrapalhou tudo, porque a mãe o pai entra chega lá dentro e fala, ó eu trouxe o CD, se esse CD não for entregue...no entendimento da mãe desse menino... aí atrapalha tudo, quer dizer, vc estraga todo o trabalho.

Mário: acho que se tiver restrição, tem que barrar na portaria, não pode entrar.

Lúcio: porque depois que entrou, já viu, mas aí que está a questão da equipe de trabalho, da coordenação, se todos falarem a mesma língua...

Luisa: eu vejo muitas vezes que tem falta de diálogo entre as equipes, que além da falta de diálogo tem falta de respeito entre as equipes mesmo, a gente estava falando da negociação que foi feita naquele dia em que os meninos subiram no telhado, não na rebelião mesmo, e aí de repente se aceita ... todos os pedidos que foram feitos... como vc extingue um tumulto? fala então tá bom, vamos para tal dia a gente vai atender suas reivindicações, aí quem vai atender as reivindicações? aí alguém diz que a ordem vem de baixo, aí a ordem vem de baixo mas o pessoal que está em baixo não sabe o que está acontecendo em cima, e é muito complicado, que nem o ambiente de trabalho da gente, vc tem a oportunidade de ver, um muro construído, um corredorzinho de menos de um metro para a gente passar, determinação de baixo, ela não sabe o que está acontecendo aqui em cima, como que é a condição de trabalho, uma tarde, uma tarde não todas as tardes a gente fica sem água na unidade, como é que vc trabalha sem ter água na unidade, então falta isso...tem coisas que tem que ser cumpridas, precisam, mas uma pessoa não pode delegar as coisas sem saber como elas vão ser feitas, então

falta esse diálogo, ela é superior? ela é superior, a gente tem que acatar as ordens? Tem, mas eu acho que, é, vira meio que uma tirania, vc não saber como é que estão sendo feitas as coisas, simplesmente mandar fazer, e isso reflete em tudo, no trabalho com os meninos tb, essa posição de cada um falar uma coisa, acho que já vem desde...acho que não é uma coisa que é só o operacional, que é o pedagógico, que é o técnico, que é a coordenação que está no pátio trabalhando com os meninos, é a estrutura geral... falta esse diálogo, a gente precisa ter um tempo para conversar, um espaço para falar.

P: o que acontece? Vcs estão falando bastante de falta de diálogo, de falta de união, por que que isso está acontecendo?o que vcs acham?

Mário: acho que é o que a 6 falou. Ta faltando diálogo e estão vindo coisas de cima para baixo de pessoas que nunca pisaram no pátio.

Luisa: uma das primeiras coisas que eu vi na Febem, não faz muito tempo, foi aqui na Febem a gente ouve muito determine-se e cumpra-se, não interessa como e porque, não tem explicação, sabe, e às vezes isso é transportado para o menino tb, ele não sabe porque que ele não pode, porque que vai ser feito assim... então, complicado a gente trabalhar desse jeito.

P: como é a relação de vcs com os adolescentes?

Mário: a minha eu não tenho que reclamar de nada, eu nunca tive desavença com ninguém, sempre respeito e espero ser respeitado, acho que o importante é dar o respeito.

Lúcio:, bom, acho que sempre tem uns atritozinhos, mas no geral é criativo.

Luisa: eu nunca fui desrespeitada por ninguém, por nenhum menino... até muitas pessoas quando vc fala que trabalha na febem, eles ah vc trabalha na febem (desdém),

sou muito mais respeitada aqui do que passando na rua... sabe...então, eu sinceramente não tenho do que reclamar, e agora nesses dias de tranca dos meninos, a gente (...)uma semiliberdade, só que ao contrário, a gente volta para dormir em casa e fica preso aqui sem ter o que fazer, para mim seria muito mais proveitoso estar no pátio com os meninos.

(Os educadores apontam, em geral, a existência de respeito nas relações intersubjetivas mantidas entre eles e o internos.)

P: esse é um ponto interessante tb...o que vcs acham desse castigo, da tranca?

Luisa:eu acho merecido, mais do que merecido pelo o que eles fizeram, talvez.

Sandra: com certeza.

Luisa: podia ser evitado, porque já tinham indícios, informações do que ia acontecer, aparentemente ninguém fez nada, ou pelo o que a gente sabe, deixaram chegar a esse ponto.

Sandra: deram chance para acontecer.

Mário:deixo fazer uma pergunta, vcs acham que naquele primeiro levantamento que eles tiveram, subiram no telhado, se o choque entrasse, o pessoal conversasse, teria acontecido...

Joel:eu acho que no dia do corre da 37, já devia ter tido intervenção ali.

Nádia:o choque deveria ter entrado.

Mário: os adolescentes sempre pensam eu fiz isso não pegou nada...então não pega nada.

Lúcio: agora, eu espero tb que nessa tranca eles possam refletir, porque entre trancar, fazendo atividade, aula, jogando futebol, destruindo materiais, o que que é melhor, né, então espero, pelo amor de Deus que eles possam pensar nisso, no monte de coisas que eles perderam, quem perdeu, eles, e quem fez perder, eles.

(Outro apontamento acerca da necessidade em se propiciar reflexão e não meramente contensão.)

Mário: eu acho que alguns refletem...(3: ah, sim), só que a liderança não, a liderança acha que sempre vai ter que ser assim, do jeito que eles querem, reivindicando tudo que eles querem, sem disciplina, por isso que a liderança negativa acaba acarretando nessas coisas, a liderança influi negativamente nesse sentido...

P: o que vcs acham,...qual o motivo do crescimento da violência dentro da Febem?

Luisa: ah, eu acho que é permissividade, abrir as pernas e não ter mais como fechar, porque (Mario: tudo é disciplina, né) vc vai liberando, liberando, chega uma hora que vc não tem como cortar.

Mário: como seus filhos...se vc libera, libera, libera, vira libertinagem, se vc tem uma disciplina vc vai seguir aquela disciplina.

P: e por que tem essa liberação, então?

Luisa: está em cima da própria estrutura da Febem.

Sandra: eu tenho outro ponto de vista, fora a falta de limites total, eu acredito que algum tempo atrás a gente conseguia trabalhar melhor, para ser franca, antes do pessoal do CDP chegar. Por incrível que pareça, era uma bagunça, era roupa do

mundão, mas havia respeito, acho que a partir do momento que eles sabem que eles tem uma diretora do complexo que foi diretora de penitenciária, diretor da casa que foi diretor de presídio, coordenadores de equipe que estão chegando agora que são agentes penitenciários, no meu ponto de vista, eu já escutei alguns adolescentes dizendo está vendo senhora é cadeia mesmo, viu como a gente é bandido mesmo, então eu acho que se está endoçando eles a serem bandidos, tá endoçando na cabeça deles que eles são perigosos, então “vamos provar que nós somos bandidos...”

P: vc acha que depois da entrada do pessoal da penitenciária a Febem ficou mais violenta...

Sandra: eu acredito que ficou uma violência contida, já algum tempo que eles estão comentando que antes na época do Alexandre de Moraes, vc entrava no pátio e eles, “ê senhora, vcs estão brincando de orfanato”, agora até a liderança chega para mim e fala assim “aê, senhora virou cadeia é, isso aqui é Febem”. Só que esse pensa desse jeito, tem outros líderes que falam, “tá vendo senhora, não te disse que eu era ladrão, vieram machucar, vieram isso e aquilo, então tô provando”. Então, fora todos os limites que não são colocados para que a paz venha, entre aspas, porque segunda-feira deveriam ter sido colocados e não foram colocados(...) Segunda-feira não tinham destruído nada, tira os reféns e o choque invade, isso é rotina nossa, põe todo mundo nos quartos, resolve o problema, “não eu dei a palavra...”, então é um povo que está despreparado para estar aqui no comando, porque o fato de se dar a palavra a adolescentes em conflito com a lei, eles estão pouco se lixando, a palavra deles faz curva, tanto é que estamos com quatro funcionários hospitalizados, poderia ser evitado isso se houvesse a tranca segunda-feira.

P: essa política do acordo com os adolescentes vcs são a favor?

Sandra: eu não.

P: o que vcs acham disso?

Luisa: eu acho que eles tem o direito de reivindicar o que eles querem, mas a gente tem que ter o direito de negar as coisas que não são cabíveis, livre acesso pelo complexo, como assim?, tem coisas que não tem sentido.

Mário: adolescente sai de uma unidade para outra...fala “vou ficar quinze dias lá, depois, eu vou para a trinta e sete”, depois quer voltar a trinta e oito. Isso aí tá trazendo informações, então não adianta fazer um muro cercando tudo isso, sendo que os adolescentes vão comunicar aí fora, porque eles vão ficar aí fora, vão ficar na direção, na sala da pedagogia e vão se comunicar uns com os outros... fez um monte de grades, levantou muro, mas o que adianta? eles estavam todos juntos...

Sandra: na sala do diretor, na sala da diretora do complexo.

Mário: o que adianta tudo isso? Gastou com cerca... e eles estavam se comunicando, a mesma coisa...agora que muro vai ser esse, só pra o funcionários, por que para eles, tiver que abrir ... de vir e voltar a hora que eles querem... 150... o que adianta? Eu penso assim... só prejudica o funcionário, porque não tem para onde correr, para onde sair...

Sandra: com certeza!

(Em geral, percebe-se consenso contra o modelo de acordos.)

P: e vcs como educadores, vcs que ficam lá dentro do pátio, como vcs se sentem no dia a dia de trabalho?

Luisa: como eu já tinha falado, eu gosto de trabalhar, de estar com os meninos, para mim a situação de tranca é angustiante porque eu me sinto melhor lá dentro do pátio, trabalhando com eles, fazendo alguma coisa de proveitoso do que sentado oito horas numa sala, jogando conversa fora, meio sem sentido, eu gosto do trabalho, eu gosto de

estar com os meninos. Pertinente a nossa função, tudo que eu faço está ligado ao o que eu acho que eu deveria fazer, a única coisa que eu não gosto é acompanhar sala de aula, que é uma de nossas funções, ficar lá vendo a pessoa dar aula, não fazer nenhum tipo de intervenção, estar lá somente como apoio, esse é o único ponto que eu não gosto dentro das funções que eu exerço, o resto...

Joel:mas o ponto positivo de estar na sala de aula é que tem meninos que não podem falar com a gente, que a gente não conhece muito, então quando a gente está em sala de aula a gente tem um contato maior, porque o professor não fica dando aula aquele tempo todo,então sempre tem um tempo livre para conversar, conhecer, eu gosto.

Lúcio:também, eu até hoje me sinto bem com o trabalho que eu faço, é lógico que eu poderia fazer muito mais, ainda faço muito pouco mas o mais importante é que eu gosto. Também vejo oportunidade de estar conversando, como 4 falou, a sala de aula tem esse aspecto negativo porque às vezes tem professor que, pelo amor de Deus, uma criança é capaz de dormir na aula, estressante, mas em algum momento vc acaba criando elo com os alunos, eu acabo até interferindo em algumas aulas.

Luisa: é que vc tem poder, vc já foi professor, agora eu não tenho didática nenhuma.

Lúcio: então acaba sendo um momento bom.

Nádia: eu tb me sinto bem no pátio, acho que eu poderia fazer muito mais, só que igual ela falou, eles não deixam a gente fazer muito mais, não tem como a gente mostrar tudo pra eles, apresentar tudo o que a gente pode, dar uma oficina melhor para eles, porque a gente é barrado por eles mesmos. Eu me sinto bem no pátio, claro que eu tenho medo tb de virar a casa, todos tem, quem é que não tem?

(A educadora relata a resistência dos internos, em especial, da liderança, quanto algumas oficinas pedagógicas.)

Sandra: eu não vejo problemas de estar lá no pátio tb, até gosto de ficar lá.

(Os educadores, de forma unânime, relatam gostar do ambiente do pátio.)

P: apesar de toda a violência...

Joel: com a gente foi a primeira vez tb né, faz tão pouco tempo que a gente está que...

Sandra: não presenciou..

Mário: o importante do papel do educador é estar sempre em contato com o adolescente, e tentar sempre passar informações para eles tb, informações assim... tipo psicológica, através de diálogo, o que ele fez, o que ele deixou de fazer, fazer com que ele reflita no papel que ele desempenhou lá fora, acho que neste sentido o educador tem que ter um contato com ele, o que às vezes é restrito, muitas pessoas que acham que vc aproxima de um adolescente, né, não é bom, mas o contato da gente é esse, de estar próximo a eles, fazer com que eles reflitam, esse é o principal papel do educador, porque vc vai conseguir um diálogo através do contato, a confiança, se vc passa uma confiança e ele passa para vc, vc tem o adolescente nas suas mãos, se vc puder conversar, dialogar, do contrário não...

(Apontamento sobre a função do educador: diálogo, ruptura com padrões de conduta, criação de vínculo, transformação. Há no final da fala a sugestão do controle “ter o adolescente nas mãos.”)

P: esse encontro do adolescente com o educador me parece que hoje está mais difícil, não...

Mário: agora sim, na minha época quando eu entrei era muito mais tranquilo, vc tinha acesso fácil ao adolescente, conversar, dialogar, inclusive quando eu entrei saíam

trinta, quarenta adolescentes para jogar no Tatuapé, nunca aconteceu nada, hoje não pode sair, isso acontecia direto antigamente, hoje não sei.

P: vc acha que diminuiu a confiança dos adolescentes com os funcionários, dos funcionários com os adolescentes?

Nádia: acho que dos funcionários em relação dos adolescentes de tanto que a palavra deles já fez curva, diminuiu bem.

(Traz-se, de novo, o tema da deterioração das relações intersubjetivas entre funcionários e jovens.)

Mário: eu acho que antigamente tinha, os funcionários que tinham aqui antigamente que trabalhavam aqui no pátio, eles tinham assim muito mais uma confiança no adolescente, a gente percebia, tinha a postura dos coordenadores, era muito tempo de febre, eles conheciam tudo, eles tinham aquela de dialogar com os adolescentes, agora hoje vc não tem o coordenador no pátio, o coordenador não fica no pátio, é uma diferença.

P: vcs tem a impressão de que os adolescentes mudaram tb?

Sandra: não, eu acho que eles só pegaram o espaço deixado com a demissão de funcionários, pq mesmo se tratando dos agentes de pátio, pelo amor de Deus nada contra, mas sabe, é um desrespeito total com a equipe, ninguém se posiciona, ninguém fala “eles estão em doze, quinze...”, agora é “vai lá”, o cara sai e vai...

(Deterioração das relações entre os próprios funcionários.)

P: o que acontece que os adolescentes respeitam vcs, mas não os agentes de apoio?

Joel: o menino falou que eles são tranca-ladrão, por exemplo, eles vem eles mesmo como contensão, tranca ladrão, e a gente fica mais, sabe, eles vem se a gente fosse ajudar, a gente está lá querendo o bem, mesmo que eles não desejem mal... quem falou isso foi um menino que o tio dele era tranca ladrão, e ele falou que queria matar o tio, que o tio era tranca ladrão, ele só falou isso, que eles não gostam pq ... a gente não é da contensão.

Lúcio: a questão, no meu entender, o básico é isso, o outro lado está com a contensão e a gente está com outro papel. Estava falando um menino assim, “pede para o bico pegar o instrumento ali e ele apontou para mim”, aí outro dia na oficina de caixinha ele falou assim “ô senhor me ajuda aqui”, como se estivesse refazendo aquela atitude, entendeu? então, tem essa diferença, no outro dia que ele pensou que eu era da segurança, falou (ríspido) “pede para o bico pegar o instrumento ali”, como o professor falou que eu não era, no outro dia, na oficina de caixinha , já pediu para eu ajudar, geralmente eles não pedem, mas tentando consertar uma atitude que ele teve, pq tem essa diferença para eles.

(É colocada diferença qualitativa dos vínculos intersubjetivos mantidos entre jovens e educadores, e jovens e agentes de apoio.)

Mário: não que o funcionário de contensão trate mal o menino

Lúcio: aqueles que tratam mal tem

Luisa: tem sim...

Mário: às vezes tem...se a gente pode estar lá no pátio, a mesma coisa que a gente trata eles, os funcionários de contensão faz.

Sandra: tem até demais...

Lúcio: inclusive algumas dificuldades que teve aqui no curso profissionalizante, alguns funcionários no pátio tiveram interferência nota dez, neste sentido...

Luisa: de saber como lidar com os meninos.

P: vcs acham que esses agentes de pátio, de apoio técnico, de repente, poderiam estar participando de algumas atividades educativas?

Luisa: a gente já pensou nisso...

Sandra: já foi até solicitado por alguns coordenadores.

P: qual a reação dos coordenadores, em geral?

Sandra: os próprios coordenadores solicitaram para não ficarem alguns funcionários tanto tempo sentados no pátio, para fazerem oficinas com a gente, não foi tentado ainda, inclusive as mulheres, como agentes de proteção, eles pediram para ficarem em oficinas, e os homens tentarem se aproximar com os rapazes.

Lúcio:mas em alguns casos é gritante, a forma como eles tratam o pessoal, teve uma oficina de panificação que estava terminando no ano passado, um menino ofereceu lanche para gente, a professora foi oferecer para a segurança e eles tomaram o lanche.

Luisa: inclusive jogaram no lixo...

Lúcio: acredito que foi assim, constrangedor...

Mário: chato ..., porque praticamente ele desempenha o mesmo papel que a gente... acho que todos estão aqui para educar, inclusive o pessoal da contensão,

Lúcio: talvez entre naquela questão que eu falei, né, qual o objetivo do agente de pátio... será que o menino reconhece o trabalho dele?

P: vcs acham que os adolescentes se colocam à disposição para conversar sobre isso, e tentar mudar a imagem dos agentes de pátio...

Luisa: acho que eles tem abertura para o diálogo, mas a questão, não sei, não posso responder por eles, mas..

Nádia: alguns até tem abertura, a intenção deles é boa, porém, por trás tem uma mão na intenção dele, mas aí se a gente se aproximar muito, tentar inverter esse papel, essa visão dele sobre o funcionário, acho que ele é barrado...

P: vcs estão citando várias vezes a presença de alguns adolescentes que guiam... (2: a liderança) o que vcs acham dessa liderança? Vcs acham que precisa ter liderança dentro das unidades?

Mário: de maneira alguma

Luisa: para a gente é muito cômodo se vc for ver, tendo a liderança, vc não precisa dar conta da população, vc dá conta de dois, três que resolve pelo grupo, então eu não sei até que ponto... quando a gente chegou aqui, era uma coisa que eu pelo menos nem imaginava isso, vc entregar um papel para um menino para ele chamar os outros para participarem da atividade que vc está fazendo, não vc chamar os meninos, sabe, eu acho complicado trabalhar assim, mas eu acho que é uma coisa que está tão enraizada, para tirar isso agora...

Lúcio: já é um sistema...

(Nas unidades sem um adequado enquadre disciplinar, a liderança surge como forte poder político na unidade. A dinâmica destes estabelecimentos depende, de forma

clara, de seus anseios e propósitos. O controle exercido desta liderança sobre os demais adolescentes, no entanto, é feito através da coerção e violência.)

Mário: qd eu entrei na Febem não tinha essa liderança, essa hierarquia, porque eles tem essa hierarquia deles, mas antigamente não tinha essa hierarquia.

P: o que aconteceu para os adolescentes se organizarem dessa forma?

Mário: deixaram que isso acontecesse, acho que a própria Fundação deixou que isso acontecesse...

P: vcs acham que tem influência do sistema penitenciário na Febem?

Mário: com certeza.

Sandra: total. (Mário: total.)

Sandra: vc conversa com alguns agentes do sistema penitenciário que tem por aí, da intervenção, tem muita coisa que eu não entendia na Febem, eu estou entendendo agora com eles, é o mesmo sistema da cadeia, não que eles...os meninos implantaram o sistema de CDP, para mim eu achava que era Febem e pronto, e não é, é muito marcante isso .

Mário: o que acaba levando isso é como eu disse no começo, é separar por população, porque tem menino que passa duas, três vezes na Febem e já vem com o sistema, então acaba passando para o adolescente que está entrando hoje, certo, então eu acho que o adolescente que já teve duas ou três passagens pela Febem não deve ficar com o adolescente que está na primeira passagem, porque ele já está passando todo aquele conhecimento dele para o outro que está entrando, porque a 22 dá certo?, porque lá é só primário, a diretora não deixa misturar, aqueles que tem mais passagens já sai, arranja uma transferência, então dá certo, pq não convive com adolescentes que tem

muitas passagens pela Fundação, já conhece todo o sistema da Fundação, então não passa para os outros, então aqueles que saíram não entram mais pq não tiveram a convivência com aquele outro que já passou pela Febem, então a 22 dá certo? Lógico que dá, a 37 não, vc pega um menino que já passou três vezes pela Fundação, veio da Vila Maria, de Franco da Rocha, então é assim, um menino que passa de uma casa para outra, ele tem uma estrutura fortalecida, uma experiência.

Sandra: na Raposos tb, começaram a se fortalecer quando começaram a aceitar a Vila Maria, Franco da Rocha, Tatuapé, até então qd era só a Raposo mesmo só continham os casos.

Mário: qd saiu o pessoal lá do galpão, era diferente, vc não via rebelião, a 37e a 38 vc não via nada acontecer, depois que começou a trazer o pessoal da Vila Maria, de Franco, depois vc viu... qd tiraram todo mundo da 38 e 37 e veio pessoal que já tinham várias passagens, a coisa desandou, até hoje não acertou.

(A mistura de jovens com perfis diferentes é apontada como uma das causas das dificuldades encontradas no trabalho das UIs. O educador ilustra a situação a partir da própria história de sua unidade.)

P: para acabar com essa situação vcs acham que precisaria um investimento maior na área de contensão ou na área de educação, como vcs vem isso...

Sandra: desculpa, acho que investimento não, acho que deveria ter treinamento, o número de funcionários... nós estamos com 22 agentes educacionais na casa e 15 seguranças de plantão, são trinta e sete dentro do pátio, nós já trabalhamos em 2, então o que estou achando realmente, estou aí alertando o povo, tá faltando união, tá faltando diálogo, as equipes estão rachadas.

P: vcs acham interessante a entrada do grupo de apoio no pátio.

(Referência ao Grupo de Apoio Tático da Febem, o Choquinho, equipe especializada para situações de intervenção.)

Sandra: opa, com certeza....

P: no dia a dia da unidade...

Sandra: no dia a dia, não.

Mário: isso vai gerar muita polêmica.

Sandra: o choquinho está tão desmoralizado que acaba sendo o que passou na televisão, quando eles recuaram no Tatuapé, eles só recuperaram a moral agora depois que o GIR entrou, o GIR entra com tudo.

(Referência Ao Grupo de Intervenção Rápida.)

Mário: vcs acham que um sistema de contenção mais forte resolveria a situação...ou vcs acham que só pela educação resolveria a situação?

Luisa: eu acho que o trabalho é conjunto, era o que a gente estava falando na hora que a gente estava saindo ali, o menino passou com um funcionário do choquinho do lado, e aí o funcionário fez uma piadinha, o menino deu risadinha, e aí o funcionário disse “vc está rindo da minha cara!”, e ele, “não, não, senhor”, mas aí vc acha que isso é respeito?, isso não é respeito, isso é medo, mais funcionários de contenção vc impõe o respeito, mas o respeito não deve ser imposto, o respeito deve ser conquistado.

(Relato de situação altamente repressiva. E educadora coloca a questão do respeito X medo.)

Sandra: acho que aí entra muito o que X falou, diminuir o número de adolescentes, separar por elegibilidade, para realmente valer, porque temos moleque de 14 até 21 anos, é homicida com sequestro, sabe, é o que roubou a galinha ali do lado, o picolé, o boné...com o cara que roubou...então como eles vão sair, o que roubou o boné e o picolé? vão sair assaltante de banco.

P: então, se separassem os adolescentes por delitos, colocassem em unidades menores resolveria o problema (5: sim..), não haveria a necessidade de aumentar a segurança?

Mário: com certeza, diminuir o número de adolescentes, separar por grau de infração.

P: e a liderança? E se surgir uma liderança dentro dessas unidades pequenas tb.

Luisa: qd vc estava falando de liderança, eles que são mais antigos sabem que antigamente não tinha isso, para a gente que é novo a gente não viveu isso, mas eu fico, pelo que eu estudei de relações humanas processos grupais, eu acho que é inerente no grupo surgir pessoas que tenham uma voz, que corram pelo grupo, que procurem, que reivindicuem, o que a gente não pode confundir é que a liderança tem um papel total.

(Aceita-se a liderança como fenômeno grupal, mas alerta-se acerca de seu poder exercido na dinâmica de toda a unidade. Neste sentido, as diretrizes formuladas pela Fundação passariam pelo crivo dessa liderança, dificultando em muito a implementação dos projetos sócio-educativos.)

Sandra: pode passar o comando para a unidade para a liderança.

Mário: eu acho que nem sempre a liderança é negativa.

Sandra: algumas casas passam o comando para a liderança.

Luisa: a liderança do poder que a gente tem hoje, ela negativa pq? pq ela oprime os meninos, o menino não pode falar com o outro, ela também acha que tem os direitos e só os direitos, não tem os deveres.

Mário: sabe porque essa liderança veio impondo? Pq ela tem três, quatro passagens pela Febem, entendeu? Então qd ele vem da Vila Maria, já tem duas passagens, ele já chega na unidade impondo.

(O jovem com muitas passagens, de fato, adquire status perante o outro interno.)

Luisa: ele já tem status.

Mário: porque isso não acontece na 22, por causa disso, lá é tudo o mesmo nível!

Luisa: lá todo mundo chegou agora.

Mário: todo mundo veio da UAI, tuo mundo no maior respeito, aí chega um lá da Vila Maria com três passagens, aquele aparato todo, vai se impor mesmo...

Nádia: já vira faxina.

P: Eles se impõem ou os meninos que acabam elevando eles?

Mário: eles se impõem, pq eles já conhecem, encostam na liderança, a gente percebe tem menino que saiu da 38, e foi direto para a ... então pq ele veio de lá...

Luisa: pq já existe essa comunicação, eles sabem o que estão acontecendo lá, sai da 37 e vai para a 38.

P: Tem influência do crime organizado na Febem?

Luisa: eu acho que eles falam muito mais do que fazem (rs), na verdade.

Mário: mas tem ligação sim, eu percebo que tem ligação, alguns meninos já tem uma mentalidade.

(É evidente a penetração das regras penitenciárias no cotidiano dos jovens internos.)

Joel: eu acho tb que é muita família na penitenciária...

Lúcio: tio, irmão.

Joel: pai, padrasto...quase todos os meninos tem um parente bem próximo deles.

Nádia: tem uns que falam mais.

Joel: tem uns que o padrasto e pai estão presos.

Sandra: os que falam normalmente não são

Luisa: verdade.

Sandra: a liderança do PCC é muito mais tranqüila de vc trabalhar.

P: vc acha que tem influência do PCC nas decisões dentro das unidades da Febem?

Sandra: tem o dia que arrebentou a casa, tocava muito o telefone, aí eles falaram “é para botar fogo”, perguntavam, o cara de lá é que respondia se era ou não para botar fogo.

Mário: eu acho que muitas vezes nem é uma influência direta, mas é uma coisa que muitos deles almejam, ser igual, então reproduzem o comportamento...

Lúcio: vai dar status...

P: e por que esses adolescentes glorificam tanto o crime organizado?

Lúcio: aí vc vai entrar na questão do país, falta de unidade, corrupção do sistema, falta de perspectivas.

Mário: rende mais para eles...

Lúcio: impunidade tb alimenta isso..

(Para os educadores o crime organizado tem apadrinhado muitos jovens devido às injustiças sociais e conveniências.)

Nádia: uma coisa é trabalhar o mês inteiro para ganhar trezentos reais, outra coisa é trabalhar dois dias, trabalhar não, ir lá, fazer um roubo grande e lucrar três, quatro mil.

P: vcs acreditam que esse jovem tem recuperação, recuperação não, mas que esses jovens podem ser ressocializados?

Luisa: eu acredito.

P: nesse sistema...

Sandra: para ser verdadeiramente franca eu acho que é assim, a Febem não ressocializa ninguém, talvez dá um susto em uns que tem uma personalidade um pouco mais forte, aí esse vai tomar jeito na vida. O violento, o agressivo, esse vai continuar violento e

agressivo...não é a febem que vai ressocializar, talvez o susto de ter ficado numa Febem um tempo.

P: dentro de um esquema de modelo ideal que vcs falam, desses adolescentes mais difíceis, vc acha que a Febem poderia estar os ressocializando?

Sandra: não.

P: mesmo numa unidade pequena com capacidade de 50 adolescentes, educadores...

Sandra: eu acredito que é muito difícil.

Mário: mas eu acho que o trabalho seria mais eficaz.

Nádia: com certeza.

Sandra: porque sabe o que eu penso, talvez esteja pirando, vc pega um menino, tira da realidade dele, coloca cinco refeições por dia, atendimento médico, de enfermagem, enquanto ele está aqui quem está sustentando a família dele é o chefe do tráfico. A mãe de um foi pego aí uma vez, moleque chegou para mim e falou senhora, estou devendo cinquenta mil para o chefe do tráfico. Ele pagou o hábeas corpus da minha mãe para o Juiz. Então tá, vc tira esse menino um ano, deixa ele aqui, num mundo de ilusões, maravilha, ele tem a bola, ele tem o que ele quer, tira ele daqui e joga no meio da favela, devendo cem mil para o traficante, que é o quanto eles devem para o chefe do tráfico esse tempo inteiro, devendo para o policial que quer que ele roube a bicicleta do Fulano para dar para o filho dele, quantos casos na já pegamos assim, então como vc quer acreditar que ressocialize?

(Levanta-se o tema da integração das medidas sócio-educativas e acompanhamento ao jovem depois de sua desinternação.)

Joel: se ele voltar par o mesmo lugar...

Sandra: vc tem que tirar a favela de lá, pq sabe?

Lúcio: aí falta o trabalho pós.

Joel: é, isso que falta, não adianta ficar trancando, jogando aí, vc tira o menino de uma situação e joga ele de novo para o meio.

Nádia: e sem acompanhamento, sem nada, aproveitando o que a 6 falou, aqui é que nem uma ilha da fantasia, ele vem e depois volta para o mundo real.

Lúcio: e o que acontece no pós.

Joel: o próprio X, o que ele fala, “senhora, no mundão tá...”, se bobear ele quer voltar para cá, e ele queria tanto sair, eu acho tb quer não adianta ficar, mais importante do que ficar investindo em novas unidades é...

Sandra: eu acho que a Febem é uma medida paliativa, só isso, sabe, vamos esconder o podre da sociedade.

(Febem como instituição excludente.)

Joel: por um período pequeno.

Sandra: por um período pequeno, lógico.

Joel: depois volta pior.

Sandra: (...)sabe, eu não posso chegar e “olha, quando vc sair daqui seja um bom cidadão, dá mais impostos para o Maluf roubar, para o Lalau roubar, tá entendendo?” Aí vc chega e enfia isso na cabeça do moleque, e ele chega lá dá com a cara no tráfico, e então, “vc vai pagar ou vai morrer?” ele vai roubar para pagar, sabe, então eu acho que é um mundo de ilusão que todo mundo vive.

Joel: eu trabalho aqui e eu adoro o contato com os adolescentes, eu nem sei o porquê, mas eu não acredito que isso é que vai o ajudar, acho que é o que a 6 falou, um ou outro que se assustou, aí o que passa na mente é “para cá eu não volto mais senhora”, os que falam de sair do crime...

P: mais pelo susto mesmo.

Joel: eles falam “para cá eu não quero voltar”.

Sandra: agora eu acho que o que pode te dar uma visão muito boa é se vc conseguir ter acesso ao banco de dados da Febem é o número de reincidentes. São Paulo é muito grande, no interior isso fica muito visível para a gente, moleque saiu hoje da UI, amanhã ele está na UAI da cidade de lá, da UIP já vem para a UI de novo. Agora embora o governador Alckmin fale que são 8% de reincidentes, e eu digo os outros 92 morreram com uma bala perdida, sabe, se vc chegar e conseguir aqui no banco de dados, dá um pulo lá, fala com o pessoal lá, pega o número de reincidentes, eles tem, sabe, vc vai ter noção de como funciona, um sistema falido. Sabe, eu não acredito que a população de infratores seja tão grande, eu acredito que a reincidência é muito grande, pára dois minutos no corredor da nossa unidade, não precisa ir muito longe, “ô, senhora”, “Oi, faz um tempo que não te vejo no pátio”, “saí de LA senhora e estou voltando aqui para a 37”, não dá 15 dias.

(Discussão sobre a reincidência.)

Joel:aquele X já voltou...

P: pessoal, vcs gostam de trabalhar na Febem? Vcs pretendem continuar...

Joel: eu gosto do contato com os meninos, eu adoro...

P: vcs acreditam tb que isso possa melhorar? Qual é a expectativa de vcs...

Luisa: eu gosto de trabalhar aqui, eu não pretendo trabalhar a minha vida inteira na Febem, estou começando a minha vida profissional e acho que tenho muito a aprender ainda, e eu acredito sim no que estou fazendo, eu acho que não conseguiria trabalhar com alguma coisa que eu...não gostasse...ou se tivesse raiva como eu vejo muita gente...

Sandra: eu gosto, a gente até brinca entre os funcionários mais antigos, a gente fala que está no sangue, a Febem está no sangue, (...) eu acho que por mais que a gente desacredite no sistema, que a gente veja que é um sistema falido, vc sempre tem a ilusão de que pelo menos um vc consegue resolver, eu pelo menos penso assim.

Nádia: que vai melhorar.

Sandra: que vai melhorar, entendeu?

Joel: eu tb penso que nem o Mario falou, é no dia a dia mesmo, muitas vezes tem um menino que está nervoso, está revoltado, aí vc vai, fala, senta, conversa, vc muda até, o menino sai sorrindo.

Mário: vc sente a mudança, nessa contribuição aí vc sente a mudança.

Joel: eu penso assim, na minha parte no dia a dia, até uma vez fiquei super feliz, o menino disse que eu levava energia, “ah, a senhora faz tempo que não vem, vc traz energia positiva”, é o que eu procuro fazer, é levar, no depois, às vezes é até ruim o

menino liga para dar notícias as pessoas ficam até meio... até meio tristes, então eu penso no presente, naquele momento, o que eu posso fazer naquele momento.

Lúcio: muitas vezes tb o nosso trabalho é assim... às vezes, só o fato de ter alguém para falar, pq às vezes é negado para eles tudo, então às vezes só de vc ouvir já contribui bastante, e aquilo que eu falo sempre, nosso trabalho não é imediato, pode ser que daqui dois, três anos vai surtir efeito, até lá fora, não é um trabalho matemático, pragmático, daqui a três meses ele vai ter tal comportamento.

Mário: e, às vezes. a gente percebe que o trabalho é tão gratificante que quando o pedagógico não entra, o pessoal pergunta cadê o pedagógico, cadê o pessoal da pedagogia? então, vc sente que o trabalho é valorizado, às vezes, sei lá, eles não dão esse respaldo, mas a gente percebe que eles estão cobrando a nossa falta, cadê o pedagógico, não veio? Que horas eles vão entrar? A gente percebe que tem alguma coisa, algum significado para eles.

Joel: um exemplo é uma oficina que está começando, o xadrez, às vezes quando não entra, por algum problema e tal, o clima está estranho, não deixaram entrar, os meninos chegam e “ô senhor por que não entrou?” Até tem um exemplo de um garoto que a gente ensinou, e sempre a gente ganha dele, e aí ele fala, “não senhor eu vou ganhar do senhor”, todo o dia ele está cobrando, “vamos jogar hoje, vamos jogar hoje?”, outro dia ele conseguiu pegar uma rainha e até vibrou “aê”, e isso é gratificante, com certeza...mas é aquela história, sempre tem um por trás para...

De forma geral, nota-se a preservação da ilusão institucional. São apontados pequenos ganhos, mas de enorme valia diante às dificuldades.

Luisa: é, eu lamento muito isso tb.

Mário: eu acho que a grande mudança está na direção da Febem, ele tem tudo lá dentro no pátio, só depende deles, eles tinham que fazer mais reunião com o pessoal do pátio, que possa passar todas as informações, saber mais a fundo com o pessoal que está

dentro do pátio, que às vezes acontece certas mudanças na Febem, que às vezes não tem nada a ver, às vezes não tem aquele diálogo com o pessoal do pátio, como é que anda, o que precisa, quem está dia a dia com o adolescente ele é que tem a resposta... não adianta estar lá em cima, nunca entrou no pátio, manda uma medida para cá e o que acontece? Sem nunca ter entrado no pátio, acho que vc tem que trabalhar com aquele pessoal que trabalha junto com o adolescente, que está ali dia a dia convivendo com ele, fazendo atividades com ele.

(Retorno ao tema da falta de comunicação e preparação profissional.)

Joel: um exemplo é com os agentes de pátio, outro dia estava até comentando com 2, de manhã estava aquele clima pesado, mudou o plantão, tem um senhor que está mais de 20 anos, nota-se que ele tem uma amizade, sabe agir de acordo com o que o menino pede, já sabe a segunda intenção do menino, qual a intenção do que ele pediu, e vc vê que os meninos até confiam mais, chegam mais, os meninos até sentam do lado dele, os agentes desse período...cria um clima totalmente tranquilo, acho que um pouco é o tempo de casa tb, eles tem mais afinidade, sabe a intenção do menino, pq ele está pedindo as coisas, sabe falar pq tb ele não pode entregar aquilo, vc que é outro clima, vc vê que até para trabalhar é melhor, eles não pedem assim, “vai lá e busca”, é “por favor, dá pra fazer isso”, um pouco é a experiência tb.

Lúcio: é diferente, né?

Joel: eles agem de maneira diferente, né? , quem tem mais experiência, pq eles sabem que o cara conhece...já sabe a intenção deles, uma coisa é pedir para uma pessoa que entrou hoje, e outra coisa é pedir para uma pessoa que está vinte anos lá.

(Exaltação de modelo antigo da instituição. Busca de sua identidade e raiz, talvez do momento fantasmático. Colocações narcísicas.)

Mário: vc percebe que eu tb, muitos sabem que eu estou muito tempo aqui, teve um adolescente que veio e falou, “vc está vendo como é isso aqui, seu 2”, eu falei, “tô, eu vi desde quando começou”, vc percebe que um passa para o outro e ele não pede certas coisas para mim, que eu percebo que tem um pessoal no pátio que ... então ele sabe até onde ele pode ir...

Joel: esse dia mesmo, eles sentaram, estavam conversando, e falaram, “faz tempo que o senhor está aqui, desde quando eu entrei...nossa senhora...”e outro tb, ele sabia que o Mario estava um tempo, eles conhecem, sabe o que pedir, para quem pedir, e é legal que os próprios agentes perguntam para esse senhor.

Mário: eu acho o seguinte, o grande crime da Febem foi ter mandado embora os funcionários antigos, a partir desse momento vc percebe que dali mudou tudo... os adolescentes, como eles formaram novos grupos, a liderança, a gente foi um elo para eles se fortalecer dentro das unidades...quebrou tudo, até não sei se vc percebeu, que um cara que tem quinze anos de pátio é uma experiência que... só o menino chegar ali, que ele sabe o que o menino quer e o que responder para o adolescente... e o caso do cara que entrou hoje, se o menino chegar, pode quebrar vc, pq já vi muita gente aí que o menino deu um psico, deu dois dias ele não entrou mais no pátio, quer dizer, tudo isso, eles sabem até onde eles podem chegar, um cara que tem 10 anos, 15 anos de experiência, o menino chegou, uma palavra quebra o menino, depois vira amigo, fala “ô senhor, tudo bom senhor...”quebrou...até um próprio adolescente já veio falar isso para mim, experiência conta muito...na febem, principalmente.

P: bom ,então é isso aí...

3ª ENTREVISTA

TÉCNICOS

5 PARTICIPANTES

P: pessoal, o que vcs acham da medida socioeducativa de internação?

Pedro: eu acho ela favorável em alguns aspectos, desfavoráveis em outros aspectos, os aspectos favoráveis é que ela tem uma perspectiva muito boa, um planejamento bom e um ideal tb bastante favorável. Divergências...desfavoráveis, é que ela não é aplicada como deveria ser, os aspectos educacionais são completamente distorcidos, sobretudo junto às atividades aos adolescentes impostas, atividades pedagógicas...

Marta: eu discordo em parte de Pedro, eu acho que as atividades pedagógicas são o que seguram os meninos aí, eu realmente presenciei os meninos trabalhando, mostrando as coisinhas que eles fizeram, e eu acho que é uma evolução, eu acho que eles trabalham em equipe melhor do que os meninos que estão desinternos, eles tem um sentido de cooperação, eles tem um sentido de organização, de dinâmica, e eu acho que, em parte, é claro que a medida sócio-educativa não resolve 100% em tudo, mas eu acho que em grande parte ela está sendo aplicada, e surtindo efeitos favoráveis.

Flávia: acho assim, a proposta da medida sócio-educativa, de eles passarem é boa, a intenção é boa, só não funciona adequadamente, e não é valorizada... eu acho assim, a pedagogia é pouco valorizada na instituição, o que deveria ser o mais valorizado pq é para o menino aprender, para o menino ter uma outra, conhecer...pq o menino está aqui para aprender alguma coisa...

(Considerações positivas acerca da medida sócio-educativa, sua proposta e fim.

Ressalta-se, no entanto, a desvalorização do setor pedagógico Em contraposição, uma

técnica aponta resultados positivos da referida área, além da organização dos jovens.)

Marta: haja visto a medida se chamar sócio-educativa, não psicossocial, e aqui acontece ao contrário, a educação fica em segundo plano, a segurança e a contenção em primeiro, e logo depois os relatórios judiciais que são elaborados pelo setor técnico, quando a escala de valores deveria ser, à princípio a educação, depois os relatórios técnicos e numa terceira instância a contenção, pq se eles tivessem a educação na medida correta, esses setores seriam mais aliviados...

Expõe-se uma inversão de prioridades na Febem, relegando o aspecto sócio-educativo a plano abaixo da contenção e segurança.

P: o que vcs estariam chamando de educação?

Marta: educação para mim é conjunto, tá, a maioria dos meninos aqui eles sofrem teoricamente dos distúrbios de condutas sociais, o que a psiquiatria e a psicologia delimitam nesse aspecto que sejam trabalhados educativamente haja visto não haver nada, nenhum estudo comprovado que sejam anomalias que se voltem para a psiquiatria, ou a psicologia, mas sim para o comportamento social. A educação ela funciona no todo, desde da limitação da aprendizagem de regras, de valores éticos e morais, de novas perspectivas de vida, passando por cidadania, e tudo, é num todo. Assim como eu acredito que processo educativo funcione 24 horas por dia.

(Clara valorização da função sócio-educativa. Atenção às questões de aprendizagem de regras, valores, etc.)

Aline: mas será que todo mundo está preparado para passar isso para os adolescentes?

Marta: acredito que não, pq se não o Brasil não estaria do jeito que está.

Aline: Porque muitas vezes, tem funcionários que não conhecem o ECA, então isso tudo, acho que dificulta para apresentar um bom trabalho para os adolescentes, eu acho que se os funcionários tivessem um conhecimento maior do regimento interno, das normas que vc falou, destes valores que a gente tem que passar para os adolescentes, talvez a gente pudesse fazer um trabalho melhor.

(Expõe-se a falta de preparo do corpo funcional na atuação junto ao jovem infrator. De forma geral, chamam-se “funcionários” ou “funças” os agentes de apoio técnico, voltados à segurança e manutenção da rotina dos internos dentro da unidade.)

P: vcs acham então que falta preparação profissional?

Marta: eu acho que a preparação diz respeito à motivação pq eu acho que funcionário que está motivado ele vai atrás, ele procura, o duro é que a instituição em si já está adoecida e ela não motiva o funcionário se integrar mais, é realmente vc tem que ser um herói para vc desembolsar dinheiro para vc fazer uma tese, para vc levantar um estudo, para vc investir.

Pedro: as próprias unidades da Febem emperram o trabalho, a Febem é um todo...emperram o trabalho? Não deixam por n motivos o trabalho ser desenvolvido, ser implantado, o que dirá ser desenvolvido, em que sentido? Eles não permitem através de mil e um subterfúgios como por exemplo, não podem fazer pq o menino não tem isso, não pode fazer pq não tem preparo.

(O técnico expõe, de maneira geral, uma resistência na Fundação quanto ao desenvolvimento do trabalho sócio-educativo: “a Febem emperra o trabalho”. Não se especificam pessoas ou setores. A própria instituição é questionada.)

Flávia: o menino não pode fazer isso pq não pode ficar com o papel, não pode ficar com a caneta, ele não pode ficar com nada.

Pedro: é uma série de tolhimentos que são secundários, que a gente percebe claramente que são secundários. Tem argumentos primários que deveriam ser vistos e não são, que correm à solta, eles se pegam no secundário, então não é nem que não pode, é emperramento mesmo oriundos da própria instituição e pasme, pela própria unidade.

(Os argumentos se voltam, para o técnico, à questão educativa e ressocializadora. O técnico usa o pronome “eles”, de maneira oculta, sem especificações: entidades contrapostas ao fim sócio-educativo.)

Marta: mas seu Pedro...

Pedro: mudanças de direção, mudança de estratégia, políticas internas, políticas individuais, conflitos pessoais, relações interpessoais no trabalho, clima organizacional, quer dizer, é uma série de fatores...

Júlia: é muito ineficaz... as ordens vem de cima, as pessoas não conhecem a realidade da base, então a gente recebe ordens complicadas.

Pedro: vem de cima, mas não corre de baixo para cima, quando corre de baixo para cima há uma distorção enorme, em detrimento a determinados favorecimentos, eu não sei se eu estou sendo drástico, mas eu acho que é assim... e como a 2 falou, princípios educacionais, ele é mal aplicado, o principal da educação, como foi colocada a pergunta é dar a esses jovens limites, sendo que quem dá limites como a 3 falou muitas vezes não sabe nem que tem limites.

(Surge o tema da falta de comunicação e subordinação. Nota-se sentimento de desvalorização dos funcionários.)

Marta: é difícil vc ensinar ética, sendo que vc não é ético. Vc ensinar moral, se vc nem conhece moral.

(Séria queixa sobre a moral do corpo de funcionários da instituição. Elementos de violência direcionados à instituição.)

P: como vcs acham que se trabalha com limites...na unidade de internação?

Pedro: é fazer o adolescente conhecer o espaço deles, aqui certos recuam, há uma certa, não sei se vou saber explicar...

Marta: aqui é uma queda de braço constante, uma medição de forças sendo que na verdade não deveria ser assim, nem o próprio adolescente, nem o próprio funcionário sabe, porque aqui é uma metarmofose ambulante, um dia é uma coisa, outro dia é outra, depende...então nem a instituição ...ela não é madura o suficiente para ter regras bem definidas quanto mais para passar para uma pessoa...

(O termo “recuar”, “fazer o adolescente conhecer o espaço deles” evidencia o jogo de forças instaurado entre jovens e funcionários. Logo em seguida, explicita-se a situação na expressão “queda de braços”. Outra vez, ataque à instituição.)

Flávia: não tem padronização.

P: vcs acham que não tem padronização na Febem?

Marta: não.

Flávia: não.

Pedro: não, padronização tem.

Júlia: o que a gente conhece, pelo menos, nas unidades que a gente já trabalhou...deve ter unidades legais que o pessoal tem feito um trabalho, mas assim...

Pedro: a Júlia colocou, está certíssimo, endosso em número, gênero e grau, o principal com o qual a Febem devia se preocupar que são os adolescentes é o que menos se preocupa.

Marta: a humanização dos meninos, a humanização..

Pedro: ela se preocupa em transformar em cadeia.

(De acordo com os técnicos, a Febem se coloca como instituição voltada à exclusão social. De certa maneira, colocam-se os técnicos à parte da Fundação. Sua fala os retira da instituição.)

Flávia: em cadeia, eu tb acho.

Júlia: a gente acaba reforçando essa exclusão social, então vamos conter, vamos tirar um tempo da sociedade, para se mostrar que se está fazendo alguma coisa, né, mas na verdade...

Flávia: que nem isso que eles cedem, é para quê? é para conter rebelião...

(O sucesso da Febem medida através da não ocorrência de rebeliões.)

Pedro: tá funcionando bem, desde que não haja rebelião...uma outra divergência que ocorre, no mundo externo, que eles chamam de mundão, é a educação progressiva, essa passagem, o aluno não tem a mínima condição de fazer um a carreira acadêmica e ele está sendo promovido de série em série, muitas vezes escalões altos, da 5ª para a oitava...e infelizmente a gente se depara com internos que estão no terceiro colegial e não sabe escrever uma simples carta pedindo emprego, simples, não é coisa sofisticada, não, então eles não sabem nem o que é um requerimento, quanto mais redigir um requerimento, aluno de terceira série de ensino médio...

Marta: outra coisa, eu acho que muito da política da instituição de contensão da medida sócio-educativa ela se projeta nas relações humanas, interpessoais dentro da instituição, eu acho que aqui tb se vc é um funcionário que incomoda muito algum chefe, tal qual o menino vc é colocado de lado, vc fica no gelo, ou vc é repreendido, ou vc toma um bonde, então nisso vc vê que é uma política que vem desde a Fundação do Bem estar do Menor, do sistema carcerário, quando vc estuda toda a evolução da febem, vc vê que isso está no inconsciente coletivo, quando vc fala 1700 foram demitidos, eu acho que deveria ser demitido todo mundo e começado do zero com as pessoas que realmente estivessem embasadas, eu não posso falar isso para os outros, mas com as pessoas que estivessem embasadas nessa proposta educacional, pq vc tirando a base e colocando a base humanitária e, de repente, deixando em setores chaves as pessoas carrascas vc acaba contaminando, pq o superior sempre está arrumando um jeito de levarem, até por conta de defesa, perderem o emprego, tudo mais, acabam se submetendo a essas atitudes.

(Evidente mal-estar da técnica no espaço que ocupa dentro da instituição. Queixa-se de relações intersubjetivas opressivas. Demanda humanização.)

P: vc apontaram essa parte das relações pessoais, o trabalho desenvolvido pela pedagogia, então, de uma forma ou outra, vcs acham que o trabalho das unidades de internação, pelo menos essas unidades de grande contensão, elas não atingem a meta.

Flávia:não.

Pedro: de maneira nenhuma.

Marta: eu acho que atingem, o pátio atinge em parte o alvo, eu acho que sim, eu acho que existem meninos aí que até por um trabalho de formiguinha, por um trabalho individual de um bom agente de pátio, um bom agente educacional, um bom técnico, eu acho que o menino consegue se conscientizar sobre algumas coisas...

(Nota-se a esta altura da entrevista, postura de oposição de Marta frente ao grupo.)

Pedro: esse aspecto sim...

Marta: trabalho de formiguinha, eu não estou dizendo no geral, no geral a gente não consegue 100%,mas no trabalho de formiguinha...

(O trabalho de “menino a menino” é focado como a forma mais eficaz de atendimento.)

Júlia: mas qual seria então a porcentagem...

Marta:então, é muito difícil dizer isso por conta de que a gente não tem, a Febem é carente de estatísticas nesse aspecto, depois da internação, boa viagem, até outra vez, pq não há um desligamento...

Aline: é isso que vc está falando boa viagem e até outra vê, ele ai voltar...

Marta: não necessariamente, tem meninos que não voltam e nós não temos a estatística dos meninos que não voltam. A Febem não se preocupa no pós internação, de fazer um acompanhamento com agentes educacionais, ou agentes sociais para saber.

Flávia: que é o que ele precisava.

Marta: que é o que estava precisando, que é o ponto de apoio dele, a LA não cumpre, a LA o menino vai lá, assina e vai embora, ele se dane, então vc vê, não tem um agente de condicional ou agente de LA, acompanhando ele, que comece indicar ele para um trabalho, que faça aquele segmento pós-internação, até isso foi discutido e eu briguei muito com aquela assistente social, no bom sentido, que não existe isso na febem, que isso se faz necessário, vc de repente fica com o menino nove meses, não há uma preparação, a LA chega e, no dia seguinte, tchau, se a técnica está aí ela ainda senta, prepara, psicologicamente, olha o mundo está além disso daqui, porque imagina...

(Aponta-se outra deficiência na aplicação das medidas sócio-educativas: a pouca comunicação entre as medidas impostas ao medido em progressão.)

Flávia: mas o interessante é mandar o menino embora o mais rápido possível.

O ECA legisla a internação como excepcional e breve. De fato, há em muitas unidades a política de rápida liberação de jovens. Mais do que respeito ao ECA, surge a questão organizacional da unidade. Um estabelecimento com grande rotatividade de jovens acarreta em maior controle e enquadre disciplinar.

Marta: não, sim, é esse trabalho de formiguinha que eu acho que fazem efeito, uma pena que isso não seja padronizado para toda a Febem.

P: vc falou que tem essa política de liberar o menino...

Flávia: eu acho.

P: o que vc acha da liberação dos jovens rápida?

Flávia: eu acho assim, o jovem muitas vezes a gente consegue perceber a evolução dele e tal, mais pela privação de liberdade do que por outra coisa, pela punição que ele está sofrendo do que pelo trabalho que a gente desenvolve com ele, então, é muito mais a família que faz falta, então muitas vezes ele consegue perceber que a família faz falta para ele, então é a privação de liberdade que ensina ele, que pune, eu acho.

(O susto, o medo e a aversão como ingredientes ressocializadores. Semelhante opinião a dos educadores.)

Júlia: a gente acaba puxando o que a gente tem no sistema prisional, eu acho, pq o cara é preso?ele está sendo punido, por mais que a Febem tenha uma proposta educativa, ela não funciona.

P: então, vcs acham que a base do efeito pedagógico conseguido pela internação é por causa da privação de liberdade...por causa do sofrimento mesmo que o menino sente...

Marta: eu discordo, eu discordo pq se ele tivesse somente preso, somente privado de sua liberdade, ele não estaria despertando o gosto pela escola, ele aqui de certa forma querendo ou não ele vai, alguns vão à escola.

Pedro: nem aula não tem infelizmente...

Flávia: eu acho que eles vão com o ideal de ir embora...pq a gente oriente, assim, vc tem que participar.

Marta: sim, então vamos dizer que por uma forma ou de outra, seja pela forma coercitiva, seja pela forma do empurrão, seja pela sensibilização, ele vai para a escola pq ele sabe que indo para a escola ele vai ter chance de ir embora...

Flávia: mas lá fora ele não vai ter isso.

Marta: de certa forma, mas por ou bem ou por mal ele tem uma mudança comportamental.

Júlia: vc falou pela coerção, a coerção não é eficaz para se manter um comportamento...

(O tema da repressão surge no grupo. Há o questionamento de sua eficácia sócio-educativa.)

Flávia: vai manter aqui, qd sair não sei..

Júlia: qd um estímulo negativo passa...

Aline: então isso não é educação... para a maioria dos adolescentes a internação não surte um bom resultado.

P: que resultados pode gerar a internação?

Flávia: revolta.

Aline: além da revolta, a influenciabilidade.

Flávia: se ele já é uma pessoa influenciável, eu acho que é o que acontece com os faxinas, então assim, eles já são, eles já devem ser um pouco mais influenciáveis do que os outros.

Aline: talvez cheguem aqui até mais vulneráveis a isso.

(Apontamento de aspectos negativos da internação como a revolta e o envolvimento com o ideário delitivo. A internação, neste sentido, colabora para o incremento de

angústias no jovem que, mal elaboradas, podem levá-lo outra vez ao comportamento anti-social; e inseri-lo dentro de uma configuração de alianças inconscientes que acabam por conduzir o jovem à ruptura das normas estabelecidas pelo grupo social.)

P: então, parece que é um jogo de sorte...

Aline: é uma faca de dois gumes.

P: pq o menino pode entrar aqui e ficar assustado e sair bem ou pode.

Pedro: tudo na vida é um jogo, tudo na vida tem um preço.

P: o que vcs acham que deve ser feito para isso mudar?para não virar apenas um jogo?

Marta: ênfase no aspecto educacional.

Flávia:ênfase em psicoterapia.

Marta:empreendedorismo.

Flávia: acompanhamento melhor da família.

(Sugestões para maior eficácia da medida sócio-educativa. Pautadas no olhar da inclusão.)

Marta:acompanhamento pós-internação, encaminhamento para emprego, um agente tomar conta de dez meninos, ir na casa, ver o que ele está fazendo, relatar, orientar, que isso continue pelo menos por seis , sete meses, pq é um desligamento difícil, ênfase realmente...o Brasil realmente não adianta... nosso país ele é , a gente só exporta

artesanato mesmo, não tem grandes cabeças, quer dizer, grandes cabeças nós temos, o cérebro é que são pequenos (...)então, não adianta a gente preparar o menino para uma educação formal de primeira linha, que nós não estamos em Israel, não estamos na China, então nós vamos preparar esse menino para fazer cestinha de artesanato, se for o caso exportar brinquinhos, nosso país só exporta isso, ou mão de obra barata para os EUA, então não adianta fugir da nossa realidade, é a mesma coisa que...

(Crítica às atividades pedagógicas, voltadas a produção de pequenos artesanatos e distração. De acordo com a técnica, muitos dos trabalhos desenvolvidos na Febem sugerem uma postura de manutenção da estrutura social e política do país.)

P: vcs acham então que a Febem colabora pra que de certa forma se mantenha essa situação?

Pedro: com certeza, é cômodo para ela...

Marta:eu não sei, não teria opinião em relação a isso.

Pedro: eu tenho, é cômodo, pq ela não vai ter grandes responsabilidades, com o pouco que ela tem, ela já não sabe lidar, e ela se queixa, é funcionário que não faz, é mão de obra não sei o quê, é custo para isso, é custo para aquilo.

P: vc estava falando, Flavia, da faxina... o que vcs acham dessa estrutura que eles acabaram criando das unidades de internação?

Pedro: é a estrutura cadeeira.

Marta: eu tenho uma visão diferente disso, na época que eu fiz psicologia eu estudei muito a relação grupal, (...), então vc vê que em qualquer grupo sempre vai surgir uma liderança, sempre vai surgir uma voz, um porta-voz, tudo isso, eu acho que isso é um

efeito normal, essa hierarquia dentro de um grupo social, porque querendo ou não eles formam um grupo social, uma população.

(Semelhante discurso ao proferido pelos educadores. A liderança é vista como fenômeno grupal, no entanto, atenta-se à sua perniciosa influência para com os demais internos.)

Aline: mas a forma como eles...

Flávia: mas quem deveria ser esse grupo. Deveria ser o contrário, não eles, mas a gente.

Marta: é a mesma coisa, se vc colocar um grupo...vamos a grosso modo, vc vê no big brother, num reality show, vc coloca pessoas lá, logo surge um líder, logo surge um engraçadinho, logo surge um trapaceiro, isso é normal da personalidade humana, mesmo aqui no nosso setor, sempre tem um que é a voz dos outros, sempre tem um que é mais calado, então eu acho que esse tipo de faxina, esse tipo de coisa, são só nomenclaturas, mas que sempre vai existir em todo lugar, em todo grupo social esse tipo de liderança vai haver.

Júlia: o problema da Febem é..é claro, todo o grupo existe uma liderança, isso não dá para questionar, a liderança na Febem é negativa, não tem um líder que (3: seja humano...que tenha um pensamento bom)que tenha uma proposta legal, e isso acaba...

Pedro: positiva, favorável para ele próprio e para o grupo.

Marta:vamos ser sinceros, em todas as lideranças que nós temos, os grandes líderes mundiais, Hitler foi um grande líder, não necessariamente ele foi positivo.

Aline: vê se esses líderes que estão aí, líderes de grupos comunitários, vê se são como líderes de comunidade, eles pegam como exemplo a liderança da penitenciária.

Flávia: é.

Marta: é.

Pedro: para insuflar a anarquia.

Flávia: tem regras da penitenciária, do crime, facções.

P: então as lideranças vão ter nas unidades mesmo pq é natural do grupo, vcs acham que existe alguma possibilidade de...

Pedro: de canalizar para algo positivo?

Marta: sim, claro.

Pedro: há a possibilidade, sim.

(Percebe-se confiança na possibilidade em se trabalhar, de forma produtiva, com a liderança das unidades.)

P: de que maneira poderia se fazer isso?

Marta: é só vc adotar...

Pedro: ...regras

Marta: vc tirar essa política cadeeira da Febem.

Pedro: o que é difícil...

Marta: que está bem infiltrada, um negócio arraigado mesmo, até o linguajar é muito cadeeiro, me assustei quando cheguei, um jumbo? Aí eu falei, aonde?entendeu? eu me policio muito para não ter esse tipo de... tem cento e cinquenta ladrões, sabe?

Flávia: eu acho muito feio... muito horrível de se ouvir,

Marta: até esse linguajar que está muito arraigado, principalmente do pessoal de...

Aline: segurança...

Marta: de ponta, pessoas de comando, enquanto não se tirar essa linguagem cadeeira, se o menino escuta o camarada que está no lado dele falando...olha, cento e cinquenta ladrão...pô!...ele ...

Flávia: o moleque sente isso, já vai ...

Pedro: estigmatizado...

(Os técnicos, sobretudo os mais novos na Fundação, apontam o incômodo sentido com o ambiente penitenciário dentro da Febem, seus códigos e linguajar.)

Marta:um dos grandes erros da Febem é isso, é ter se juntado com o sistema penitenciário, de ter se casado e me parece que é uma união que não tem divórcio.

P: alguma sugestão para que essas unidades funcionem?

Pedro: que haja, que seja implantada uma política única de trabalho, respeitando as diferenças individuais de cada unidade, que cada setor trabalhe para o bem comum, respeitando um consenso único...

P: falta uma diretriz, então?

Marta: sim, uma diretriz voltada... faltam pessoas intelectuais dispostas a aceitar, bolar uma política e fazê-la cumprir, não pq teve uma rebelião, chamar o povo da penitenciária que são especialistas em contensões e, de repente vir tratar os meninos, é tudo o que eles querem na vida, hoje os heróis deles são os bandidos, só que nós temos que inverter isso, os heróis deles tem que ser...

Flávia: tem que mostrar para eles outros valores.

Falta de referências positivas para os jovens da Febem.

Marta: eu acho que a primeira coisa é humanizar a febem, pq está muito desumana, através de profissionais da área de humanas mesmo, é, pessoas que considerem o ser humano... outro dia fui questionada pq eu sou mãe dos meninos, eu deveria ser madrasta, vc está entendendo? Então, é esse tipo de coisa...olha, nem mãe nem madrasta, eu trato ele, vc, qualquer cristão como ser humano.

P: nas entrevistas feitas com outros funcionários, a maioria deles se queixam do excesso de números de adolescentes...

Pedro: não, eu acho que o número de adolescentes está aí, pesa na qualidade sim, mas os bons profissionais tem que saber lidar com isso, tem que saber direcionar da melhor maneira possível, eu acho que é possível fazer um trabalho.

Flávia: eu discordo, eu acho que é difícil.

Marta: depende do número de funcionários. (...)eu acho que o ideal para o atendimento, para se acompanhar a evolução mesmo do menino, dez...

Flávia: dez por pessoa, pq se fosse melhor essa liderança tb diminuiria.

(A aumento da quantidade de funcionários não é apontada como a solução dos problemas enfrentados pelas unidades. Da mesma forma que o discurso dos educadores, a falta de treinamento torna-se empecilho mais notável para o desenvolvimento do trabalho sócio-educativo.)

Júlia: daria para fazer um acompanhamento mais sistemático, um atendimento mais decente, não adianta de repente as pessoas irem na TV e falarem “a gente está construindo unidades menores no interior” e continuar essas unidades aqui, pq eu acho inviável uma trabalho de qualidade numa unidade como essa...

Flávia: com 150 meninos e com essa estrutura que é uma estrutura prisional mesmo...

(O grande número de jovens em algumas unidades, por outro lado, é um dado marcante. Muitas dificuldades derivam deste fato, como a imposição de enquadre disciplinar.)

Pedro: eu não fui questionado pela qualidade do trabalho, pelo menos o que eu penso, eu fui questionado se há condições para se trabalhar... há, até com duzentos...agora, a qualidade do trabalho, a forma como vai ser trabalhado e o resultado é uma outra história...

P: e o trabalho de vcs da área técnica, específico, vcs gostam, vcs acham que funciona?

Pedro: gosto, funciona, mas não totalmente, eu acho que deixa muito a desejar por n fatores tb, como por exemplo, espaço de atendimento, grande número de meninos a serem atendidos.

Flávia: procedimentos tb.

Pedro: espaço de tempo, procedimentos mesmo como Flávia falou

Flávia: não é só em conversa que vc pode fazer alguma coisa pelo menino.

Pedro: não, que ganha...

Flávia: eu sou favorável aquelas coisas de anamnese, aplicação de testes...

Marta: grupo temático, lá na 27 a gente atendia em grupo, era maravilhoso, eu gostei muito de atender em grupo, eram 3 meninos, lá era possível, eu atendi os três, formava uma grupo, no dia seguinte, sabe, um grupo de auto-ajuda, sabe eu estranhei muito qd eu chegue aqui, até pq aqui tem mais meninos, em não se pode atender em grupo pq o menino não pode encontrar o outro.

(O trabalho em grupos tem funcionado em diversas unidades da Febem, com resultados díspares. Percebe-se, no entanto, maior dificuldade deste tipo de trabalho nos estabelecimentos com pouco enquadre disciplinar.)

Aline:acho que o profissional teria que ser capacitado para fazer palestras para os adolescentes, drogadição, alcoolismo, mesmo o setor técnico.

(O trabalho do psicólogo dentro das unidades de internação é alvo de muitas discussões na instituição)

P: e pq não ocorre?

Marta: olha, eu vou contar, na 27 ocorria isso, as técnicas, inclusive eu participava dos grupos temáticos de drogadição com o apoio da PM, não sei se por conta de lá, sabe, quando eu saí de lá tinha 60 meninos.

Pedro: eu me considero ainda vitorioso nesse trabalho pq o principal diante tantas dificuldades, eu acredito que o principal nesse momento, bem ou mal, eu consigo, se não de todos, da maioria, é uma empatia muito grande com os adolescentes, é isso que ganha, no momento, na atual conjuntura...é o inter-relacionamento.

P: vc acha que todos os funcionários de outras áreas conseguem manter essa empatia tb?

Pedro: depende do funcionário e depende tb...

P: profissionais da segurança?

Flávia: os meninos tem resistência ao pessoal de segurança pq eles tem essa idéia de contensão, eu acho que isso precisaria mudar talvez, essa imagem que se tem da segurança...

(Os problemas de inter-relacionamento, de acordo com os entrevistados, surgem, em especial, entre adolescentes e agentes de apoio técnico.)

Júlia: agora, vc falou sobre grupos temáticos, eu já gostei de trabalhar na Febem, eu tinha projetos, mas no momento eu não participaria de nenhum grupo temático, pq assim eu acho que nosso trabalho é muito frustrante, o que a gente tem que fazer a gente não consegue.

Flávia: a gente não é valorizado pelo o que faz.

Júlia: conforme a gente vai sofrendo frustração, a nossa determinação vai ao longo do tempo diminuindo, eu não faria hoje em dia.

(Outra vez, a frustração no trabalho é apontada, através da falta de valorização profissional e das resistências à execução de seu ofício.)

P: o que tem levado aos funcionários se sentirem frustrados.

Júlia: a tentativa que vc faz e vc não vê resultados, vc não é reconhecido.

Flávia: pelo contrário, parece que tem trabalha é punido...

Pedro: há uma competição muito grande de querer ser melhor do que o outro...

Marta: há um puxa-saquismo muito grande tb, acho que quem sobe realmente dentro da instituição é quem mais bajula, quem mais faz isso, não quem trabalha, não põe meu nome, porque o que motiva um profissional, vc sabe que as grandes empresas tem plano de cargos e salários, quanto mais vc vai fazendo, mais vc é eficiente, quanto mais vc...

(Ataques ao modelo de funcionamento institucional: “quem trabalha é punido, quem bajula sobe...” .)

Flávia: e aqui parece que não é pela eficiência.

Marta: é pela puxação...

Flávia:é pelas indicações.

Marta: aqui as indicações tem sempre haver com as aparências físicas, com o coleguismo...

Flávia: com a política...

Júlia: vc fala de um líder...quais são os nossos líderes, qual visão que eles tem de uma política de recursos humanos? Porque vem de cima para baixo...

Marta:vc não tem um setor de avaliação de desempenhos, (...),

P: vcs acreditam na febem, as unidades de internação podem recuperar o jovem?

Flávia: recuperar não.

Aline: eu acredito na ressocialização, mas atualmente eu não acho que a Febem seja o melhor meio de ressocializar.

Marta: eu acredito, por isso que estou por aqui tomando paulada...eu acredito que nós podemos mudar.

(Sinais persecutórios. As colocações de Marta, no decorrer da entrevista, claramente procuram se contrapor às dos demais.)

Aline: eu acho que a gente pode tentar...

Marta: eu acredito que a gente pode fazer barulho e a gente pode mudar , se a gente se acomodar vai ficar como está, gente porque a Febem é a gente, a Febem não é um prédio, não é isso, não é aquilo, a febem somos nós funcionários.

Flávia: mas o menino depende de outras coisas tb, o menino depende de família, de outros apoios...

Júlia: eu costumava falar assim, eu não trabalho para a Febem, eu trabalho para alguns meninos que querem se ajudar, então eu acho que quando o moleque vai para a frente é porque ele quis, ele tem uma disposição interna, ele tem motivação, pq se vc pensar mesmo a Febem faz muito pouco por ele...

Divergências quanto à capacidade da Febem em cumprir sua função. Marta coloca “a Febem somos nós funcionários”; Júlia se desvincula da Febem; Flávia aponta fatores externos à Fundação que dificultam o trabalho institucional.

P: se o menino não tiver essa disponibilidade vcs acham que dificilmente a Febem...

Júlia: não

P: pela estrutura da febem ela não consegue...

Flávia: ela não instala essa possibilidade no menino.

Marta: não, com o trabalho de formiguinha sim, um ou outro profissional consegue.

Júlia: eu não acredito.

P: vcs se sentem bem na Febem?

Flávia: não muito...

Júlia: eu já me senti com o trabalho que eu fazia, quando era lá atrás, qd a gente tinha uma unidade só de primários, qd era respeitado, porque foram muitos desrespeitos que eles fizeram com a gente, misturaram a população, mas hoje em dia...

(Júlia coloca “ foram muitos desrespeitos que eles fizeram...”. Há um sujeito oculto, entende-se sejam os detentores de cargos de comando na Fundação.)

Flávia: acho que a pedagogia consegue mais do que a gente, pq eles estão mais no contato direto, então eles podem introduzir valores mais facilmente, então assim, com o técnico, parece que ele vem com um discurso pronto, ele já sabe o que ele tem que fazer para ele sair, e lá não, assim, no convívio diário com ele, ele é ele, aí eu acho que falta um pouco disso tb, dessa vinculação maior do setor técnico com o menino mesmo, no convívio diário com ele, a gente não conhece alguém sem conviver, então ele vem com muita resistência para o atendimento técnico, uma que não é uma psicoterapia, é um atendimento...

(Põe-se em questão a qualidade do vínculo mantido entre técnico e interno. Surge ainda o questionamento sobre o papel do técnico como apenas um elaborador de relatórios.)

Marta: mas pode fazer interferências.

Flávia: a gente pode, mas a gente já vem com as resistências dele.

Marta: a gente pode interferir em algumas coisas e até levar ele a refletir sobre outras que virão a ser úteis na psicoterapia ou no mundo lá fora, eu me sinto bem pelos meninos, pq realmente quando eu vim para a Febem eu queria trabalhar com os meninos, eu queria mesmo, eu queria, eu acho que já trabalhei com muita coisa, eu queria mesmo conhecer esse lado, agora pela política de recursos humanos, pela política organizacional em termos humanos eu acho que a Febem tá pior do que uma

fábrica de construção civil, que é um pior lugar do que uma empreiteira, eu acho que o profissional não é nem um pingo valorizado, ele é pisoteado, ele é desrespeitado em todos os seus aspectos, e um lugar que o profissional não é respeitado não é de se esperar que ele respeite o outro ser humano que o menino...

(Outra vez, o tema da desvalorização do profissional da Febem.)

P: os meninos vcs acham que eles respeitam o trabalho dos profissionais da Febem?

Flávia: eu acho que sim, eu acho que eles reconhecem, já vi muitos deles qd eu trabalhava na pedagogia eles falarem, ah senhora, pq a senhora não vai fazer qualquer outra coisa, ao invés de ficar aqui com a gente, não entendo pq vc ficam aqui... eu lembro muitas vezes o W. falou pq vcs trabalham aqui, não entendo vai dar aula em uma escolinha, em qualquer coisa, para que que vir para cá, achei bonito, quer dizer, é triste essa fala dele, ele mostrou um pouquinho daquilo, assim, parece que a gente está perdido mesmo.

Aline: ele está se preocupando com vc ali dentro...

(De acordo com os funcionários, embora haja respeito, em geral, ao técnico, seu trabalho é pouco valorizado pelos jovens.)

P: vcs acham que os próprios meninos não acreditam que funcionem, que a Febem é um lugar ruim, que a febem não é um lugar para se trabalhar?

Flávia: eu acho...

Marta: ou que nenhum deles sonhe em trabalhar na Febem, não...

Aline: a maioria tem um pensamento de que eles não são ressocializados, eles tem...

Marta: e outra coisa, quem tá lá fora tb.

Aline: que se entra por um roubo sai especialista em outra coisa...

Marta: eu acho tb que o profissional da Febem é bem discriminado, eu notei isso que quando eu falo, olha eu trabalho na Febem, ãããhhhh, sabe assim, como se vc trabalhasse no fim do mundo.

Flávia: no pior lugar do mundo...

Marta: vcs sentem isso tb?

Flávia: muito !

Marta: os psicólogos elitizados, da sociedade dos psicólogos do Brasil, meus amigos de faculdade qd eu falo que trabalho aqui, nem tô falando mais... eu tô dando aula, é, é...outro dia ligaram para mim, ô e aí... aí, vamos mudar de assunto, e a sua confecção como está? Não, estou dando aula...não tem como falar...

(Forte queixa acerca do olhar social aos profissionais da Febem. Percebe-se desconforto por parte do corpo funcional da instituição em assumir seu papel dentro da Fundação e perante à sociedade.)

P: vou agradecer vcs e boa sorte para todo mundo.

4^a ENTREVISTA ⁹⁵

ADOLESCENTES

5 PARTICIPANTES

P: Pessoal, eu queria saber de vocês o que vocês acham da medida sócio-educativa?

Jonas: é uma situação, tá ligado senhor, que nós cometemos um erro, tá ligado senhor, um ato infracional, tá ligado senhor, e aí nós viemos aqui para pagar por nossos erros, tá ligado senhor, mas é uma situação, entende senhor, que nesse tempo que nós privados de nossa liberdade... mas é, tá ligado senhor, só quem tá ali para sentir na pele, tá ligado senhor, porque é muitas coisas que se ocorre ali dentro, tá ligado senhor, que ninguém pode passar por isso, tá ligado senhor, muitas opressões, é um tempo que você está ali dentro para refletir sobre seus atos, tá ligado senhor, porque para cada ação tem sua reação, senhor, é isso que eu tenho para falar.

Lucas: olha, veja bem, entendeu senhor, nós aí cometeu uma inequidade aí, nós tá pagando pela inequidade que nós cometemos, entendeu senhor, mas nós tá pagando aí senhor, nós pode sofrer não, interessante é a convivência aí senhor, mas como você sabe aí, senhor, que o bagulho não pode ter essa situação aí senhor, vários bangs⁹⁶ ocorrem aí na cadeia senhor, (...) isso aí que eu para falar aí senhor...

(O discurso pronunciado pelos internos é rápido e sem pausas. Há a enorme presença da expressão, “tá ligado”, que surgirá em toda a entrevista. Fica evidente, logo no início, o caráter denunciatório e agressivo das falas.

A primeira queixa dos internos se refere às opressões sentidas pelo grupo em sua rotina como internos.)

⁹⁵ os nomes são fictícios. A entrevista obedece o artigo nº 143 do Estatuto da Criança e Adolescente.

⁹⁶ Gíria recorrente entre os jovens. Sinônimos aproximados: fatos, acontecimentos.

Jonas: faz outra pergunta, senhor...

(O tema não se desenvolve.)

P: vocês falaram em opressão, vocês sofrem algum tipo de opressão?

Lucas: de convivência, senhor...

Jonas: de convivência, senhor, e diversos fatos aí quando entra o grupo de apoio, ou a GIR ou até a Choque, tá ligado senhor, nós sofre a maior opressão, é isso mesmo, tá ligado senhor, nós tamos aqui pelo ato, tá ligado senhor, pelo ato que cometemos, mas para cada ação tem sua reação, mas aí depois que nós pagamos pelo nosso erro, tá ligado senhor, ali na tranca tem as opressões, não só pela(...) mas fisicamente, ali que o pessoal do grupo, tá ligado senhor, tá oprimindo nós, é o que nós não aceita, tá ligado senhor, que o ECA determina tá ligado senhor, é o bem-estar do menor, e muitas vezes, tá ligado senhor, não está sendo o bem-estar, muitas revistas que tem aí, senhor, sem ter nenhum colchão adequado, as mantas adequadas, tá ligado senhor, tem que ser visto isso aí, senhor, devido o quê?, menino aí com zica, tá ligado senhor, essas mantas, é tudo isso aí, ir para PS, tá ligado senhor, é maior burocracia, senhor...

Lucas: enfermeira, senhor, eu vou falar para o senhor, essa enfermaria aí não tá com nada, o menino aí tá precisando de um remédio, entendeu senhor, só porque o menino não tá na queixa⁹⁷ aí, tá ligado senhor, não tá na prescrição ali, senhor. O menino vai lá na queixa ali, tá ligado senhor, o menino não pega o remédio, vai ficar pior, tá ligado. Vai saber se ele tivesse tomando aquele remédio ele taria melhorando, tá ligado. E não tá acontecendo isso, tá ligado, maior burocracia aí. Para ir para o PS aí ó, eu tô com minha hérnia aí senhor, o bagulho tá no tempo de estourar uma situação aí. Senhor, como nas demais cadeias aí senhor. Maior burocracia, quebrei minha mão senhor, fui

⁹⁷ A “queixa” se refere a um procedimento de enfermagem. O jovem passa seu nome em listagem de reclamações de saúde e é atendido pelos profissionais.

para o PS, molhou, tirei o gesso aí senhor, não encaminharam para eu ir para o PS senhor. Olha como minha mão cicatrizou, tá ligado senhor, maior burocracia esse negócio de PS, de enfermaria senhor...

Renan: tem vários bangs que se ocorre senhor...

Clayton: até para um roupa, senhor, você quer se vestir aí, você tem que fazer um corre. Você mesmo ali senhor, se você quer vestir uma roupa para pagar⁹⁸ uma visita ali senhor, você vai ter que lavar, lógico. Funcionário veio argumentar que não pode lavar roupa ali, tá ligado, ali na sala, sendo que anteriormente no passado existia uma sala especificamente que podia lavar roupa. Ali tinha um tanque, hoje em dia não. Você manda as roupas para lavar as roupas vem curtas, não tem nem mais roupa para vestir não. Poderia assim conversar com o superior ali para liberar até umas roupas para nós, as roupas do mundão, senhor, umas roupas ali. Precisa tá vendo um lugar para nós lavar nossas roupas aí, a higiene pessoal nossa aí também senhor...

(Os jovens, em algumas unidades lavam suas próprias roupas, embora haja o serviço de lavanderia.)

P: vocês acham que com roupas do mundão⁹⁹ melhoraria alguma coisa a medida sócio-educativa para vocês? Faria alguma diferença?

Clayton: não, não é questão disso aí não, senhor, questão da nossa higiene pessoal aí mesmo, senhor.

P: vocês falaram em problema de convivência, de opressão, vocês sentem isso?

⁹⁸ Fazer. O verbo “pagar” surge ainda em diversas expressões dentro da instituição, com múltiplos sentidos.

⁹⁹ Roupas que não as institucionais.

Jonas:diariamente não, tá ligado, senhor, mas quando a GIR tá na tranca aí, ocorre sim, ocorre...

P: que tipo de opressão ocorre?

Jonas: opressão física mesmo senhor...

P: quem que oprime?

Jonas: o grupo, senhor, o pessoal do grupo, senhor, o pessoal do grupo, tá ligado senhor, vai entrando nos nossos quartos, tá ligado senhor, e oprime mesmo, tá ligado senhor.

Lucas: pode ser tirado¹⁰⁰, tá ligado, senhor. Eles leva, entra no barraco lá, senhor. Você lá no boi¹⁰¹ lá, fazer a higienização lá, senhor, eles te levam batendo no boi lá, senhor. Isso aconteceu com a minha pessoa, entendeu, senhor. Já aconteceu esse tipo de situação com a minha pessoa, tá ligado senhor. Veja bem, nós erramos ali, a gente tá pagando ali, tá ligado, mas o nosso erro que a gente cometeu não tem essa precisão de ter opressão, tá ligado senhor. Tudo dentro dos diálogos ali, das conversas ali, dentro das idéias nós resolve tudo, não tem essa precisão, não...

P: vocês todos passaram pela UIP, pela UAI, o que vocês acharam?

Renan: é louco UIP, senhor...

Marcelo: UIP é pior senhor, UIP é direto, senhor, você não pode fazer nada senhor, se você fizer você apanha...

Renan: bagulho é louco, senhor

¹⁰⁰ ofendido

¹⁰¹ banheiro

P: vocês preferem uma unidade igual a esse modelo, ou vocês preferem uma unidade igual a UIP...

Renan: dez vezes aqui, senhor

P: dez vezes aqui? Por quê?

Renan: porque lá é diversas opressões, você não pode fazer nada...

Lucas: lá sim é diariamente, até quando os meninos vem de bonde¹⁰², tá ligado, pede até para descer o bonde rápido, tá ligado. Porque é diversas várias opressões lá, tá ligado. Você não pode nem trocar uma idéia com o companheiro que está ali do lado que você apanha, põem você de pote¹⁰³ baixo ali na parede, não toma sol, tá ligado. É um bagulho ali que não pode ser. Se o menino ali, tá ligado, ali para ser recuperado ali, tá ligado, para se recuperar ali, como o menino vai se recuperar tendo uns bangs desses ocorrendo, uns bangs desses.

Clayton: vai trazer mais revolta

Lucas: vai trazer mais revolta, então uns bangs desses não pode ocorrer ali, tá ligado. Não pode se ocorrer, tá ligado. Vou falar mesmo aí senhor, é vários bangs que acontece aí com a gente senhor, aí dentro na cadeia, tá ligado senhor. Eu falo para o senhor aí, senhor, traz revolta para mim mesmo, tá ligado senhor, traz revolta, como eu vou me regenerar aí, tá ligado, num bang aí tá ligado, que aí os homens não colabora com nós, tá ligado. Isso aí traz revolta para minha pessoa, opressão de convivência, vários bangs.

¹⁰² transferência

¹⁰³ cabeça

P:então, essas casas que vocês falam que é dominada por funcionários, é pior para se reeducar?

Marcelo: pior, senhor.

Jonas: para tirar, tá ligado, sua internação aí (mudança de tom de voz), é bem pior. Agora, com esse modelo aqui senhor ...tá ligado... tudo é ruim, tá ligado, não vou falar que é bom não ,tá ligado. Ninguém gosta de ficar privado da liberdade não senhor, todas as unidades aí é ruim, tá ligado, senhor. Aqui simplesmente, senhor, tem uns benefícios a mais, porque lá em cima¹⁰⁴ lá, tá ligado, senhor, lá em cima não entra uns fatos que entra aqui, tá ligado, senhor. Sou mais esse modelo aqui, tá ligado senhor, do que lá para cima, senhor.

(Um dos parâmetros mais fortes entre os internos para se definir uma boa unidade são os confortos ali existentes: os “benefícios”. O termo “conquista” também é muito utilizado para designar privilégios obtidos, como por exemplo, entrada de bolos e salgadinho, produtos de higiene, roupas, etc.)

P: e como vocês acham que deve ser unidade para recuperar os jovens? O que que está faltando? Como seria uma unidade que vocês entrariam e falaria “poxa a vida, eu estou melhorando aqui, eu quero ter um vida legal...”, pensem num modelo ideal de unidade.

Jonas: tá ligado, senhor, até então um respeito da parte dos funcionários e da nossa parte. Seria uma unidade, tá ligado senhor, seria uma unidade que já taria um pouco mais tranqüila a situação. Se não houver um respeito aí, tá ligado senhor, não vai para frente senhor, (...) Tanto faz, tanto fez a unidade aí senhor, de internação, você tá refletindo, tá ligado senhor, no meu ato do mesmo jeito , tá ligado senhor. É o

¹⁰⁴ UIP

seguinte, a mudança que se ocorre, tá ligado senhor, que nem eu expus, senhor, tendo um respeito, tá ligado senhor, para mim é uma internação que eu vou tirar, tá ligado senhor. Tô pagando pelo meu ato e é bola para frente que atrás vem gente.

P: Uma unidade tendo respeito, vocês acham, assim, que vocês sairiam ressocializados? Só pelo respeito?

Jonas: Colaboração das duas partes...

Lucas: colaboração do lado dos funcionários e colaboração da nossa parte, posso dizer que do nosso lado tem senhor.

(Percebe-se forte emergência de um pedido de respeito. Embora tenha se perguntado sobre a possibilidade de ressocialização, há esquiva para o tema das relações mantidas entre jovens e funcionários.)

P: Então vamos pensar na situação, funcionário colabora, adolescente colabora, tudo bem, isso garante que quando você saírem vocês não pensem mais no crime, ou não garante nada?

Jonas: na verdade eu não me garanto não, porque eu não sei o dia de amanhã, tá ligado senhor. O dia de amanhã eu posso tá entrando..., tá ligado senhor, tá de repente aí na rua, tá ligado senhor, o bagulho é louco, tá ligado senhor. Eu não sei o dia de amanhã, amanhã eu posso tá passando fome aí, tá ligado senhor, é uma situação que não pode ocorrer, tá ligado senhor. Mas infelizmente é a vida senhor, a vida é uma caixinha de surpresas, senhor...

P: então...mas como a gente precisaria fazer para vocês entrarem aqui e mudarem essa perspectiva? Essa idéia de que amanhã não sei o que vai ser do futuro... porque o

objetivo da Febem vocês sabem qual que é. Nosso objetivo é tentar ajudar vocês a ter uma vida legal, com trabalho, estudo... o que a gente poderia fazer durante a internação?

Lucas: aí, tá ligado senhor, é diversos vários meninos aí, tá ligado, que saem e mudam mesmo, tá ligado senhor. Mudam mesmo, mas porque então que o menino mudou, saiu lá para o mundão lá? Tá ligado, o mundão lá não tava do jeito que ele pensava, em sair ali e matar e roubar e nem traficar, tá ligado senhor. Igual o menino aí, ele não sabe o dia de amanhã, ninguém sabe o dia de amanhã não. Posso sair do crime, mano, curtir a minha família aí ou então tá firmão e fortão aí, tá ligado, ou tá passando fome (...) e amanhã, senhor? E amanhã quando eu sair daqui, se não tiver um serviço, tá ligado, se faltar, tá ligado... Porque aí, deixar minha família ali para rua, dormir de baixo de uma ponte ali, tá ligado, e passar fome! Eu vou meter o revolver mesmo, tá ligado senhor, meter o revolver para ajudar minha família, senhor...

(Os internos mostram aderência à vida delitiva. Nota-se ainda pouca elaboração de planos.)

P: Aqui a gente oferece escola, curso profissionalizante, adianta alguma coisa?

Jonas: adianta sim, senhor...

P: qual a opinião de vocês também, vocês acham que adianta?

Jonas: tem muitos que ...tem o estudo ali, tá ligado senhor, dá para terminar os estudos dele, tá ligado senhor, que no mundo é aproveitado, tá ligado senhor, para mim é que nem eu expus eu não sei o dia de amanhã, se eu terminar ali um curso profissionalizante, até o meu colegial mesmo, tá ligado senhor, amanhã ou depois eu posso tá na faculdade, aí é que nem eu expus senhor, eu não sei o dia de amanhã...

(Há uma mudança no discurso. Agora, aponta-se efeitos positivos da internação, no que tange à educação formal e profissionalização.)

P: vocês tem esse sonho, de fazer uma faculdade, de acabar os estudos, ter um trabalho legal...vocês sonham com isso, ou vocês nem pensam nisso?

Marcelo: ahhh...(baixo tom)

Renan: comigo...(baixo tom)

(Percebe-se receio e titubeação em afirmar os desejos alicerçados numa vida socialmente adequada.)

Lucas: tá ligado senhor, se não fosse aí, tá... terminando meus estudos eu queria ser advogado, senhor, para defender a causa justa, tá ligado senhor...

Jonas: é muita podridão da justiça

(Retorna o discurso crítico, agora em relação à sociedade.)

Lucas: muita podridão, tá ligado senhor, o menino ali, tá ligado, a polícia deu um enquadre ali por causa de uma droga, de um revolver que o menino ali, tá ligado senhor, o menino puxa dez meses, tá ligado senhor, até mais às vezes por um ato que ele não cometeu, e esse bagulho aí não é certo (exaltação), é sério essa situação aí senhor, e não é só porque também aí, tá ligado senhor, vários meninos tão aí dentro aí e faz curso, tá ligado, e estuda, tá ligado, que não vai embora não, tem que avaliar o tempo que o menino tá aí na casa, senhor, entendeu senhor, creio que é avaliado também das duas partes, quanto tempo o menino tá na casa...

(O jovem critica a avaliação da equipe técnica. Queixa-se de injustiça. Comenta que deve ser avaliado o tempo que o interno cumpre medida, além de sua adesão ao processo sócio-educativo. Dois jovens, num mesmo delito, dependendo de suas condutas, podem permanecer tempos muito díspares de reclusão.)

P: vocês vão para aula?

Jonas, Renan , Clayton: eu vou (5:muito)

P: o que vocês acham das aulas?

Jonas:achar das aulas... a professora ela ensina ali, tá ligado senhor

Renan: o básico...

Clayton: só ensina o básico...

P: o básico?

Clayton: o básico ali, mas tem muitos que se esforçam a aprender, senhor....

Lucas: é um esforço aí que eu vou falar para você, nós saímos da tranca aí, nós vem estudando aí, né meu, relação aquela prova aí, que elas viram lá, tá ligado, nós fomos e nessa situação, fizemos a prova sem ter estudado, tá ligado, uns meninos que fizeram , tá ligado, eu não fiz não, porque eu não estudei aí, tá ligado, aquela matéria da prova, fazer a prova sabendo que não ia passar, eu não fiz não, tá ligado, agora vem essa outra prova aí, tá ligado, nem adianta, se você passar nessa prova aí, você não passa de ano devido a outra que você não fez, é um bagulho ali, tá ligado, vou falar para o senhor, mano, é embaçado, é embaçado essa situação.

(O jovem se refere a uma prova realizada logo após um período de sanção disciplinar, em que não puderam se preparar para elas.)

P: vocês pretendem acabar os estudos?

Marcelo, Clayton: pretendo...(baixo tom)

Renan: eu pretendo terminar meus estudos sim senhor.

Jonas: pretendo também, senhor (baixo tom)

(Apesar das queixas acerca das aulas, a maioria dos internos almeja finalizar os estudos)

P: e depois vocês querem fazer o quê lá para fora? Já criaram algum plano?

Jonas: eu pretendo ali, tá ligado senhor, ficar de... com a minha coroa ali, tá ligado senhor, dá uma atenção para ela que ela me ajudou, tá ligado senhor, no momento que eu mais precisei ali, tá ligado senhor, junto da minha família...

Lucas:as nossas coroas aí ajuda nós, entendeu senhor, tão ficando mais velha, entendeu, acho que tem que ajudar, se não ajudar quem vai ajudar, meu, vai ficando mais velho tem que cuidar da integridade física da nossa coroa, né senhor, nós sai daqui depois vai ficando mais velho, o senhor tem em mente que são vários problemas que aparece, tá ligado, então a gente tem que tá ali, para qualquer situação você estar ajudando...

(Percebe-se, por parte dos adolescentes, muita valorização de suas mães. Constituem, na maioria dos casos, a primordial figura familiar no processo sócio-educativo, uma vez que poucos são os pais presentes tanto nas visitas como na vida dos internos.)

P: gente, eu queria saber, e a relação que vocês tem com os agentes de apoio técnico, como que é, o pessoal do pátio?

Jonas: é respeito em cima de respeito, se não dar o respeito, tá ligado senhor, manter o respeito na situação, tá ligado senhor, eu não tenho nada entre eles não senhor, tá ligado senhor, a gente pede ali, se tiver ao alcance ali ele vai fazer sim, tá ligado, se tiver ao alcance, muitas vezes aí, tá ligado senhor, quando nós tá de tranca aí senhor, uma intervenção, parece que muda, senhor, o aspectos deles aí, senhor, quando nós tamos no pátio aí, tá ligado senhor, tudo normal, tá ligado senhor, (...), mas quando tá na tranca aí, tá ligado senhor, não é todos não senhor, mas tem funcionário que até fecha robocop¹⁰⁵ aí senhor, fala que é determinação, por causa de uma determinação de fechar o robocop funcionário vem tentar fechar à força, isso não determinação não, senhor, que o ECA não determina aí, senhor, não pode sofrer opressão não, senhor, determinação... é questão de respeito, senhor...

(Outra vez, a exigência do respeito. Trata-se de delicada questão no âmbito das relações pessoais mantidas entre jovens e funcionários, uma vez que os agentes de apoio também se queixam, por sua vez, de serem pouco respeitados.)

P: e o que vocês acham da idéia de que vocês tem que obedecer regras aqui na unidade? Por exemplo, se são colocadas regras, supostamente, vocês tem que obedecer, o que você acham disso, das regras da unidade, das regras da Febem?

¹⁰⁵ Pequena abertura nas portas de aço, destinada à observação dos jovens pelos funcionários.

Clayton: mas também ,senhor, não vai colocar umas regras sem comunicar antes nós também, senhor, tem que saber também, (...)

Renan:pedir as (...) primeiro...

Jonas: porque não é assim, senhor, a unidade para nós é uma caixinha de fósforo, tá ligado senhor, aí vem uma regra de cima determinando, tá ligado senhor, para cumprir, vamos por um exemplo ali, que é para fechar um espaço nosso, só que ele não vê quem tá lá dentro da unidade, eles só olha os olhos lá de fora senhor, o que ouve é falado para ele¹⁰⁶ senhor, mas ele não vem aí para ver como a gente convive, senhor, para mim, senhor, se por uma regra aí senhor, tem que ter o porque que tem aquela regra ali senhor, que nem eu expus, tá ligado senhor, ouvir o que nós tem para falar também senhor, não é só ouvir o lado dos funcionários e não escutar o lado do adolescente, tá ligado senhor...

P: vamos pensar numa situação, todo mundo passou aqui pela UIP, que são unidade mais rígidas, lá vocês tinham... vocês eram obrigados a obedecer as normas, certo?

Marcelo: lá você sofre opressão, senhor, às vezes até para passar perto do senhor lá, tem que pedir licença, senhor...

Jonas: que muitos fatos ali senhor, que já vem de tempos, senhor..

P: mas vocês acham que esse sistema, se vocês passassem um tempo dentro desse sistema, como vocês se sentiriam, ajudariam vocês...

Grupo: não, não...

(Mobilização do grupo no sentido da aversão aos procedimentos adotados na UIP, pautado no forte enquadre disciplinar.)

¹⁰⁶ diretor

Jonas: pois veja bem, senhor, tá ligado senhor, não há necessidade dessa situação, tá ligado senhor, devido tá tudo no respeito ali, respeito da nossa parte, respeito da parte dos funcionários também, tá ligado senhor, tendo um respeito não há necessidade dessa situação aí senhor, se ocorre um barato ali dentro é conversado ali, se resolve ali, tá ligado senhor, o bagulho ali tá ligado, dentro da ética, tá ligado senhor, não há necessidade dessa situação, não...

(Neste momento, o jovem afirma haver respeito nas relações intersubjetivas mantidas entre internos e funcionários, contrapondo-se a falas anteriores. É evidente o receio ao modelo repressivo.)

P: e se de repente a unidade, os funcionários tivessem que impor uma regra, como vocês olham isso?

Lucas: que regra?

P: vocês falaram da restrição dos espaços, como vocês olham isso daí?

Jonas: ah, não vai por uma regra para nós ali, tá ligado, primeiro tem que sentar ali, tá ligado, conversar, tá ligado...

P: então vocês... toda regra que se põe na unidade tem que conversar com os meninos...

Jonas: não vou chegar ali e, se eu chego na tua casa, se eu sou um visitante seu, eu não vou chegar na tua casa e determinar que você vai pagar ducha oito horas, é tudo no livre arbítrio, tá ligado, senhor, deixa eu pagar minha ducha¹⁰⁷ na hora que eu quero, eu tô na minha casa, senhor, a mesma coisa, tá ligado, senhor, funcionário vai embora

¹⁰⁷ tomar banho

lá, tá ligado, senhor, no mundão lá, tem lá, tá ligado senhor, uma ducha ali lá (2: quentinha), nós não, tá ligado senhor, nós já tá privado de nossa liberdade, aí implanta mais outra regra, senhor, ninguém tá falando que vai se recusar a seguir aquela regra ali tá ligado, senhor, muito pelo contrário, nós vai sentar junto com os funcionários e vai ver um lado melhor, tá ligado senhor, para ficar bom para os dois lados, tá ligado senhor, e tem muitas vezes ali que funcionário fala “nossa a situação, tá complicado, nós trabalha a mais, nós trabalha a mais”¹⁰⁸, para nós ali, sete horas, dez horas, é um tempo a mais para ficar no pátio ali, devido o que, já fica trancado lá em cima, desce às seis horas (manhã)e sobe às sete (noite), então nós precisa ficar até dez horas (noite) no pátio, tá ligado senhor, essa regra tem que já tem que implantar e estar cumprindo aí, tá ligado senhor, nós tá expondo, nós tá em fase de conquista, dessa forma.

P: vocês sofrem aqui dentro?

Clayton:aqui dentro nós sofre, né, senhor, nós privados de nossa liberdade, nós sofre senhor.

Jonas: sofre, para os nossos familiares é um sofrimento imenso, né senhor

Marcelo: sofre mesmo...

Lucas: é isso mesmo...

(O sofrimento dentro das unidades de internação é evidente, tanto por parte dos internos como dos profissionais.)

P: e dos educadores, o que vocês acham?

¹⁰⁸ a imposição de regras acarreta numa necessidade de maior mobilização de funcionários, a fim de aranti-las.

Jonas: não tenho o que falar deles não, eles tão para ganhar o ganha pão deles ali, é os agentes, né?

P: é, são os agentes...

Jonas: pedagógico, né... não tenho nada com eles não, senhor. (titubeação)

Marcelo: não tenho nada que falar deles também, não (tom baixo e titubeante)

P: não tem nada a favor nem contra...

Jonas: eles estão ali...

Renan: eles estão fazendo o papel deles

Jonas: ele faz um corre para nós, traz um CD para nós, tá ligado senhor, mas muitas vezes não é visto os cursos que nós pede não, tá ligado, falar a verdade aqui, senhor, por causa que a gente tá quase três meses aí, tá ligado, uns dois meses assim pedindo curso de capoeira, e não chega, tá ligado, mas não é dos agentes não senhor, é do superior deles, tá ligado, que tem que mexer com os pauzinhos para ver essa situação, porque o agente tá trabalhando ali, tá ligado senhor, ele não tem o direito, tá ligado senhor, de chegar e pedir para outro agente dar o curso na nossa unidade, é o superior dele que faz esses corre, tá ligado senhor, mas até agora não chega, senhor.

Lucas: tem que ver essa situação também, né senhor, tinha que haver aí, tá ligado, mais cursos para nós aí de profissionalizante, porque não adianta aí, tá ligado, tem dois, três, quatro, cinco cursos, que dá para fazer aí trinta menino aí, cinquenta, tem que ver essa situação, tá ligado, e os outros cem, tá ligado, e os outros cem, tinha que ter mais...

P: vocês tem um bom vínculo com os educadores?

Jonas: como assim..

P: uma boa relação com eles?

Jonas: eu tenho aí, senhor...

Marcelo: normal

Jonas: mas aí é que nem aquele ditado, não fede não me cheira, tá ligado senhor.

P: e com os agentes de apoio também?

Jonas: também, é a mesma coisa, senhor.

P: é indiferente para vocês?

Jonas: todo mundo tá aí para ganhar o ganha pão, senhor... eles tá aí para trabalhar, a gente tá aqui para tirar a nossa cota...

P: e com os técnicos?

Jonas: a mesma situação, senhor.

(Pouco desenvolvimento do tema. Os jovens não relatam o vínculo mantido com os educadores.)

P: Pode falar, não pega nada não... o que vocês acham do trabalho do técnico?

Jonas: ah, senhor, não vou falar de todos, senhor, mas tem uns aí, tá ligado senhor, que demora um mês, dois mês para atender um adolescente, tá ligado senhor, muitas vezes o adolescente quer fazer uma ligação lá, e fala que não dá, não dá, nem todos pensa igual eu, mas nem todas as técnicas, é poucas dentre muitas aí, senhor, que ocorre esses fatos aí, senhor.

Lucas: quinze minutos só de ligação, tá ligado, tinha que ver essa situação, tá ligado, para aumentar mais cinco minutos, tá ligado, que é devido ali mesmo, tá ligado senhor, que quem é do interior, mora longe, tem uns meninos aí na unidade que as mães não tem condições de ver ele, tá ligado senhor, o menino que, um mês, dois meses, cinco meses, tá ligado senhor, sem visita aí, tá ligado senhor, vai fazer uma ligação, ligação quinze minutos falando, o bagulho, tá ligado senhor, é ossão¹⁰⁹, falar ali com sua coroa dez minutos, quando você vai falar ali com seu pai o tempo já se esgotou, e se os irmãos tá aí também, senhor? O bagulho é embaçado, tá ligado, senhor, embaçado por causa dos familiares igual ao que expus anteriormente aí...

Jonas: tá ligado, senhor, ninguém aqui é de ferro não, senhor, nós também sofre, nós tem sentimento também senhor, tá ligado, (...) é um sofrimento grande ali, tá ligado senhor...

P: a família de vocês vem para visitas?

Jonas: graças a Deus eu tenho visitas.

Clayton: tenho.

Marcelo: ah, também senhor

Renan: comecei agora depois que meu pai saiu da cadeia de quinze em quinze, uma vez por mês

¹⁰⁹ difícil

P: vocês acham importante a participação dos pais?

Renan: ah, é bom ,né , um apoio familiar, né

P: mudou alguma coisa no olhar de vocês em relação aos pais, vocês estão vendo diferente seus pais depois que vocês estão aqui na internação?

Renan:ah, eu falei que fazia um certo tempo que eu não via meu pai, porque ele tava preso também...

P: mas você acha que mudou a relação entre vocês?

Renan: ah, isso eu não sei, senhor, fico com ele pouco tempo, mas quando eu sair vou notar, né, senhor.

Jonas:querendo ou não, tá ligado senhor, para nossas mães é uma tristeza, tá ligado senhor, ver nossos filhos aí, tá ligado senhor, privados aí, tá ligado senhor , (...), como que é, tá ligado senhor, ela não sabe o que está ocorrendo comigo, tá ligado senhor, ela tá no mundão lá, ela tá na jega lá, senhor, ela não sabe o que está ocorrendo comigo aqui senhor, queira ou não na mente dela não sabe o que estou fazendo, não sabe o que estou sofrendo...

P: vocês compreendem melhor a mãe de vocês hoje?

Jonas: ah, senhor...

P: porque as mães reclamam muito que já deram conselhos para vocês todos, não uma vez, mas mil vezes, vocês sabem disso, a mãe da maioria de vocês já ficou no ouvido de vocês, e entrou num ouvido e saiu no outro... queria saber se quando vocês saírem isso mudou?

Clayton: é lógico que cada um aí vai ter uma responsabilidade aí senhor, cada um é responsável pelos seus atos, vai saber o que vai fazer aí, senhor...

P: no teu caso...

Clayton: no meu caso, que nem tá aí, foi um tempo perdido, senhor, eu tenho uma certa responsabilidade eu sei o que eu vou fazer aí da vida, senhor, no mundão

Jonas: você dá para refletir , tá ligado senhor, (...) porque pode fluir umas consequências futuramente, né, senhor, essas consequências você vai sofrer demais, senhor, ficar privado, né, não é fácil, não...

(Embora, nem sempre os internos se disponham às atividades pedagógicas e outros, a privação de liberdade gera enorme mobilização de conflitos e valores que podem ou não ter caráter sócio-educativo.)

P: quantas pessoas, vamos chutar, eu sei que não dá para saber, mas os cento e cinquenta quantos você acham que vão voltar para o crime?

Jonas: ah, eu não sei, senhor, eu não sei o que se passa na mente dos outros...

P: cada um fala uma coisa, eu queria saber de vocês quantos vão voltar para o crime...

Lucas: ah, eu não sei não, de repente aí, eu exponho ali, tá ligado senhor, tal e tal, de repente não é , né, meu...

A cautela é um elemento marcante nas relações mantida entre os internos. Existe uma grande preocupação com o que e como se diz, sobretudo quando a figura do outro está em cena.

P: é, não dá para saber, mas...

Lucas:mas ali, não sei como é, nós vai tá dando nosso ponto de vista, (...) mas como eu vou dar meu ponto de vista sem saber o que se passa na mente dos caras ali...

P: de dez, vocês imaginam quantos vão voltar para o crime?

Lucas: ah, isso eu não, o que se passa na mente dos caras...

Jonas: eu não sei o que se passa na mente de cada um, cada um tem o livre arbítrio de fazer o que bem entende, senhor.

(O livre arbítrio comentado pelo interno surge constantemente no discurso dos adolescentes. No entanto, as divergências de opiniões e condutas em relação às estabelecidas pela liderança são passíveis de repressão e punição.)

P: mas de forma geral, então, vocês acham que a Febem não ajuda a pessoa a sair do crime...

Jonas: tem alguns que ajuda sim, tá ligado senhor, os meninos reflete no ato que cometeu, mas eu falo por mim, tá ligado senhor, não falo pelos outros, não sei o que se passa...

P: você refletiu no que fez?

Jonas: ah, senhor, cometi um ato ali senhor, eu acho que refleti senhor, por causa que esses tempo ali senhor, não vou falar que não aprendi nada não, senhor, eu aprendi muita coisa assim, senhor, tá ligado, refleti bastante sim, para não tomar nenhuma atitude ali, tá ligado senhor, que possa trazer conseqüências futuramente, senhor, refleti bastante...

P: vocês refletiram também?

Marcelo: ah, senhor, eu refleti...

Renan: bastante, senhor, deu para avaliar bem antes de comete uma atitude para não comprometer novamente

Lucas: é, senhor, eu refleti bem, meu, tá demorando até aí o meu psiquiatra¹¹⁰, senhor, quando eu passar já refleti bastante, já tô pronto para voltar já (risos, descontração), já tô pronto, refleti bastante, já, não sei com os demais aí, deu para refletir bastante para não cometer as atitudes novamente aí, para depois não tá sofrendo...

Clayton: eu já refleti bastante de um tempo aí, senhor, já sei o que vou fazer aí no mundão, já vem de uns dias, senhor, vou mostrar que estou capacitado para ser reintegrado à sociedade aí, senhor (...)

P: vou tocar num assunto chato, e essas rebeliões que ocorrem, o que vocês acham? A Febem tem muitas rebeliões vocês sabem, aqui já passou por algumas... o que vocês acham das rebeliões?

Jonas: falar para o senhor, rebelião mesmo quem faz é funcionário.

P: Funcionário?

¹¹⁰ a avaliação psiquiátrica é pedida para o internos que cometeram delitos muito violentos como homicídios, latrocínios, ou tentativas.

Jonas: É o funcionário, por causa que muitas vezes ali, tá ligado senhor, é o funcionário, tá ligado senhor, os adolescentes não vão fazer uma rebelião sem motivo, tá ligado senhor, sem motivo, esse motivo aí parte do funcionário, tá ligado senhor, se o funcionário vier, tá ligado, senhor, a oprimir alguma adolescente, senhor, alguma coisa aí vai gerar, senhor, tá ligado, mas é uma situação que parte deles, tá ligado senhor, tem que dar um motivo ali, tá ligado senhor, a situação que ocorre, né senhor

Lucas: tem os motivos né senhor, os motivos vem deles, senhor...

P: de vocês...vocês acham que vem também essa violência?

Jonas: de nós?

P: de vocês. É sempre o funcionário que tem culpa? Vocês acham que os adolescentes às vezes tem culpa?

Jonas: se o funcionário tá ali, tá ligado, para trabalhar, senhor, não vinha ali, como se fala senhor, não vinha mexer com os outros, senhor, (...), tem muitas vezes aí, senhor, que tem funcionário que toma umas atitudes aí, senhor, que é inadequada, senhor, (...)

(Os jovens apontam como causadores das rebeliões os funcionários e a instituição.

Esquivam-se em assumir sua própria violência.)

P: às vezes, eu fico pensando que as unidades que tem mais rebelião, são as unidades que os adolescentes mais tem coisas, tô errado?

Jonas: que tem mais benefícios?

P: mais benefícios, vocês podem ver, as unidades que os adolescentes não tem benefícios não ocorre rebelião... e são as unidades que teoricamente os funcionários

são mais opressores, as unidades que os funcionários são mais tranquilos são as que ocorrem rebelião.

Clayton: mais ou menos, senhor...

P: vocês concordam comigo? Vocês acham que não, tem alguma coisa a ver isso?

Jonas: muitas vezes ali, sim, tá ligado senhor, que a casa ali não tem muito benefício, tá ligado senhor, é difícil levantar rebelião...

(O entrevistador questiona o binômio: violência de funcionário ⇔ rebelião de jovens.)

P: então, quando as casas tem bastantes benefícios aí é que dá rebelião...

Jonas: mas aí, senhor, eles não falam o motivo ali, tá ligado senhor, que a mídia mostra ali (...) que os internos aí, da Febem aí, levantavam rebelião, mas não mostra nem o porquê, tá ligado, a mídia só vê ali, tá ligado senhor, na hora que nós tá, tá ligado senhor, no telhado ali da vida, senhor, mas agora quando nós tá estudando, tá ligado senhor, jogando uma bola no pátio aí, a mídia não vem filmar, tá ligado senhor, só filme das partes aí, por isso que a Fundação muitas vezes é mal falada, senhor, é dessas fitas aí, tá ligado senhor, que só passa na mídia quando menor tá fazendo rebelião, tem que olhar para as coisas boas aí...

Lucas: quantas coisas que nós faz aí dentro aí, cursos, aulas...

(Aponta-se alguns aspectos positivos na internação, como inserção do jovem em aulas e cursos. O jovem critica a postura da mídia, atenta apenas aos espetáculos de violência.)

Clayton: mas veja bem aí, senhor, se a unidade tá no respeito aí, tem um diálogo entre o menor aí, e os funcionários também não tem o porquê, tá ligado senhor, de fazer uma rebelião, mas no onde tem também por exemplo aí, senhor, funcionário implanta uma regra que não cabe aí, a ser implantada aí, cada ação gera uma reação, senhor...

Jonas: tem que informar nós , tá ligado senhor, para tomar uma atitude, vir aí a ... não tô falando que acontece, tá ligado senhor, vir a desrespeitar um funcionário, senhor, você pode ter a plena convicção que vai fluir umas conseqüências para nós, tá ligado, muitas vezes nós ganha um pote¹¹¹ aí, senhor, ficar lá embaixo lá, lá é opressão, lá embaixo no pote lá, 7:00 da matina tiram nossos colchão lá, a gente ficar dormindo na pedra...

Lucas: coloca sete horas da noite e tira seis da manhã...

Jonas: a opinião, tá ligado senhor, veja bem senhor, você comete um erro, tá ligado senhor, você ali é corrigido conforme seu erro, tá ligado senhor, uma sanção de dez dias aí tal, muitas vezes funcionário erra, não é corrigido igual nós não, tá ligado senhor, não é corrigido igual nós não, ele fica na casa dele tomando café e tudo, e nós se toma uma atitude dessa, nós fica lá no pote, senhor, dormindo na pedra¹¹², é muitas coisas aí, tá ligado senhor, que é até uma injustiça, tá ligado senhor, falar o que ocorre, porque se o funcionário faltar com o respeito com nós o superior dele vai lá e dá um dia para ele ficar na casa dele de punição, agora nosso dia não, é bem diferente, tá ligado senhor, é em pote, tá ligado senhor, nós fica sofrendo opressão, é em pote.

P: outra coisa que eu queria falar com vocês, vocês tem bastantes regras entre vocês, né?

Jonas: entre nós?

¹¹¹ Espaço destinado à aplicação de sanção disciplinar.

¹¹² Beliche de cimento

P: é , vocês tem bastantes regras, de convivência, vocês respeitam essas regras...

Jonas: nós vê ali, senhor, o que é melhor para nós, tá ligado...

(Há forte resistência em assumir que existam regras entre os próprios internos.)

P: para que servem essas regras, qual a função delas? Por exemplo, não pode levantar a camisa , não pode...

Jonas:tá ligado senhor, a gente vê o que é melhor para nós, vai daí do conceito de cada um , tá ligado senhor, chega ali e “não, não vou fazer isso”, ninguém é obrigado a nada não, senhor, nós vê o que é melhor para nós, tá ligado senhor, que nem para cada situação chega ali e fala “não tô de acordo”, e é isso mesmo, tá ligado, tem o livre arbítrio de fazer o que bem entender, tá ligado...

P: mas um menino que não vai de acordo ele sofre...

Grupo: não, não sofre não

P: ou ele é retirado do convívio...

Grupo: não...

P: então vamos pensar assim, se o menino furta um cigarro...

Clayton: mas aí também, ele vai mexer com o que não é dele, senhor?

Jonas:ah, mas a situação, senhor, alguém, tá ligado senhor, (...)

P: vamos pegar um outro exemplo, é dia de visita, tá calor e o menino sem querer dá uma levantada na camisa...

Clayton:mas aí que tem umas partes íntimas aí, senhor, respeito entre nós senhor, já que nós tá aí, ficar sentado, deitado, levantando camisa, nunca vi isso aí não senhor...

Jonas: às vezes, tá ligado senhor, eu falo por mim...

P: é para manter a ordem entre vocês?

Jonas:não é ordem

Lucas: não é ordem

Jonas (...) como se fala senhor, minha visita vem entrando senhor, para me visitar, tá ligado, não vão querer ver uma pá de gente sem camiseta, ali todo mundo ali descontrolado, (...) que o ambiente, senhor, já é, tá ligado senhor, mal (...) e aí veja vem senhor,

(Percebe-se que há necessidade de um controle entre os jovens. Muitas vezes, a liderança justifica sua presença afirmando que, acaso não estivessem ali, a unidade seria um caos, uma violência ainda maior. Este argumento vai ao encontro do proferido pelas organizações criminais.)

Renan: bem desagradável

Clayton: incômodo(...)

Jonas: aí senhor, a gente não quer ter (...) com nossas coroas não senhor, minha coroa vem visitar eu senhor, tá ligado senhor, mas ninguém impõe regras assim senhor

Clayton: ninguém força ninguém, senhor

Jonas: vai do bom senso de cada um

P: você estão para ir embora?

Jonas: eu pretendo ir embora rápido, tá ligado senhor, que eu não sou um adolescente, tá ligado senhor, de tá fugindo e dar trabalho, senhor...

P: e vocês estarem aqui, vocês acham que foi justo?

Clayton: eu cometi um delito na lei aí, senhor, eu tô cumprindo aí senhor, o que eu fiz aí, senhor

Jonas: pelo ato que eu cometi senhor, eu já merecia senhor, porque tenho aí, senhor, uns artigos na Justiça, tá ligado senhor, que é uns furtos, mas esses BO que eu to aí senhor, tá ligado senhor, não era nem para mim tá pagando por um 12¹¹³, senhor, infelizmente algo que ocorreu eu tava no lugar errado na hora errada, infelizmente aconteceu, tá ligado senhor, mas acontece que os outros artigos que eu tenho, já passou do tempo, tá ligado senhor, 1 ano e dois é muito tempo (...)

P: você tá quanto tempo aqui?

Clayton: fazer oito meses

Marcelo: seis meses

Jonas: fazer 1 (ano) e 2 (meses), entrei 26 de setembro, senhor.

¹¹³ artigo referente a tráfico de drogas no código penal

Lucas: 1 e10

P: vocês acham que já passou o tempo de vocês?

Jonas: pelo meu artigo, e porque não foi eu que cometi, um 12, tá ligado senhor, não é esse tempo todo não senhor. Qual a diferença entre um adolescente... tudo bem, cada caso é um caso, mas tão no mesmo artigo, tá ligado senhor, tô preso por entorpecentes, tá ligado senhor, muitas vezes adolescente sai com sete mês, oito mês, nós fica um ano, dois anos, por causa de um BO¹¹⁴, tudo aí é entorpecente, tudo aí é droga, tá ligado senhor, é uma situação que eu falo por mim, tá ligado senhor, eu já passei do tempo senhor, mas ocorreu aí, uns fatos aí na unidade, não vou esquecer, tá ligado senhor, tudo aí é visto senhor, (...) tamos aí senhor, refletindo nos erros que nós comete na vida, os obstáculos, cada um pode tropeçar e cair, tá ligado senhor, tem que levantar a cabeça e bola para frente, senhor.

P: Gente, vocês gostaram do grupo, conversar um pouco...

Clayton: é bom senhor, ter um diálogo entre nós.

(...)

P: vocês acham que o ECA é uma boa lei, para terminar?

Renan: se fosse cumprida direitinha seria sim.

Jonas: se cumprisse nossos direitos, tá ligado senhor, era bom sim, tá ligado senhor, que muitas vezes nossos direitos não é cumprido não, o ECA determina, tá ligado senhor, quem mora longe da sua casa, tá ligado senhor, tem que ficar perto da sua família, senhor, e não acontece, nós também os dever aí senhor, tá ligado, mas nós tem os direito também nosso.

¹¹⁴ o jovem se refere a uma ocorrência disciplinar cometida dentro da Fundação.

P: vocês acham que o ECA não é cumprido?

Jonas: muitas vezes não, senhor, falo por mim.

Clayton: nós é internado aqui na unidade,nós tem o direito a roupa ali, né senhor, roupa lavada, uma calça, roupa adequada, toalha ali, nós tá mais de mês sem moletom novo aí senhor.

P: essas roupas aí como vocês fazem?

Clayton:essas roupas aí, falar para você, essa bermuda tá fazendo até aniversário...

Lucas:essa roupa aqui, tá ligado, nós usa sim, tá ligado senhor, (...) nós tira ali e já lava ali ,tá ligado senhor, (...) na sexta-feira, tá ligado senhor, tá fazendo um corre ali de uma bermuda mais zuada senhor, que essa aqui nós já lava e põe para secar para tá pagando uma visita, tá ligado senhor.

P: vocês tem quantas trocas de roupas?

Jonas:nós troca, senhor...

Lucas: nós troca....

Jonas: sexta-feira, senhor, mas veja bem, senhor

P: na semana interia vocês usam a mesma roupa?

Clayton, Marcelo: fica.

P: coruja¹¹⁵, não...

Clayton: tem uma coruja que eles dá ali e a gente lava ali

Jonas: aqui a coruja é liberada, senhor

P: mas as roupas vocês ficam a semana inteira?

Jonas: é, senhor, e as que nós manda para fora é a mesma que nós mandou na semana passada.

Lucas: na sexta-feira passada nós mandou uma cota para fora para trocar, senhor, aí nós vamos mandar amanhã as roupas para fora e vai voltar a que a gente mandamo a semana passada, e se manda umas roupas adequadas vai voltar assim , com a gola...

Jonas: os funcionários ali fez uma¹¹⁶ para trocar as nossas mantas, que tava em péssimas condições, mas os colchões nós tá aí esperando

Clayton:colchão na espuma, senhor, sem condições

Jonas: vai gerando mais doentes que acumula ali senhor, usando aquele colchão sem capa...

(...)

P: legal, gente, gostei de falar com vocês, boa sorte na caminhada de vocês...

¹¹⁵ cuecas

¹¹⁶ fazer uma: ajudar

ANEXO B - AUTORIZAÇÕES

- 1) autorização da Febem-SP
- 2) termo de responsabilidade nº 19/2006 Febem-SP
- 3) autorização do Departamento de Execuções da Infância e Juventude